



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 132

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 22 de maio de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./Sras. Deputados/as, iniciou-se os trabalhos com a aprovação por unanimidade do [Projeto de Resolução n.º 177/XI – “Custos de produção de leite e modelos de exploração”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Posteriormente, passou-se para a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 60/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”](#), apresentada pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Para o efeito, participaram no debate os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Pedro Moura (*PS*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Alonso Miguel (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

De seguida, foi apresentado pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) o [Projeto de Resolução n.º 183/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes na Região Autónoma dos Açores”](#).

Usaram da palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as João Paulo Corvelo (*PCP*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Maria Isabel Quinto (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Findo este ponto da Agenda, passou-se de imediato para a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A, de 20 de março, que estabelece o regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos”](#), apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

Pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Luís Rendeiro (*PSD*), António Lima (*BE*), José Contente (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Maurício (*PSD*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*).

Colocado à votação, o diploma supracitado foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente e após justificado o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 210/XI – “Assegurar o regular abastecimento marítimo da ilha do Corvo no âmbito da situação criada pelos efeitos do furacão “Lorenzo” e da Pandemia COVID-19”](#), pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Usou novamente da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) para apresentar o [Projeto de Resolução n.º 210/XI – “Assegurar o regular](#)

abastecimento marítimo da ilha do Corvo no âmbito da situação criada pelos efeitos do furacão “Lorenzo” e da Pandemia COVID-19”.

Sobre esta iniciativa usaram da palavra os Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Mário Tomé (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Durante o debate pediram a palavra para protestos o Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*) e a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*) e para contraprotestos os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), respetivamente.

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Posteriormente, a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) usou da palavra para justificar o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 225/XI – “Realização de um inquérito serológico à população açoriana”.

Após a aprovação por unanimidade do referido pedido de urgência, a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) usou novamente da palavra para apresentar o Projeto de Resolução n.º 225/XI – “Realização de um inquérito serológico à população açoriana”.

Sobre esta iniciativa proferiu uma intervenção o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia (*PS*), tendo o debate sobre este diploma prosseguido no dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 01 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Eram 10 horas e 03 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, Jorge Jorge, que faça a chamada.

Secretário: Bom dia, Sra. Presidente, bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Manuel José da Silva Ramos

Mário José Diniz **Tomé**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Marta Ávila **Matos**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Elisa Lima de **Sousa**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputada Independente

Maria da Graça Amaral da Silveira

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Jorge Jorge.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum, está aberta a sessão.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos, exatamente no ponto onde ficámos ontem à noite, portanto no debate referente ao ponto 11 da Agenda:

Projeto de Resolução n.º 177/XI – “Custos de produção de leite e modelos de exploração”.

Pergunto se ainda há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então proceder à votação desta iniciativa.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é a favor.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Bom dia, Sra. Presidente. Voto a favor.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Artur Lima

(Pausa)

Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Manuel Pereira, para o anúncio da votação.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 177/XI, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 12 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 60/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”.**

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes:

O Governo e o PS, dispõem de 20 minutos;

PSD, 15 minutos;

CDS, 11 minutos;

BE, 9 minutos;

PCP e PPM, 7 minutos;

A Sra. Deputada Independente, 2 minutos.

Para apresentação da iniciativa, tem a palavra o Sr. Secretário Regional, Berto Messias.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros e caras colegas:

O Governo apresenta ao Parlamento agora em sede de Plenário, uma proposta de Decreto Legislativo Regional que é, no fundo, uma alteração ao Decreto Legislativo Regional que consubstancia o PROMÉDIA 2020, ou seja, o Programa de Apoio à Comunicação Social Privada da Região Autónoma dos Açores e apresenta esta proposta acatando aquela que foi a deliberação do Parlamento dos Açores no âmbito do último Orçamento da Região, ou seja, e relembro, por proposta do Grupo Parlamentar do PS, aprovada por unanimidade, foi deliberado uma alteração ao Orçamento que versa o seguinte: “O Governo Regional fica incumbido até 15 de janeiro de 2020 de alterar o Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada, PROMEDIA 2020, com o objetivo de incluir apoios às áreas e projetos emergentes nos Açores, nomeadamente majorando os apoios ao desenvolvimento digital”.

Desta forma e com base nesta proposta o Governo colocou em consulta pública no dia 14 de janeiro esta proposta de alteração que, no fundo, cumprindo aquilo que consta do que foi deliberado na Assembleia, foi uma alteração no seu artigo 9.º, onde são feitas várias majorações na tipologia de apoio do desenvolvimento

digital, ou seja, naquilo que são apoios ao desenvolvimento digital, ou seja, no âmbito do apoio a financiamento e a participação, quer no desenvolvimento de projetos de desenvolvimento digital, quer na aquisição de equipamentos na área digital, nós propomos que se aumente a majoração de participação de 40% para 50% em projetos com montante máximo de apoio de 40 000€;

Propomos, também, que nos projetos desenvolvidos em Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial, Flores ou Corvo, haja uma majoração de 50% para 60% e propomos ainda também um ponto novo em que haverá uma majoração de 10% nestes projetos, quando as entidades beneficiárias contratem trabalhadores nas áreas de desenvolvimento digital e tecnológico, do órgão de comunicação social para o respetivo quadro de pessoal.

Portanto, aquilo que fazemos é, no âmbito do seu art.º 9.º, ou seja, ao artigo que se refere à tipologia de apoio ao desenvolvimento digital, majoramos conforme estava previsto pela deliberação da Assembleia, os apoios concedidos neste âmbito que, sendo aprovados terão efeitos retroativos, ou seja, todas as candidaturas que foram apresentadas na área do desenvolvimento digital para o ano de 2020, verão assim os seus projetos com o apoio reforçado para a sua atividade.

Portanto, Sra. Presidente, é esta a nossa proposta, era nossa intenção que depois dos 30 dias de consulta pública nós pudéssemos apresentar este diploma com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão no Plenário seguinte, mas dadas as vicissitudes que todos bem conhecem, não foi possível fazê-lo, e, portanto, apresentamos agora esta proposta de alteração.

Terminei, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Estão agora abertas as inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevi o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, para inscrever-me, Alonso Miguel.

Presidente: Obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Francisco César (PS): É para inscrever o Sr. Deputado Pedro Moura.

Presidente: Obrigada.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever-me a mim próprio, António Lima.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): João Corvelo, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado, Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta minha primeira intervenção destina-se a fazer uma pergunta ao Governo Regional, concretamente para saber qual o montante da verba que está aqui em

causa e da qual beneficiará a comunicação social com este reforço que decorre da alteração legislativa que o Governo apresenta ao Parlamento?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A realização de uma alteração ao PROMEDIA, como referiu o Sr. Secretário Berto Messias, já tinha ficado definida no âmbito do Orçamento para 2020, nós apenas não sabíamos em que moldes é que isso iria acontecer e, portanto, é agora materializada, simplesmente.

Evidentemente que tendo em conta a situação que foi gerada nos primeiros meses do ano, com a evolução da pandemia da COVID-19, é perfeitamente compreensível que só agora este diploma possa chegar ao Parlamento Regional e também na verdade daí não decorrem grandes prejuízos atendendo ao carácter de retroatividade desta medida, que garante que as candidaturas que foram feitas este ano ao abrigo do PROMEDIA, serão todas abrangidas e podem beneficiar destas regras que são agora definidas e com estas majorações.

Atendendo à grande dificuldade que grande parte dos órgãos de comunicação social privada nos Açores atravessam, nós acreditamos que estas propostas darão um contributo muito positivo para o desenvolvimento da atividade destas instituições, que naturalmente são importantes para garantir a pluralidade informativa na Região.

Por isso a majoração que agora se preconiza numa área que é importante, o desenvolvimento digital e que deve ser uma área por onde estas instituições devem apostar fortemente e assegurar dessa forma também esta transição que é inevitável que terá sempre de acontecer.

Desta foram também o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores vê com bons olhos estas propostas, nomeadamente na majoração da taxa de comparticipação em 10%, em 10 pontos percentuais, e se a ideia é manter a discriminação para os órgãos de comunicação social das outras ilhas, tirando Terceira e S. Miguel, então também tem que haver aqui uma majoração de 10 pontos percentuais, nesse caso aumentando de 50 para 60%.

Por fim, também, parece-nos pertinente que possa haver uma majoração na taxa que é aplicável para os órgãos de comunicação social que nos seus projetos contemplem a contratação de trabalhadores nesta área do desenvolvimento digital e, portanto, são alterações que nós consideramos positivas e que em termos genéricos merecem a nossa concordância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como foi aqui já explicado pelo Sr. Secretário Berto Messias, as propostas de alteração agora apresentadas são, nem mais nem menos, do que aquilo que foi aprovado aquando da discussão do Orçamento, na sequência de uma proposta apresentada pelo PS e aprovada unanimemente.

O que se veio a passar a seguir, nomeadamente esta pandemia que se verifica e que não era expetável de todo, não era esperada, veio confirmar a necessidade que havia de reforçar o apoio aos projetos e ao estabelecimento de projetos de natureza digital aos órgãos de comunicação social da Região, porque com o confinamento a que todos fomos sujeitos, esses projetos que estão já alguns a ser implementados e alguns em vigor, foram de extrema importância.

Portanto, o PS na altura, e o Parlamento, ao aprovar unanimemente a proposta do PS, foi no sentido certo.

De facto, é essencial garantir um apoio para que os órgãos de comunicação social, nomeadamente os órgãos de comunicação social tradicional, a imprensa tradicional açoriana, que tem muitos pergaminhos ao longo da história e os novos projetos que vão surgindo no âmbito digital, sejam apoiados e é isso que está a suceder.

De referir, por exemplo, que o Sr. Secretário, no âmbito da sua audição na Comissão e em relação ao PROMEDIA 2020, tinha dito que tinham sido apresentados 30 projetos, no valor de 772 500€, 16 dos quais na área do desenvolvimento digital, o que é bastante significativo, e referiu também na altura que o valor global dos apoios a conceder era de 650 000€, não havendo lugar até aí, o que também é muito importante e deixa tranquilizados os órgãos de comunicação social.

Portanto, é uma proposta que surgiu na altura certa, mereceu o apoio de todo o Parlamento e, claro, merece hoje também a nossa aprovação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito desta iniciativa, desta alteração ao PROMEDIA 2020, não podíamos deixar de aproveitar o momento que vivemos também, para salientar e enaltecer o papel da comunicação social nos Açores, neste momento em que vivemos, de crise, de pandemia, em que o seu papel de transmissão de informação fidedigna, de escrutínio dos poderes, de combate também à desinformação, nas alturas de crise em que ela se torna mais abundante, esse papel é fundamental, tem sido fundamental e é importante que continue a ser e ser cada vez melhor e cada vez mais reforçado.

Não podia deixar de nesta intervenção fazer essa referência de salientar o papel da comunicação social na nossa democracia e na nossa Região.

Indo à proposta em concreto, não há de facto muito a avançar relativamente àquilo que já foi dito, vem apenas cumprir aquilo que ficou disposto no Orçamento da Região para 2020, com uma alteração que visa majorar os apoios ao desenvolvimento digital.

Esta foi uma proposta que teve a concordância e o voto favorável do BE, aquando da discussão e votação do Orçamento para 2020 havendo, apesar de já se terem passado alguns meses até devido à questão da não realização do Plenário de março, a medida apenas chega agora, mas a sua retroatividade, a sua aplicação às candidaturas já efetuadas que o Governo refere estarem garantidas, faz com que esta alteração mantenha a sua eficácia e que tenha obviamente o nosso voto favorável.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar um Regime Jurídico, proposto pelo Governo Regional, para aquilo que dizem ser o apoio à comunicação social privada. Para nós, com este regime proposto, na verdade, não se pretende incentivar um melhor apoio à divulgação da imprensa, principalmente a escrita, como vamos procurar analisar.

Como já dissemos anteriormente, a imprensa escrita é fundamental para diminuir a iliteracia, o que é muito importante nos Açores, pelo que a existência de apoio aos factores de produção seria imprescindível. Mas, com este diploma, desaparece o apoio ao papel e às chapas de impressão offset. Temos de discordar frontalmente deste modo de não apoiar aquilo que seria fundamental apoiar.

Em ilhas como as Flores, onde já não existe comunicação social escrita, não compreendemos que nessas ilhas se aparecer alguma publicação periódica, ela não possa ser apoiada desde as suas primeiras publicações. Assim, estamos em desacordo com a generalidade do que é proposto no PROMEDIA, mas também sabemos observar que esta alteração acaba por trazer alguma igualdade na aplicação deste regime de apoios.

Vou terminar por dizer já de qual vai ser o sentido voto da Representação Parlamentar do PCP em relação a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o governo nos traz. Vamos dar o nosso apoio à proposta de alteração, aliás, porque apesar de não sermos favoráveis a esta injeção num setor privado quando aqui, é necessário compreender que as ilhas que estão compreendidas nesta alteração precisam de incentivos.

Mas como eu dizia, é bom que nos lembremos que estamos aqui a apoiar atividade privada e que em boa medida foi o desvio de recursos financeiros públicos para sectores da atividade privada, sob as mais diferentes formas, que contribuiu para o buraco financeiro que hoje temos. De qualquer forma, e relativamente à questão que temos aqui em apreciação, como já disse, a Representação Parlamentar do PCP vai aprovar, até porque não temos nenhum dogma relativamente ao apoio ou a apoios ao sector privado.

Gostaríamos era ver das mesmas bancadas ou melhor, das outras bancadas, a mesma abertura quando em relação a algumas propostas do PCP que visam repor justiça social e económica, nomeadamente através de propostas de redistribuição da riqueza, coisa que, infelizmente, não temos encontrado a mesma abertura das outras forças políticas para o apoio a essas propostas.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para já não temos inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente ...

Presidente: Sr. Secretário para se inscrever?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sim senhora.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Então o Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu peço a palavra para responder à questão do Sr. Deputado Joaquim Machado e, tendo em conta os projetos que foram apresentados já no âmbito do desenvolvimento digital, tendo em conta esta alteração, e isto é uma estimativa porque tudo dependerá, obviamente, dos comprovativos de despesa que venham a ser entregues ao longo da execução do PROMEDIA 2020, pelos órgãos de comunicação social beneficiários e, portanto, essas majorações tendo em conta as três majorações que são aqui propostas, poderão variar com base na documentação entregue, que materializa aquelas que foram as medidas dos órgãos de comunicação social que apresentaram projetos ao desenvolvimento digital, nós podemos estar a falar, grosso modo e em termos estimados, que no bolo global do PROMEDIA 2020, que neste momento é de 650 000 euros, nós

possamos estar a conceder apoios ao desenvolvimento digital, na ordem dos 100 mil euros.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevia o Sr. Deputado Joaquim Machado, por favor.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, queria inscrever-me.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo tem a palavra então o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta alteração que o Governo propõe introduzir ao PROMEDIA é como já vimos uma alteração circunstancial que decorre de uma proposta do PS em sede de discussão do Orçamento da Região para 2020, a qual mereceu a aprovação unânime do nosso Parlamento, mas é uma alteração circunstancial e para vigorar apenas por uma vez, precisamente neste ano e parcialmente porquanto,

como também foi dito, abrangerá somente as empresas de comunicação social que concorreram na última candidatura, isto é em novembro passado.

Portanto, é uma medida também muito limitada no tempo e limitada quanto aos destinatários e algumas majoradas ajudas públicas, unicamente na área do chamado desenvolvimento digital, do nosso ponto de vista é uma oportunidade perdida para consagrar as ajudas de que efetivamente as empresas de comunicação social dos Açores carecem, designadamente a participação nos fatores de produção para que assim elas possam desenvolver, de forma mais consistente, regular e independente, a sua atividade, porque do nosso ponto de vista uma comunicação social livre é determinante em qualquer contexto democrático e mais ainda quando se agravam as dificuldades económicas, com as dependências que por vezes isso provoca e há uma incontida tentação para propagar o medo.

Em síntese, estamos em presença de uma proposta, limitada no tempo e nos destinatários, financeiramente insignificante, que fica muito aquém das ajudas que verdadeiramente necessitam as empresas de comunicação social. Estamos, portanto, em presença de uma oportunidade perdida.

Mas eu gostaria também de aproveitar esta intervenção para voltar a questionar o Governo Regional e não perceber de que forma o Governo poderá chegar a uma participação de 100 mil euros para o desenvolvimento digital na sequência da aprovação deste Decreto Legislativo.

Eu gostava de saber que raciocínio, que contas fez o Sr. Secretário Regional, Berto Messias, porque eu não consigo chegar a esse valor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Berto Messias:

Efetivamente penso que é consensual de que durante este período de pandemia os órgãos de comunicação social mostraram-se verdadeiramente importantes e não só apenas em termos de garantir a representatividade democrática de todos nós, mas na Região, pela nossa particularidade, sempre defendemos que por exemplo a RTP e a rádio teriam um papel importantíssimos em termos de proteção civil, em momentos de catástrofe, etc..

Mas isso já está reconhecido pelo Governo Regional, até porque houve um programa excecional de apoio à comunicação social, exatamente no âmbito do COVID-19.

Agora, em relação ao apoio à comunicação social, independentemente da fase em que vivemos, a verdade é que este diploma faz um apoio que é muito restrito, como já todos disseram única e exclusivamente ao digital, quando nós sabemos que os órgãos de comunicação social tradicionais, digamos assim, têm custos fixos elevadíssimos e enquanto não houver vontade do Governo Regional em rever a verba que está efetivamente adstrita aos órgãos de comunicação social no plano de investimentos, vai haver sempre rateio, como de resto tem acontecido ultimamente porque tem um plafond relativamente baixo, quanto maior for o número de órgãos de comunicação social a concorrer, vão ter que dividir a verba por todos com o rateio, com uma limitação adicional que é: este tipo de apoio não é acumulável com outro tipo de ajudas, ao contrário do que acontece, por exemplo, a nível nacional onde por exemplo uma grande ajuda vem do facto de o Estado, por exemplo, pagar a sua publicidade institucional, e assim é que está certo, quando estamos a fazer publicidade institucional assumimos que é assim que estamos a trabalhar e pagamos por isso e isso tem sido uma grande ajuda aos órgãos de comunicação social.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Eu, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sra. Presidente, PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Julgo não haver mais inscrições para já.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria de esclarecer algumas coisas, porque foram feitas aqui referências que não correspondem à verdade.

Eu devo dizer que o Governo apresenta a este Parlamento uma proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional do PROMEDIA, numa área específica no âmbito do desenvolvimento digital, tendo em conta aquilo que foi deliberado pelo Parlamento, mas todas as outras tipologias de apoio não são postas em causa, portanto nós alteramos a tipologia de apoio e as majorações no âmbito do desenvolvimento digital, mas todas as outras mantêm-se, ou seja, para terem uma radiografia global do PROMEDIA 2020 executado este ano: o PROMEDIA 2020 tem um valor global em 2020 de 650 000€. Nesse âmbito tem a tipologia de apoio do desenvolvimento digital, que é esta que estamos agora a discutir;

Tem a tipologia de apoio da difusão informativa;

Tem a tipologia de apoio de projetos na área da acessibilidade à informação;

Tem a tipologia de apoio no âmbito da valorização profissional,

Tem a tipologia de apoio no âmbito do apoio especial à produção e tem ainda a tipologia de apoio no financiamento e apoio a iniciativas de formação e promoção externa da Região, na área da comunicação social.

Foram apresentados e candidatados valores na ordem dos 772 000€, com projetos e valores elegíveis na ordem dos 650 000€.

Portanto, é disso que estamos a falar e se somarmos a execução do PROMEDIA nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, sendo executado na totalidade, nós estaremos a falar de apoios à comunicação social privada na nossa Região, só no âmbito do PROMEDIA, num valor superior a 2 milhões e 100 mil euros. É disso que nós estamos a falar.

Portanto, estando nós agora a discutir uma proposta de alteração específica, no caso do art.º 9.º, na área do desenvolvimento digital, todos os outros apoios do PROMEDIA 2020, não são obviamente colocados em causa.

Dizer também que há, enfim, uma discussão filosófica, até doutrinária, se quiserem, sobre aquilo que deve ou não o PROMEDIA apoiar. Há a questão dos fatores de produção, no caso estamos a falar do papel e das chapas, algo que não é apoiado na nossa Região, já há alguns anos, não é no âmbito do PROMEDIA 2020 que foi tida essa opção, isso já é assim há vários anos na nossa Região, foi essa a opção, mas não sendo o papel e as chapas financiado, todos os outros consumos, naquilo que é a tipologia de apoio especial à produção, toda a participação daquelas que são as despesas correntes da comunicação social, são também apoiadas e participadas e sobretudo porque isto tem grande impacto naquilo que são os jornais e o trabalho da imprensa, ou seja, dos jornais, da imprensa escrita física em papel, há também um grande apoio à difusão informativa, que é o apoio à distribuição desses jornais, que é, digamos, também o grande bolo que sai do PROMEDIA anualmente.

Depois dizer à Sra. Deputada Graça Silveira, que deve haver algum equívoco, o apoio do PROMEDIA é acumulativo com outros apoios, com os incentivos de Estado, com os apoios extraordinários que são concedidos à comunicação social, que aliás este ano já tivemos, como sabem, a oportunidade de desenvolver um apoio especial à comunicação social, tendo em conta o momento que atravessamos de pandemia e esses apoios são concedidos fora do âmbito do PROMEDIA.

Portanto, os apoios são cumulativos, o PROMEDIA é um programa regional, mas a comunicação social que beneficia do PROMEDIA pode também beneficiar dos apoios na área dos incentivos de Estado e quaisquer outros apoios à comunicação social.

Dizer-lhe também, Sra. Deputada, que a sua informação relativamente ao rateio não corresponde à verdade, nós tivemos a necessidade de fazer rateio em 2017 porque era um ano atípico, o Orçamento foi aprovado só no mês de março, nós tínhamos projetos a transitar também dos anos anteriores e a execução do PROMEDIA só estava em execução, digamos assim, em meados de 2017, o que fez com que isso acontecesse.

No ano de 2018 e no ano de 2019, e posso dizer também no ano de 2020, não haverá qualquer tipo de rateio, ou seja, aqueles que são os projetos aprovados e que terão consequentemente os comprovativos de despesa apresentados à Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares para a Comunicação Social, terão o seu apoio concedido na íntegra.

Não aconteceu rateio em 2018, não aconteceu rateio em 2019 e tendo em conta as contas que temos, não haverá qualquer rateio nos apoios à comunicação social privada, na nossa Região no ano de 2020, portanto as referências que faz relativamente ao rateio não correspondem à verdade.

Relativamente ao tempo de vigência deste diploma, nós podemos ter aqui uma discussão filosófica, doutrinária até se quiserem, sobre aquilo que deve ser o

apoio do Estado, no caso da Região, à comunicação social e o seu tempo de vigência. Agora nós trabalhamos com aquilo que temos e as leis que temos no caso os decretos legislativos regionais que temos, ou seja, o PROMEDIA 2020 vigora até ao final deste ano, porque é o fim da legislatura. Portanto, entendemos ser sério que o próximo Governo Regional é que tenha a legitimidade de definir aquilo que querará fazer no âmbito dos apoios à comunicação social privada na Região, para o próximo ciclo, para os próximos 4 anos.

Nós apresentámos o PROMEDIA que vigora até ao final deste ano e é por isso que estas alterações que fazemos agora têm que ser retroativas porque no âmbito destas regras e daquilo que está em vigor agora, nós não teremos o novo período de apresentação candidaturas para o ano de 2021, ou seja, tal como diz na lei, tal como consta neste Decreto Legislativo Regional, a sua vigência termina no dia 31 de dezembro deste ano, daí esta opção de, no âmbito daquilo que foi deliberado pelo Parlamento, nós majorarmos os apoios a conceder, com efeito retroativo.

Quanto à dúvida das contas do Sr. Deputado Joaquim Machado, eu é que não percebo por que é que ele não percebe, portanto agradecia que me explicasse melhor quais são as suas dúvidas.

Aquilo que eu referi é no âmbito das estimativas que temos, no âmbito dos valores globais que foram aprovados e também, dando aqui alguma latitude para aquela que será a entrega de documentação no Parlamento da execução dos projetos que estão em curso na área do desenvolvimento digital.

Terminei, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente ...

Presidente: Sra. Deputada, eu vou sugerir-lhe que use auscultadores, ou então que efetivamente coloque o computador mais próximo, porque é muito difícil ouvi-la, peço desculpa.

Pede a palavra para?

Deputada Graça Silveira (Independente): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Eu agradecia, se fosse possível, eu sei que não é possível fazer estes pedidos por interposta, mas a questão: eu não tenho a certeza daquilo que foi dito, há pouco, pelo Sr. Secretário Berto Messias do montante total.

Pareceu-me que ele disse que o total dos projetos que concorreram foram de 700 e tal e os elegíveis de 650.

Não percebi, se fosse possível voltar a dizer esses valores, ou seja, concorreram no total 700 e tal, mas só foram elegíveis 650. Percebi bem?

Tenho esta dúvida e como não posso voltar ao debate.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, nós vamos ter de encontrar aqui uma forma de que estas interpelações depois também não permitam relançar o debate, nem que o uso das mesmas possa também desvirtuar aqui o debate.

É um pedido de esclarecimento que nesta fase não pode ser colocado à Mesa, porque a Mesa é que teria de responder e também não sei de cor os valores que foram transmitidos pelo Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Esta questão tem sobretudo a ver com o Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada, é essa a temática.

Mas eu gostava de contextualizar a situação que nós vivemos em termos de cobertura mediática e em termos da vida democrática que, obviamente, tem de

contar com uma imprensa livre e pluralista. Eu sou muito pessimista em relação à evolução da situação a este nível. O que eu vejo é uma comunicação social cada vez com menos oásis de liberdade. O que eu vejo é, por exemplo, uma RDP que deixou de existir, enquanto linha editorial independente, a RDP hoje, a rádio pública não existe, em termos de linha coerente, de linha editorial coerente e de serviço público e tem uma agenda absolutamente governamentalizada.

Portanto, esta é a minha perspetiva em relação a essa matéria.

Em relação à RTP-Açores, a mesma coisa. Na RTP Açores, neste momento, temos uma presença brutal do Governo, absolutamente hegemónica e depois temos uma espécie de guerra fria em que há também algumas entradas por parte do PSD, uma espécie de guerra fria que se instalou entre estas duas potências na RTP Açores e todos os outros desapareceram, portanto isto é o que nós temos na RTP Açores, absolutamente uma situação escandalosa, de falta de pluralismo.

Depois, o que quero dizer também é que em relação a muitos órgãos de comunicação social, o que acontece é que há uma parte de órgãos de comunicação social que estão alinhados com o poder e outros que estão claramente contra a atual governação do PS.

Portanto, em relação a linha editoriais independentes e pluralistas são muito poucos, muito poucos, neste momento, os órgãos de comunicação social que têm uma gestão equilibrada dessa matéria e que nós podemos absolutamente confiar que há ali uma linha de neutralidade evidente.

Portanto, é uma situação péssima aquela que nós estamos a atravessar.

É evidente também que há questões que se notam, como por exemplo, a importância tremenda que tem neste momento o Gabinete de Apoio à Comunicação Social e os assessores do Governo que gastam no conjunto as assessorias parlamentares, as assessorias para o Governo, as assessorias para o

Gabinete de Apoio à Comunicação Social ligadas ao poder, hoje podemos falar em muito mais do que um milhão de euros.

É isto que torna a informação que é divulgada junto dos açorianos, uma informação, em grande parte, governamentalizada.

Portanto há aqui uma falta de independência brutal.

É evidente que a RTP Açores poderia ter aqui um papel de defesa do pluralismo, não o tem e não há um equilíbrio nesta matéria e era fundamental que tivesse, porque neste momento nós temos – o meu tempo está a terminar, eu ainda quero fazer mais uma intervenção ...

Presidente: Sr. Deputado, não está a terminar, tem é que usar o seu tempo para falar da iniciativa.

Já lhe dei a alguma latitude para fazer o seu contexto.

O Orador: Não, não. É o contexto, estava a falar na iniciativa.

Bom, termino esta primeira intervenção com esta contextualização,...

Presidente: Peço-lhe que continue então dentro da iniciativa.

O Orador: ... para depois fazer uma intervenção com assuntos mais específicos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, para uma inscrição.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, iniciando agora a ronda, eu inscrevia o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver para já.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que de alguma forma se extravasou o âmbito daquilo que está aqui em análise e eu percebo que isso não é uma crítica, percebo que o momento possa ser este para fazer uma análise mais abrangente, agora a verdade é que o PROMEDIA vigora entre 2017 e 2020 e este é o último ano. Portanto, é normal que se esteja a fazer uma alteração, pontual, no último ano em que vigora este programa, até porque, como eu disse na minha intervenção inicial, e como o Sr. Secretário Regional Berto Messias também já tinha dito, é uma alteração que decorre de uma deliberação que foi tomada em sede de Orçamento.

Portanto, como sabem, o CDS não deu um voto favorável ao PROMEDIA, na altura da sua criação, o CDS absteve-se, fez uma proposta de alteração com muitas medidas que nós achámos que eram essenciais para garantir um melhor apoio aos órgãos de comunicação social privada e também propostas que pudessem, de alguma forma, dar um contributo para garantir uma comunicação social livre, independente, isenta, rigorosa e, no fundo, é isso que é fundamental que se consiga garantir em democracia, mas na verdade não é nada disso que está aqui em causa, o que está em causa é uma alteração pontual e foi nesta ótica que nós fizemos a intervenção inicial e que entendemos que esta é uma proposta positiva.

É claro que findo este período de vigência do PROMEDIA, haverá seguramente oportunidade de lançamento de um novo programa e aí o CDS terá muitos

contributos a dar para uma melhoria desse programa, mas neste caso a nossa intervenção foi especificamente em relação a esta alteração, que já era esperada. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto vigora um programa, qualquer que ele seja, é sempre oportuno fazer a sua discussão e do mesmo modo que é possível fazer uma operação cirúrgica, uma alteração circunstancial, também é possível fazer uma alteração maior, se em causa estiverem interesses maiores, que neste caso é garantir uma comunicação social estável, regular e independente.

Portanto, a oportunidade da discussão nunca está diminuída.

A intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência suscita, antes de mais, não uma discussão filosófica, nem tão pouco um monólogo filosófico que ele fez, mas um certo reparo para contextualizar a questão histórica.

O Sr. Secretário Regional disse que já há algum tempo que não vigora na Região o apoio a fatores de produção como o papel. Bom, esse tempo é o tempo do PS que fez essa opção. É uma opção legítima, como as outras, mas sendo legítima também é discutível e passível de ser avaliada por um juízo político que possam fazer as outras forças partidárias.

Percebi que o Sr. Secretário não percebeu o que eu não tinha percebido, porque efetivamente o Sr. Secretário ou não sabe do que tem estado a falar, coisa que eu não creio, ou então tem deliberadamente estado a omitir informação e a veicular outra informação que não corresponde exatamente à realidade dos factos. Isto porquê? Porque efetivamente nós estamos em presença apenas da alteração dos critérios que regem os apoios ao desenvolvimento digital e o que estamos a falar é de uma verba muito reduzida e eu não percebo como é que o

Sr. Secretário Regional, hoje dia 22 de maio, diz que é possível atribuir, no âmbito desta tipologia, um apoio a rondar os 100 mil euros, para mais do que para menos, segundo disse, quando o próprio Governo Regional, depois de ter recebido as candidaturas que foram apresentadas em novembro, depois de ter feito a sua avaliação, porque só isso é que lhe permite dizer exatamente quanto é que foi o montante das candidaturas apresentadas e desse montante qual é o valor elegível ao abrigo das disposições do PROMEDIA, fixou em menos de 70 000€ o montante a atribuir para o desenvolvimento digital.

Portanto, não percebo este desfasamento e é este número e para este número que eu queria uma explicação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Francisco César (PS): Eu gostaria de inscrever o Sr. Deputado Pedro Moura.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Queria inscrever-me. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo que não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que está aqui hoje em causa é a aprovação de uma proposta de alteração ao programa PROMEDIA 2020, proposta essa que o Governo nos trouxe, no seguimento do que foi aprovado por unanimidade aquando da discussão do Orçamento e acho que devemos focar-nos essencialmente sobre isso, porque de resto a vigência deste programa PROMEDIA, como aqui já foi referido, termina com esta legislatura, termina este ano.

Portanto, será legítimo que seja o próximo Parlamento a definir novas normas ou alterações às normas atualmente em vigor para o apoio à comunicação social, que é muito importante que este Parlamento e o Governo Regional têm sempre considerado muito importante e que de resto se tem manifestado por várias formas: temos o PROMEDIA – e há bocado a Sra. Deputada Graça Silveira referiu, mas se tiverem em atenção os jornais locais sabem que todos os dias têm saído inúmeras páginas de publicidade institucional, o que também é uma forma de apoiar a imprensa regional, que é importantíssima nesta altura.

Todos sabemos que as redes sociais são importantes, mas que circula pelas redes sociais muitas notícias, as chamadas *fake news*, etc., e por isso é fundamental dar aos órgãos de comunicação social, com jornalistas credenciados, com toda a estrutura montada os meios para que eles possam divulgar a sua informação, daí o apoio ao digital que tem sido feito e cujo reforço surge numa boa altura.

Para nós o que está em causa neste momento é a aprovação de uma alteração ao PROMEDIA que visa exatamente isso, reforçar o apoio ao digital. As outras questões penso que não é altura para abordar.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado Pedro Moura.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional, Berto Messias.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Para responder à questão do Sr. Deputado Joaquim Machado, nós temos definido na Resolução que define os tetos máximos, com base nas candidaturas entradas, um valor global de quase 70 000 euros, mas disse que na nossa perspetiva fazemos uma estimativa tendo em conta as majorações que estão contidas de estes apoios poderem variar e aumentar cerca de 30 000€.

Foi uma estimativa que fiz, tendo em conta a realidade também que reconheço da comunicação social, tendo em conta também aquilo que se espera que possa vir a ser entregue enquanto comprovativos de despesa do desenvolvimento de projetos, porque isso também pode acontecer através da entrega de comprovativos de contratação de pessoas para trabalhar no desenvolvimento digital, estando obviamente o Governo disponível para, no âmbito daquele que é o valor global no Plano para esta área do apoio à comunicação social a privada, alterar os tetos máximos dessa Resolução, caso numa determinada tipologia de apoio não haja execução e isso se possa fazer para outras tipologias de apoio.

Portanto, eu referi que é uma estimativa que nós fazemos, que pode ser revista em baixa, ou em alta.

Aquilo que para nós é importante é que este instrumento permita reforçar os apoios à comunicação social privada, no caso em concreto, na área do desenvolvimento digital.

É isso que esperemos que aconteça, é isso que materializaremos caso esta proposta seja aprovada e volto a lembrar, aquilo que o Governo está a fazer é, também, aquilo que o Parlamento nos mandatou para fazer e foi, como se recordam, aprovado por unanimidade e, portanto, por todos os partidos políticos. É uma estimativa que fazemos. No entanto, no final do ano teremos a

capacidade de garantir, conforme a execução do programa, também a informação mais fidedigna sobre os valores em causa, algo que como sabem será também através da entrega ao Parlamento, que decorre da lei também, sobre a execução do PROMEDIA 2020, no caso no ano de 2020.

Terminei, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevo o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, uma inscrição do PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD, naturalmente, é favorável a esta Proposta de Decreto Legislativo, que altera o PROMEDIA, porquanto ela corresponde não só e coerência àquilo que o PSD defendeu e da forma como votou a alteração orçamental feita em novembro passado, como também e mais em coerência com aquilo que o PSD

sempre tem defendido que é a necessidade de reforçar os apoios à comunicação social privada para que ela efetivamente nos Açores possa desenvolver, de forma regular, estável e independente a sua missão que é importante e que ainda mais, nas circunstâncias em que nós vivemos como de resto ficou provado pelo importante papel que ela veio a desenvolver, no âmbito desta pandemia de informação às nossas populações. Portanto, sobre isso não há qualquer dúvida. Agora, isto não significa que o PSD possa estar de acordo ou possa embarcar num discurso de um certo facilitismo e num discurso cor de rosa feito pelo Governo Regional à volta de uma matéria que está aqui em causa neste Decreto Legislativo e que se resume à insignificância de 69 000€, é disto que estamos a falar.

A verba que o Governo Regional consignou para o desenvolvimento digital é de apenas 69 000€.

É esse dinheiro que as empresas de comunicação social dos Açores têm, durante este ano de 2020, para fazer investimentos em equipamento, em software, em plataformas, em desenvolvimento de projetos e ainda (qual “milagre das rosas”) contratar profissionais para as suas redações, profissionais ligados ao digital.

Portanto, nós estamos a falar de uma verba que é insignificante, além de que, repito, esta alteração circunstancial é limitada também no tempo e é limitada nos destinatários porque abrangerá, tão somente, aquelas empresas que se candidataram no processo decorrido no passado mês de novembro.

Não será por acaso que alguns responsáveis da comunicação social continuam a dizer isto que vou citar sobre o PROMEDIA. Em março de 2018 um responsável por uma empresa de comunicação social dos Açores dizia numa entrevista num jornal de Ponta Delgada e eu cito: “De quando em vez o Governo manda um emissário falar coma a comunicação social e no torna viagem faz tudo ao contrário do que são as necessidades efetivas”.

Depois, acrescentava outro: “É um documento pobre, desajustado da atualidade e que trata todos por igual, desde redações sérias e de referência, até a beneficiários que nem redações de jornalistas possuem”.

Concluía: “O PROMEDIA em vigor parece-nos o pior sistema de apoio à comunicação social em 40 anos de autonomia”.

É contra este tipo de situação que nós nos temos vindo a debater (*corde na gravação*), o programa de apoios que efetivamente necessita.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão prescindi.

Sendo assim, pergunto se há mais inscrições?

(* **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Eu quero inscrever-me, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(* **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Apenas uma intervenção.

Eu não me vou referir àquilo que é a conceção do Sr. Deputado Joaquim Machado sobre a comunicação social, sobre aquilo que deve ser a comunicação social, sobre aquilo que ele desenvolveu também nessa área, isso é a conceção dele, aquilo que ele pensa, aquilo que ele acha, enfim, aquilo que é o seu

conceito e a sua conceção da comunicação social e tem sempre, enfim, um registo depreciativo e uma abordagem sectária, sempre a ver coisas onde elas não existem, mas enfim, isso ficará para ele.

Eu devo dizer, também, que essas referências sempre à falta de liberdade e à pressão, eu acho que no fundo isso é um grande desrespeito aos profissionais da comunicação social porque eu, felizmente, pelo percurso que tenho conhecido muitos e não tenho dúvidas que todos eles não se deixam pressionar, seja pelo Governo, seja por um partido político, seja por quem for, é tudo gente séria que está a fazer o seu trabalho.

Portanto, essa referência permanente às pressões e à falta de liberdade da comunicação social eu acho que é, no fundo, um grande desrespeito, em primeira instância, pela comunicação social e pelos profissionais de comunicação social que têm feito um extraordinário trabalho na nossa Região e isso acho que está à vista, também, ao longo dos últimos três anos, deste momento muito triste que, infelizmente, nos assola a todos e fica também aqui a minha homenagem ao trabalho e ao grande esforço que todos têm feito de continuar a informar as pessoas, de continuar a informar sobre aquela que tem sido a evolução desta pandemia e também de continuar a trabalhar para sensibilizar as pessoas para todos os cuidados que devem ter.

Eu não embarco nessas discussões sobre as pressões porque em todos os partidos e em todas as estruturas haverá certamente tentativas de pressões, mas só se deixa pressionar quem quer e eu a percepção que tenho da comunicação social nos Açores é de gente que não se deixa pressionar, de gente que não se vende e de gente séria que está a desenvolver o seu trabalho. Portanto, essas referências são em primeira instância um grande desrespeito para com os profissionais da comunicação social.

Quanto à referência que faz sobre a consignação dos valores, o Sr. Deputado, sim, ou emite informação, ou fala daquilo que não sabe, que eu também acho que não é verdade.

Portanto, aquilo que o senhor referiu a mim, eu devolvo-lhe e refiro a si, porque Sr. Deputado, eu tenho o Sr. Deputado por uma pessoa estudiosa e uma pessoa que estuda os assuntos sobre aquilo que tem de falar.

O Governo Regional consigna 69 000€ para a área do desenvolvimento digital, porque esse é o valor que decorre das candidaturas que foram apresentadas na tipologia do desenvolvimento digital, o que quer dizer que o dinheiro que o Governo consignou para essas candidaturas permitirá que todas as candidaturas apresentadas tenham financiamento total, tendo em conta aquilo que consta no Decreto Legislativo Regional, ou seja, as candidaturas foram apresentadas no valor global de 137 000€, tem um valor elegível no valor de 68 000€ e o Governo consigna na distribuição de valores 69 000€, ou seja, isto quer dizer que o governo definiu este valor de forma a cobrir o apoio a todas as candidaturas apresentadas na tipologia de apoio ao desenvolvimento digital, daí esse valor, o que não quer dizer que não existam os valores no bolo global de 650 000€, que é o valor que está, como sabe, no plano de investimentos para fazer face aos apoios à comunicação social privada.

Volto a dizer, Sr. Deputado Joaquim Machado, nós podemos ter as discussões que muito bem entender, onde muito bem entender. Nós sabemos bem o trabalho que estamos a desenvolver nessa área. Haverá concordâncias, haverá discordâncias, é verdade. A verdade é que ao longo dos últimos anos temos um crescimento significativo de órgãos de comunicação social registados nos Açores com registo legal na ERC, portanto órgãos de comunicação social de pleno direito, que estão a desenvolver o seu trabalho.

Nós, através do PROMEDIA, entendemos ser um importante contributo para a comunicação social privada. Haverá, com certeza, gente que concorde, haverá,

com certeza, gente que não concorda com este modelo e que pretende que ele seja revisto, agora, felizmente, nós temos hoje mecanismos de escrutínio e de acompanhamento daquilo que são os apoios concedidos à comunicação social regional privada, que não permitam esse tipo de abordagens que o Sr. Deputado Joaquim Machado fez sobre a liberdade e as expressões. Tudo é muito claro, tudo é muito transparente.

É entregue anualmente o relatório ao Parlamento com a conceção pormenorizada dos apoios que são concedidos; na comissão de análise nós temos um eleito, no caso uma eleita, pelo Parlamento, que representa no Parlamento o trabalho que é desenvolvido nessa comissão de análise que escrutina os apoios concedidos ao PROMEDIA e que é eleita por dois terços do Parlamento.

Portanto, desse ponto de vista, Sr. Deputado Joaquim Machado, nós não temos essa sua visão sectária e enviesada da nossa sociedade. Estamos perfeitamente tranquilos sobre o trabalho que temos desenvolvido sobre a qualificação da nossa democracia, que temos promovido permanentemente, porque não temos dúvidas que a nossa comunicação social privada, que é aquela que estamos a falar, mas também pública devo dizer, não se deixa vender, não se deixa comprar, nem sequer se deixa pressionar.

Terminei, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Informo que o Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente,...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevo o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional Berto Messias, sobre o respeito que V. Exa. dedica aos jornalistas e demais profissionais de comunicação social, eu nada tenho a dizer, mas há de convir e há de permitir-me dizer-lhe que tenho outro tanto, ou mais, do que V. Exa. sobre esta gente.

Portanto, sobre isso julgo que estamos conversados.

Quanto à liberdade, lamento dizer, mas não fiz nenhuma referência à liberdade, não fiz nenhuma referência às pressões, não fiz nenhuma referência ao condicionamento. Provavelmente alguma consciência menos tranquila, só uma consciência menos tranquila, poderá ter interpretado as minhas palavras nesse sentido, mas isso é um problema que me ultrapassa.

Fiz e reafirmo apenas isto: nós precisamos de uma comunicação social nos Açores que possa desenvolver, cada vez mais, a sua atividade de forma mais regular, independente e estável e essa estabilidade, quando falamos de estabilidade, estamos a falar por exemplo de uma coisa importante, que é a previsibilidade dos apoios públicos, a isenção dos apoios públicos.

Portanto, essas são matérias das quais nós não abdicamos. Agora, lamento dizer, só uma consciência menos tranquila pode ter interpretado estas palavras como uma acusação a pressões ou condicionamentos feitos por quem quer que seja.

Não o fiz, não o farei se não tiver prova disso e como não tenho neste momento não o faço, agora as interpretações decorrem daquilo que é a vivência de cada um.

Podia, e isso sim, e posso referir-me a factos, é que aquilo que o Governo Regional, a verba que o Governo Regional consigna todos os anos à comunicação social toda da Região, é inferior àquela que ele gasta com assessores de imprensa e outras formas de comunicação.

Portanto, isso diz bem do peso e da importância que estas duas realidades merecem.

Quanto a este diploma que o Governo trouxe aqui à consideração do Parlamento, nós consideramos que é uma proposta limitada no tempo, limitada nos destinatários e insignificante, infelizmente, no plano financeiro por estarmos a tratar apenas de uma verba que fica aquém dos 70 000€ para todas as empresas de comunicação social dos Açores, para o desenvolvimento digital e tecnológico e ainda para a contratação de profissionais para os respetivos quadros de pessoal. É uma mão cheia de nada, mas sendo muito pouco é sempre alguma coisa que acresce a uma comunicação social muito necessitada e nessa medida, como já tive oportunidade de dizer, o PSD vota favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente,...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Francisco César (PS): Eu queria inscrever o Sr. Deputado Pedro Moura.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já, não.

Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, quero inscrever-me.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito curta.

Em primeiro lugar para me congratular com a unanimidade que parece existir à volta desta proposta apresentada pelo Governo para apoiar os órgãos de comunicação social, nomeadamente na parte digital, nos projetos digitais.

O resto falou-se de muita outra coisa à volta disso, mas eu penso que mais do que as palavras e mais do que as opiniões que possam vir a ser emitidas, importante é verem, as pessoas que nos ouvem, os açorianos ao lerem os jornais que se publica nos Açores, ao ouvirem a rádio e ao ouvirem a televisão, eles próprios tirarão a sua conclusão do trabalho que é feito, da independência com que esses órgãos de comunicação social têm desenvolvido a sua atividade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pouco tempo de que disponho não me permite estar sempre no debate e nesse sentido eu fiz uma primeira intervenção que considerei fundamental que era fazer o enquadramento, em termos de comunicação social, como é que as coisas estão a funcionar na Região e de facto quais são os meios que estão em presença. Referenciei aqui o milhão de euros que neste momento o Governo tem, no âmbito do Gabinete de Apoio à Comunicação Social e dos assessores que trabalham para o Governo.

Isto é muito significativo. O Sr. Secretário Berto Messias depois diz que está contente. Claro que está contente! Está de “barriga cheia”, como diz o povo. Evidentemente está contente como as coisas se estão a passar e também está contente como as coisas se estão a passar na rádio pública, é evidente que também está contente e também está parcialmente contente com aquilo ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Sra. Presidente, toda a gente fez aqui o seu enquadramento, toda a gente fez aqui a sua referência ...

Presidente: Mas já lhe permiti fazer um enquadramento mais alargado na primeira intervenção.

O Orador: ... e nós estamos precisamente a falar de comunicação social e de liberdade de opinião, por isso eu não vou deixar de dar a minha opinião sobre esta matéria, porque é uma matéria em que estamos a falar de democracia e de liberdade e falei do enquadramento que justificaria ...

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, em democracia há liberdade, mas também há respeito.

Eu, na sua primeira intervenção alertei-o de que lhe tinha permitido fazer a intervenção até ao fim, em nenhuma vez se referiu ao diploma que está aqui em causa e o único alerta que lhe faço novamente é: uma coisa é ter opinião sobre a iniciativa, outra coisa é falar de matérias que não são as que estão aqui a ser tratadas.

Portanto, eu permito a todos os partidos e a todos os Deputados desta Casa fazerem os seus enquadramentos, contextualizarem a sua opinião, mas em determina altura têm de usar do tempo que dispõem para debater a iniciativa.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão reitero o meu pedido: por favor vamos debater o diploma do Governo que está aqui em discussão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, lamento que me tenha interrompido quando eu estava a usar da palavra exatamente no âmbito do tema que nós estamos aqui a discutir, que é os apoios à comunicação social.

Lamento, profundamente, que tenha interrompido a minha intervenção e que o tenha feito completamente a despropósito e sem que esteja a cumprir aquele que é o seu papel de observar o Regimento. Por isso não deve interromper o orador quando está a discutir. Eu estou a discutir comunicação social, provavelmente a Sra. Presidente não gosta daquilo que eu estou a dizer, o seu partido também não gosta, Sra. Presidente, mas eu quero dizer-lhe ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Bom, eu não posso falar, Sra. Presidente, ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, desculpe ...

O Orador: ...termino por aqui a minha participação, sem dizer que há falta de independência neste momento em termos de apoio à comunicação social nos Açores, ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: ... eu tenho a liberdade de dizer isto e a Sra. Presidente está a interromper-me permanentemente em relação à minha intervenção, devo ter mais um minuto, o que lhe quero dizer é que ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: ... nesta perspetiva ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Sra. Presidente não me interrompa, por favor, eu estou ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Para mim a intervenção acabou. Não há liberdade! A senhora está a interromper-me, não aconteceu com mais nenhum Deputado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Portanto, neste momento se eu não consigo discutir em liberdade e dar a minha opinião em liberdade em relação a esta matéria, o que lhe vou dizer é que não lhe permito isso.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor pode continuar a falar sozinho as vezes que entender, há uma coisa que lhe digo: é minha competência chamar a atenção aos Deputados em determinadas situações e sempre que eu assim o entender. É a minha função.

Portanto, quem não me deve interromper é efetivamente o Deputado a quem eu estou a chamar a atenção.

Portanto, o senhor não pode inverter o papel nesta circunstância.

Compete à Presidente deste Parlamento interromper sempre que assim o entender e se o senhor diz que não sabe o que é que o Regimento refere sobre esta matéria, eu vou dizer-lhe. No art.º 80.º, n.º 2 é claro: “caso o orador se afaste da finalidade para que lhe foi concedida a palavra é advertido pelo Presidente, sendo-lhe retirada a palavra se persistir na sua atitude”.

Eu não lhe retirei a palavra! Ele advertiu-o na sua primeira intervenção de que deveria cingir-se à matéria que está aqui em causa.

Na segunda intervenção o senhor persistiu e eu tive de voltar a interrompê-lo, mas há uma coisa que eu não lhe admito, é dizer que eu o advirto, porque não gosto daquilo que o senhor está a dizer.

Sr. Deputado, eu, nesta função sou a Presidente deste Parlamento! Não haja confusões. Hoje e aqui eu sou a Presidente do Parlamento! E o senhor respeita aquilo que lhe digo, como eu respeito aquilo que o senhor diz, mas não podemos querer misturar assuntos e acusar-me.

Se sou do Partido Socialista? Sou, sim senhor! Mas hoje e aqui sou a Presidente do Parlamento e exerço a minha função com total isenção e imparcialidade.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que não ia continuar a sua intervenção, eu pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos votar então na generalidade este diploma apresentado pelo Governo, para depois entrarmos no debate e votação na especialidade.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Artur Lima

(Pausa)

Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

(Pausa)

Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação na generalidade, tem a palavra.

Secretário: Na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 60/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver.

Não havendo, este diploma não sofreu qualquer proposta de alteração, é composto por cinco artigos e considerando também a unanimidade que se assistiu na votação na generalidade, julgo que não há oposição de colocá-los à votação em conjunto

(Pausa)

Julgo não haver.

Está então à votação os cinco artigos que compõem este diploma.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Artur Lima

(Pausa)

Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

(Pausa)

Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Passo a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, Manuel Pereira.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

(Pausa)

Paulo Estêvão

(Pausa)

Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (*PS*): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (*PS*): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Peço imensa desculpa, mas tive aqui um problema de informática.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Paulo Estêvão

(Pausa)

Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 60/XI, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 43 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Entramos agora no ponto 13 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 183/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os habitualmente utilizamos para o debate das resoluções.

Para a apresentação da iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com muita satisfação que apresento hoje esta medida uma vez que a mesma em sede de Comissão foi aprovada por unanimidade e sem qualquer contestação da parte de todos os partidos reconhecendo, assim, a importância da mesma.

Numa altura como a que vivemos, em que não percebemos de forma clara o impacto social desta pandemia, mas que infelizmente temos a certeza de que o mesmo será significativo, impõe-se assim ajudar quem mais precisa.

Trazemos hoje a esta Assembleia uma medida da responsabilidade do Governo Socialista da República que foi publicada em Diário da República no dia 7 de março de 2016 e que até ao momento o Governo Socialista dos Açores ainda não conseguiu que a mesma fosse aplicada à Região Autónoma dos Açores.

Trata-se de uma majoração de 2% aos beneficiários do subsídio de parentalidade na Região Autónoma, pago ao pai ou à mãe, que assim estão de licença devido ao nascimento de um filho e que visa colmatar os rendimentos de trabalho perdidos durante o período da licença.

Mais recentemente, o Instituto da Segurança Social publicou em setembro último o Guia Prático do Subsídio Parental, sendo que no mesmo documento, nomeadamente na página 12, é feita referência aos diferentes montantes a receber, tendo por base a situação profissional do trabalhador, a duração da licença e a percentagem a que tem direito.

Na mesma página ainda é possível ler que o referido subsídio tem uma majoração de 2% para os beneficiários das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Infelizmente, até ao momento e desde a sua publicação, em março de 2016, ainda não foi pago a nenhum dos beneficiários.

Não podemos deixar de manifestar a nossa perplexidade com as justificações que foram dadas, ao universo de 15 084 beneficiários, num total de 30 999 pagamentos, perfazendo um valor de 895 000€ ao longo de 3 anos, ou seja, parece-nos excessivo, ou mesmo abusivo, que a causa para este atraso nos pagamentos se deva a constrangimentos do sistema informático e que, recordo, já não é a primeira vez que é dada esta justificação.

No entanto, também nos parece justo referir que os beneficiários irão receber o subsídio com direito a retroativos e sem que seja necessário o preenchimento de qualquer requerimento dirigido ao Instituto da Segurança Social dos Açores.

Para concluir, referir que esta iniciativa é justa e que se enquadra perfeitamente no período de incerteza que atualmente vivemos.

Lamentamos também que, ao contrário daquilo que foi dito em sede de Comissão, em que foi anunciado que este subsídio iria começar a ser pago no passado mês de abril, após terem sido ultrapassados os ditos constrangimentos informáticos, infelizmente isto ainda não aconteceu.

Esperamos agora que o Governo dos Açores continue a diligenciar junto do Governo da República, para que se possa ultrapassar rapidamente esta situação.

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD Açores, cá estaremos para reivindicar aquilo que é permitido ao povo açoriano e que não é cumprido, pois desta vez julgamos que o Governo da República, mais uma vez, se esqueceu de cumprir com este compromisso.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, gostaria de inscrever-me, João Corvelo.

Presidente: Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Presidente: Obrigada.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já, não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde já, vamos contextualizar um pouco este projeto trazido pelo PSD. Em junho de 2015 entrou na Assembleia Legislativa da Madeira um projeto entregue pelo PCP do mesmo teor ao qual foi aprovado por unanimidade e discutido em novembro na Assembleia da República com um resultado prático pelos vistos nulo, porque agora estamos nesta casa a discutir sobre o mesmo assunto.

Algo está errado, todos sabemos que está só que não sabemos o porquê. Qual é a razão para que esta lei, a Lei n.º 7/2016, de 17 de março não esteja a ser cumprida? Numa altura em que os índices de natalidade são extremamente preocupantes, aliás, o rácio jovens/idosos é extramente preocupante, nós consideramos que esta proposta se reveste de uma grande pertinência para ser abordada aqui.

Relativamente à questão da natalidade que não é nada indissociável da conjuntura socioeconómica, do desemprego, do emprego precário, assim uma série de conjunturas e fatores da nossa condição atual social, de instabilidade, a verdade é que tem condicionado imenso a questão da natalidade. Portanto, é um desincentivo nomeadamente à parentalidade.

E achamos que é extremamente preocupante este decréscimo de natalidade do nosso País, porque na verdade o que está em causa é precisamente a renovação das gerações na sociedade e é verdade que é ao poder político que cabe precisamente a inversão desta sociedade, porque há um alerta vermelho inclusive em relação aos índices demográficos, o que é uma situação extremamente preocupante como podemos observar em certas ilhas como o caso das Flores ou São Jorge. Esta é uma das nossas maiores preocupações.

O direito à parentalidade sabemos que está consagrado constitucionalmente, está assegurado, está reconhecido, aliás existe um Decreto-Lei, o 91/2009, que consagra precisamente o regime de proteção social no âmbito da parentalidade, intervindo através da subsídio pecuniária em substituição da de rendimentos perdidos ou por motivos de maternidade, paternidade ou adoção.

Esta assembleia também deve pretender a majoração da proteção social no âmbito da parentalidade, em que conste a compensação pelos custos inerentes que são gerados pela nossa condição particular da insularidade e, portanto, para rebater exatamente as desigualdades que são agravadas também pelos baixos rendimentos e o nosso grande, elevado nível de vida comparativamente ao resto do País.

Assim, possibilitamos a elevação a níveis muito mais adequados, criando-se para os residentes das regiões autónomas um acréscimo de 2% nos valores previstos no decreto já mencionado. O que temos agora de garantir é que esta medida seja efetivamente realizada, ao contrário do que tem sido feito até ao momento.

Ao contrário daquilo que acontece aos senhores, da parte do PCP assumimos o compromisso da continuação de defesa do reforço dos direitos de maternidade e paternidade e, nos Açores, na Madeira, mas também em Lisboa, no Continente, no País, defendemos a majoração de 2% neste apoio fundamental.

A isto mesmo senhores chama-se coerência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Esta iniciativa do PSD relativa à majoração da proteção social na maternidade e paternidade e adoção para os residentes na Região Autónoma dos Açores, é

trazida a esta Casa em boa hora, efetivamente recomenda e exige que se pague e se cumpra a lei, que se pague esta majoração dos 2% que é atribuída às regiões autónomas e a verdade é que em trabalho de comissão foi dito que não existiam requerimentos a solicitar este apoio, efetivamente acreditamos nós por desconhecimento dos açorianos, é verdade, e também foi-nos dito que efetivamente existiria o pagamento no mês de abril, dado que os constrangimentos estariam ultrapassados.

É verdade que também vemos, com bons olhos, o facto de aquando do pagamento, não sabemos quando, ter efeitos retroativos, não existir nenhum requerimento, mas a verdade é que é necessário que estes apoios se cumpram, é necessário criar cada vez mais estratégias porque a realidade de muitas das nossas ilhas são de baixos índices na natalidade, são cada vez menos jovens a fixarem-se nestas ilhas, a contruir famílias e como tal é necessário tentar inverter toda esta situação.

A verdade é que o CDS também tem dado um contributo nesse sentido, lembrar aqui que aquando do Plano e Orçamento para 2020, foi proposta a isenção do pagamento das creches aos açorianos que mais precisam, o que nos parece também aqui que foi dado um bom contributo ao aprovar esta medida, para muitas famílias açorianas, mas voltando ao que está aqui em causa o que consideramos é que esta lei que atribui esta majoração às regiões autónomas, entrou em vigor em 2016, o Governo da República fez-se esquecido porque a verdade é que por mais complexo que seja o programa informático, não acreditamos que sejam necessários 4 anos para ultrapassar esses constrangimentos até porque se fosse o inverso, ou seja, se fossem os açorianos a ter que pagar alguma coisa ao Governo, certamente não existiriam constrangimentos, até no dia seguinte à entrada em vigor já estaria tudo operacionalizado. Como tal, parece-nos que é mais do que justo esse pagamento e que esse pagamento seja no mais imediato possível, até porque a informação é

de que esses tais constrangimentos já estão ultrapassados e estava previsto o pagamento para o mês de abril.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o Grupo Parlamentar do PSD apresenta esta iniciativa para nos alertar, e para alertar também a todos os açorianos e açorianas, pelo incumprimento daquilo que já deveria estar em vigor porque trata-se de cumprir a lei, da majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção, para os residentes da Região Autónoma dos Açores.

Bem, esta situação faz-me lembrar, e certamente fará lembrar a todos os Srs. e Sras. Deputadas, aquele que foi o programa especial de apoio social à ilha Terceira que, se bem se recordam, deveria ter entrado em vigor em 2016 e que levou quase um ano a ser realmente aplicado. Levou quase seis ou sete meses para ser regulamentado e levou quase um ano a ser implementado e foi um programa especial de particular importância para a ilha Terceira, porque permitiu também majorar uma série de apoios e prestações sociais e além disso também permitiu prorrogar o prazo da aplicação desses mesmos apoios e prestações sociais.

Bem, neste caso estamos perante uma situação semelhante. A única diferença que possa haver aqui e que já foi aqui referido pelas intervenções das Sras. Deputadas que me antecederam, é que de facto parece-me que a maior parte dos açorianos e açorianas até desconhecia essa majoração, mas ainda bem que estamos a debater esta iniciativa, ainda bem porquê? Porque é uma forma de informar toda a gente que tem direito a este apoio, mas por outro lado, ainda

mal que estamos a discuti-lo porque nem sequer devíamos estar a discutir uma medida que já devia estar em vigor há 4 anos.

Portanto, não se compreende como mais uma vez, desta vez a justificação não se trata da falta de regulamentação, mas sim de algo que considero e todos nós consideramos como ainda menos desculpável, que é de estarmos 4 anos à espera que um sistema informático se consiga agilizar de forma a que as pessoas possam receber estas majorações.

Por isso mesmo é que o nosso Grupo Parlamentar irá, certamente, votar favoravelmente esta iniciativa e penso que será uma iniciativa que receberá a unanimidade de apoio por parte desta Assembleia.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Francisco César (PS): Sra. Presidente, gostava de inscrever a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente o pedido urgência relativo à presente iniciativa, e deu parecer favorável à mesma, na referida comissão.

Apesar de compreendermos que a execução da mesma envolve um trabalho burocrático e de adaptação informática, também somos de opinião que já é tempo de dar à mesma plena execução.

Sabemos que o Governo Regional dos Açores se tem empenhado e apoiado à rápida aplicação da lei. Tal como disse a Sra Secretária da Solidariedade Social em Comissão de Assuntos Sociais, a secretaria que tutela, através do Instituto de Segurança Social dos Açores, tomou as iniciativas com vista a uma rápida solução desta situação.

Registamos a garantia que nos foi dada pela Sra Secretária de que estas famílias vão ser contempladas com a retroatividade do subsídio em questão, bem como a dispensa de fazer qualquer requerimento para a sua atribuição, pois a mesma ocorrerá automaticamente.

Assim sendo, e em coerência com a aprovação da Lei objeto desta resolução o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores irá aprovar a mesma.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, caros colegas do Governo:

Em primeiro lugar, como disse também já na Comissão, entendo que é de facto importante que os Srs. Deputados e a Assembleia em geral, se pronunciem sobre a necessidade de o Governo da República operacionalizar, o quanto antes,

a majoração aprovada em 2016, até porque, conforme também tive oportunidade de dizer, este foi um esforço, um percurso e um caminho percorrido até agora, de forma solitária, pelo Governo Regional e pelo que percebi também pelo Grupo Parlamentar do PCP na Madeira, sendo que, e também nos termos em que transmiti à Comissão, foi possível assegurar até agora que de facto, conforme preconiza a proposta do PSD, serão os beneficiários que estão automaticamente identificados sem necessidade de requerimento adicional e que, naturalmente, que está também assegurado o pagamento retroativo dos valores aos beneficiários que ganharam, àquela data, o direito a estas 9 prestações sociais.

Conforme tive oportunidade de dizer estimámos um universo de mais de 15 000 beneficiários e estarão em causa cerca de 890 000€ na globalidade dos três anos a que retroage este pagamento. Em média, 59€ por beneficiário, sendo que oscila, conforme tive oportunidade de dizer na Comissão, entre alguns centimos e poucas centenas de euros, em função da prestação e das características do agregado familiar em causa.

Também tive oportunidade de dizer na Comissão e conforme consta aqui do relatório, diz exatamente aqui que “o Governo da República se comprometeu que no decurso do mês de abril do corrente ano se operacionaliza o pagamento desta majoração, ultrapassados que ficam os constrangimentos informáticos”, e eu queria reafirmar exatamente aquilo que transmiti na Comissão dizendo aos Srs. Deputados que: de então para cá, ou seja, da data em que fui ouvida na Comissão até à presente data, a plataforma já foi remetida para testes aos serviços do Instituto de Segurança Social dos Açores e também à Madeira.

Foram detetados inicialmente erros no universo das prestações a majorar, já foram efetuadas estas correções e temos neste momento a confirmação de que as majorações começarão a ser liquidadas a 28 de maio, integrando o

pagamento de cada uma das prestações em causa. Depois disso serão naturalmente também operacionalizados os pagamentos dos retroativos.

Neste momento, no fundo, mais do que as garantias dadas na Comissão, porque no momento ainda não dispúnhamos da plataforma informática devidamente adaptada, hoje já dispomos e já temos a confirmação de que os valores serão liquidados a 28 de maio, correspondendo à data de pagamento das demais prestações sociais.

Da minha parte, Srs. Deputados, já na altura valorizei a iniciativa do PSD e naturalmente o apoio generalizado que teve por esta Assembleia porque é naturalmente mais uma voz que se junta à voz do Governo na implementação de um direito que foi adquirido por um conjunto de açorianos e madeirenses, num conjunto de nove prestações sociais.

Portanto, pese embora estejamos a 6 dias do pagamento destas majorações e da efetivação plena deste direito, não deixa de não ser relevante a pronúncia de todos e de forma unânime e favorável.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há inscrições?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição do PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, aproveitava para perguntar-lhe, porque eu já fiz uma alteração com os serviços da minha forma de entrar na reunião, se melhorou?

Presidente: Substancialmente, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (Independente): Era para inscrever-me.

Presidente: Está inscrita então, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como tiveram oportunidade de ver, não participei na votação do diploma anterior na medida em que não me tendo sido permitido discutir democraticamente o diploma e enunciar livremente as minhas opiniões sobre a temática em análise, do tema que estava a ser discutido e o diploma que estava ser discutido, como óbvio se não me é permitido discutir e participar democraticamente numa discussão, a partir daí, o que acontece é que eu não voto um diploma que não tive oportunidade de discutir.

Avançando para a presente questão, esta questão que estamos aqui a discutir, ou seja, a majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção, para os residentes da Região Autónoma dos Açores destes mecanismos, nomeadamente no que diz respeito à majoração, é evidente que esta é uma situação absolutamente escandalosa, que é um período de incumprimento durante quatro anos, alegadamente por problemas informáticos e problemas informáticos que demoraram quatro anos a realizar.

Depois, o que é curioso é que estes problemas informáticos afinal estão quase a ser resolvidos nos próximos dias exatamente tendo em conta que esta iniciativa por parte do PSD está neste momento a ser discutida, isto mostra bem que os problemas informáticos podem ser resolvidos sempre que existem iniciativas por parte da oposição, no sentido de tornar público situações escandalosas como esta.

Portanto, é evidente que da parte do PPM nós apoiamos a iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD nesta matéria é uma iniciativa que está a ter um resultado concreto que é acelerar a resolução dos problemas informáticos e é acelerar a resolução desta questão, fundamentalmente para os açorianos que têm direito a este dinheiro e que têm um atraso do Estado que é vergonhoso, até tendo em conta que quando é o Estado a impor as suas regras e os pagamentos, aí já não há problemas informáticos e são muito rápidos. São sempre muito rápidos quando é para exigir que as pessoas cumpram os seus compromissos perante a administração, mas quando é ao contrário os problemas informáticos podem prolongar durante quatro anos, ou seja, somando pelo que é possível ver aqui no relatório, 859 000 euros ao longo de três anos, portanto já somou mais uma quantidade muito significativa em relação a estes números, isto tendo em conta que estamos a falar de 59 euros por cada beneficiário.

Portanto, são estes os números, é evidente que também é surpreendente que o Governo Regional não tenha conseguido em quatro anos agilizar estes procedimentos e fazer com que o Estado cumpra os seus compromissos, portanto essa vulnerabilidade, essa falta de eficácia deve aqui também ser apontada.

Tenho mais algumas coisas para dizer, fica para uma segunda intervenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

A verdade é que sempre que há um apoio da República para a Região, eu lembro que quando na altura houve um apoio social adicional no âmbito *downsizing* da Base da Lajes, também levou imenso tempo por causa de problemas de plataforma informática.

Quando foi para a aplicação do apoio social regional, na tarifa social da eletricidade, também a desculpa de que se tinha sempre que fazer o requerimento e que não podiam ser automaticamente selecionados para o apoio porque haviam problemas informáticos, portanto segundo parece a Secretaria da Solidariedade Social deve ter um problema adicional de problemas informáticos, mas congratulamo-nos que neste momento o problema esteja resolvido, lamentamos que mesmo sozinho o Governo Regional dos Açores não consiga manter uma relação com o Governo da República para que faça as transferências devidas para a Região.

Só uma questão que ficou por esclarecer, e penso que para os beneficiários era importante perceber, a partir do dia 28 de maio passam a receber a prestação referente ao mês de maio, imagino, e em relação aos retroativos como é que vai ser feito esse pagamento, vai ser feito todo junto? Vai ser feito às prestações? Vai ser feito, como? Essa é a questão que falta responder.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Aproveito para informar que esgotou o seu tempo.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Pretendo inscrever a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já, não.

Tem então a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, caros colegas:

Apenas de facto duas notas que faltaram na minha intervenção inicial, qualquer uma delas dadas na Comissão e, portanto, algumas das observações que foram feitas aqui estão descontextualizadas, mas de qualquer forma eu volto a informar os Srs. Deputados aquilo que transmiti àquela data.

A primeira questão tem exatamente a ver com o facto de eu ter informado os Srs. Deputados da Comissão de que as garantias de que o sistema informático estaria operacionalizado em abril, foram dadas no mês de dezembro, comunicadas formalmente, e já depois presencialmente, também, no mês de janeiro. Ou seja, já temos a confirmação de que a operacionalização do sistema estaria no calendário e devidamente operacionalizada pelo Instituto de Informática da Segurança Social nacional, naturalmente, nessa data, ou seja desde os meses dezembro e depois já em janeiro, foi dada a confirmação de que no mês de abril a plataforma estaria adaptada.

Depois, é também importante dar nota de que a Segurança Social, como se sabe... Estamos a falar do Sistema de Segurança Social, não estamos a falar da Solidariedade Social, estamos a falar do Sistema de Segurança Social que é único e uno em todo o País, incluindo o sistema informático da segurança social, porque estamos a falar de prestações que são nacionais.

Portanto esta adaptação para atender a uma majoração própria das duas regiões autónomas, é feita no sistema nacional de atribuição das nove prestações sociais e das demais e este aspeto é importante que se diga.

A Região não dispõe de uma plataforma informática da segurança social. A plataforma é única, é nacional e gerida pelo Instituto de Informática da Segurança Social. Não depende o pagamento desta majoração ou de qualquer outra prestação, de nenhuma transferência específica para a Segurança Social.

Naturalmente, que o orçamento também em matéria de Segurança Social, é único e uno, a nível nacional. Portanto, as prestações são devidas, as prestações são pagas e o orçamento é, naturalmente, devidamente assegurado para que as prestações sejam liquidadas.

Eu concordo, da mesma maneira que já concordei quando foi necessária a adaptação da plataforma para o PREIT, que de facto o tempo que levou até à adaptação das plataformas informáticas, foi de facto excessivo, sendo certo que, é importante que se diga, que tudo isto são questões que não podem ser processadas manualmente, têm que ser feitas no sistema para que fiquem devidamente registados os pagamentos no sistema que é único e haja de facto a noção daquilo que é pago, daquilo que está por pagar, porque isso é fundamental num sistema que se quer transparente junto dos cidadãos.

Outro aspeto que também é importante que se diga: independentemente de os cidadãos estarem, mais ou menos, informados sobre o direito à prestação, este é um direito que lhes assiste como muitos outros e que será automaticamente liquidado, não depende de iniciativa nenhuma, de nenhum dos cidadãos, ou seja, qualquer um dos cidadãos que requeira qualquer um dos nove subsídios que aqui está em causa, automaticamente recebe esta majoração e este aspeto é que era essencial que fosse garantido e neste momento está garantido, o processamento será feito no momento da liquidação das próximas prestações, a 28 de maio.

Quanto aos retroativos eu tive oportunidade de dizer na minha primeira intervenção que são liquidados posteriormente a esse dia 28 de maio, de forma

naturalmente faseada, organizada e articulada com o Instituto de Informático da Seguração Social.

Portanto, o mais depressa possível, naturalmente, com os recálculos que terão de ser feitos e os registos que têm que ser feitos no sistema devido.

Muito obrigada, Srs. Deputados.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente,...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevo a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Presidente: Obrigada.

(* **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(* **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, só para informar que, provavelmente, na altura em que a Sra. Secretária cedeu a informação do pagamento faseado das majorações que estão em atraso, eu estaria aqui a tentar entrar por outra via e me possa ter faltado essa informação, não foi para recalcar uma informação que achava que não tinha sido dada.

Só para fazer este esclarecimento à câmara.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, eu de facto fico satisfeita que a partir do próximo dia 28 de maio, sensivelmente daqui a uma semana, os primeiros beneficiários possam então receber, esperemos mesmo que isso aconteça, uma vez que também já nos tinha dito que seria em abril.

Mas, de facto tenho de recordar que esta iniciativa é de fevereiro, estamos no mês de março e fico particularmente satisfeita por isso mesmo, porque servirá para acelerar o pagamento de 30 999 pagamentos em atraso e este número é relevante, porque o Estado enquanto pessoa de bem, tem que dar o exemplo.

Portanto, é aqui um universo bastante abrangente, do número de pagamentos em atraso, do número de açorianos que têm direito a uma majoração que não está a ser-lhes paga e, portanto, nem que seja com outro propósito esta iniciativa já tem um efeito positivo porque veio aqui acelerar este pagamento que já se encontra em atraso há mais de quatro anos.

Foi também falado aqui em questões de natalidade, uma preocupação de vários grupos parlamentares, também do Grupo Parlamentar do PSD Açores, no entanto parece-me que apesar desta medida ser importante, deverá ser um complemento e não deverá ser por si só um fator decisivo a que se inicie aqui este debate e esperemos que se possa trazer esta questão noutra instância.

Para terminar, apenas dizer que por muito pouco, em alguns casos, que seja esse valor que os açorianos têm direito, este valor é dos açorianos, portanto não há aqui qualquer justificação plausível e aceite, muito menos constrangimentos informáticos da parte do Estado, para que leve quatro anos a resolver. Ninguém acredita nisto, portanto, parece-nos de forma bastante excessiva.

Fico particularmente satisfeita porque esta medida ao ser aprovada nesta Assembleia é uma medida do Grupo Parlamentar do PSD Açores que gerou consenso e que vai chegar a 15 000 açorianos e isso é algo que me deixa

orgulhosa, que deixa o trabalho deste Grupo Parlamentar orgulhoso, estamos aqui para reivindicar aquilo a que os açorianos têm direito.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ação política é essencial. Nesta matéria é evidente que fica a incompreensão absoluta em relação ao atraso da administração do Estado em relação ao pagamento destas verbas a que a população açoriana tem direito, os beneficiários têm direito, um atraso de mais de quatro anos, é uma situação que agora vai ficar resolvida aparentemente, mas que não pode deixar de ficar assinalada como uma irresponsabilidade por parte do Estado e do Governo da República, do Governo do PS.

Devo dizer, que este tipo de medidas são medidas importantíssimas, de grande importância, aliás o PPM teve oportunidade também, no âmbito da proteção da natalidade que nalgumas das nossas ilhas é um problema de enorme dimensão, como por exemplo, na ilha do Corvo nós tivemos oportunidade de apresentar, juntamente com o CDS-PP uma iniciativa que visava criar um regulamento municipal de incentivo à natalidade, que foi aprovado há um ano e é administração municipal, socialista também, há um ano que esta aprovação no

âmbito da Assembleia Municipal que se realizou e continua por ser criado e implementado.

Portanto, é uma matéria de grande relevância, há outras coisas que se podem fazer a nível regional e a nível municipal, mas também aqui neste caso específico, por exemplo, que só dei como exemplo a nossa iniciativa em relação ao regulamento de promoção da taxa de natalidade, pois também aguarda há um ano a sua implementação. Essa foi a única reunião em que tive oportunidade de participar no último ano. A partir daí nunca mais tive oportunidade de participar em reunião nenhuma, mas aqui – tal como a entidade estatal, como o Governo da República Socialista – também já vamos com o prazo de um ano de atraso em relação à implementação destas medidas.

É evidente, e termino, que este tipo de comportamento por parte das administrações, quer seja administração estatal, regional ou local, provoca o descrédito da atividade política porque a população não percebe como é que são implementadas, como é que é criada uma legislação específica no sentido de apoiar as populações, que depois entretanto é amplamente divulgada na comunicação social e depois essa implementação e esse pagamento demora um ano, dois anos, três anos, quatro anos e é preciso muita pressão política e estou convencido que se o Parlamento dos Açores não tem tomado esta iniciativa, não tem discutido o assunto, estou absolutamente convencido que ainda poderia ter demorado mais tempo, ou até não ser paga nunca.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que esgotou o seu tempo para este debate e pergunto também à câmara se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

(Pausa)

Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira

(Pausa)

João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

(Pausa)

Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Continuo aqui com algumas falhas técnicas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Jaime Vieira

(Pausa)

Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Também tive problemas técnicos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, para o anúncio da votação.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 183/XI, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 14 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A, de 20 de março, que estabelece o regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos”.**

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no debate dos DLR.

Tem a palavra para apresentação da iniciativa, o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores dispõe, no seu ordenamento jurídico, de normas que regulamentam a proteção e a conservação dos nossos recursos naturais, com o objetivo de garantir quer a sua valorização, quer a sua utilização sustentável.

Entendemos que as atividades de investigação científica que tenham por base os recursos naturais da Região devem contribuir para aprofundar o conhecimento científico sobre esses recursos e sobre as suas múltiplas potencialidades, sendo, também, assegurada uma partilha justa e equitativa dos benefícios que daí possam advir.

A proposta de alteração ao diploma que estabelece o regime jurídico do acesso e da utilização de recursos naturais dos Açores para fins científicos e

tecnológicos que o Governo Regional traz agora a esta Casa, para ser votado pelas senhoras e senhores deputados, pretende, essencialmente, proteger os interesses da Região nesta matéria.

Este diploma, que altera o regime jurídico em vigor desde 2012, visa regular, de forma mais eficaz, a recolha de amostras para fins científicos e tecnológicos nos Açores, assegurando uma partilha justa dos benefícios que possam advir de atividades de investigação que tenham por base os recursos naturais do nosso arquipélago.

Benefícios, estes, que poderão ser pecuniários, ou que podem consistir na partilha de conhecimento e de projetos científicos e tecnológicos.

O diploma criado pelos Açores, em 2012, foi pioneiro na altura, mas passados oito anos consideramos que há necessidade de o atualizar e de o compatibilizar com o regulamento europeu, criado em 2014, que estabelece as regras de acesso aos recursos genéticos e de partilha dos benefícios, de acordo com o Protocolo de Nagoia, resultante da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Entre as várias propostas que constam deste diploma e que visam simplificar e clarificar os processos associados à recolha de amostras, destaca-se a criação do Certificado de Conformidade Internacionalmente Reconhecido (CCIR), válido por 10 anos, para a utilização de recursos naturais para fins científicos, que prevê os termos do acesso e do uso de amostras de recursos naturais.

Propõe-se que a emissão deste Certificado dependa de um parecer prévio, obrigatório e vinculativo, favorável do departamento do Governo Regional competente, isto, em função do recurso natural a aceder; ou de uma licença ou autorização, quando exigida por legislação específica, em função da natureza e ou da localização do recurso em causa.

Assim, todas as amostras para fins científicos recolhidas na Região vão passar a ter este Certificado. Será também criada uma plataforma eletrónica para os

pedidos, onde vão passar a estar disponíveis para consulta todos os certificados existentes nos Açores.

Serão, ainda, criadas regras para a monitorização e o controlo de boas práticas dos usos destas amostras.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No fundo, através deste diploma, o Governo pretende acautelar os interesses da Região, que deve beneficiar dos seus próprios recursos naturais, e regular de forma mais eficaz a recolha de amostras para fins científicos e tecnológicos nos Açores.

Esperamos, para isso, contar com o apoio das senhoras e dos senhores deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para inscrever o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Presidente: Obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Para inscrever o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Presidente: Obrigada.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, para inscrever-me a mim próprio, António Lima.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aprovação do regime jurídico de acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos em 2012, foi um passo importante e inovador, à altura, tendo por isso merecido a aprovação unânime por parte do Parlamento Regional.

Na verdade até esse momento a Região não dispunha, no seu ordenamento jurídico, de qualquer instrumento que regulamentasse esta matéria e que permitisse salvaguardar e preservar os nossos recursos naturais que são naturalmente únicos e de elevado potencial, em termos de desenvolvimento económico dos Açores e que garantisse simultaneamente uma partilha justa e equitativa dos benefícios que possam decorrer das atividades de investigação científica de desenvolvidas na nossa Região, ou com base nos seus recursos naturais, de acordo com o que está previsto no protocolo de Nagoia.

A existência de um regime jurídico desta natureza, bem definido, claro, rigoroso e robusto, torna-se ainda mais importante, atendendo à possibilidade de extinção da plataforma continental portuguesa já que, caso isto venha a acontecer, Portugal passará a ter jurisdição sobre o solo e subsolos marinhos e sobre os recursos vivos e não vivos numa área superior a 3,8 milhões de quilómetros quadrados, qualquer coisa como 41 vezes a dimensão da área imersa de Portugal Continental, sendo que grande parte dessa área e os respetivos recursos naturais aí encerrados pertencem à subárea dos Açores.

Portanto, para além de nós termos votado favoravelmente este regime jurídico na altura, estamos também de acordo com a generalidade das propostas que são agora apresentadas, que no nosso entender vão melhorar este regime e provavelmente a sua adaptação e adequação à legislação nacional e europeia que, entretanto, surgiu.

No nosso entender esta proposta de DLR melhora este regime jurídico, desde logo porque vem regulamentar o acesso aos recursos naturais da Região, também para fins tecnológicos e não apenas para fins científicos, ou seja, passa também a estar salvaguardada a utilização e aplicação deste conhecimento técnico e científico para fins industriais e comerciais, bem como a partilha justa e equitativa dos benefícios que possam decorrer também dessas atividades.

Na realidade, Sr. Secretário, a sensação com que ficamos é que se pretende aqui introduzir, sem grande alarido, uma evolução relevante neste diploma e que até ao momento nós estaríamos desprotegidos no que diz respeito à vertente tecnológica e à utilização deste conhecimento para fins industriais e comerciais, nomeadamente ao nível dos benefícios que daí possam advir.

Se era assim, pois bem estamos satisfeitos porque agora se colmata esta lacuna, mas eu pedia que fizesse algum esclarecimento em relação a esta matéria.

Pedia também, se nos pudesse esclarecer, por que razão é que se propõe que este regime jurídico passe a abranger o acesso ao conhecimento tradicional associado aos recursos naturais acedidos ou recolhidos, quando no diploma inicial se optou deliberadamente por excluir esta matéria do seu âmbito, com o argumento de que a matéria deveria ser acautelada com base num regime jurídico próprio.

Portanto, gostaríamos de saber em primeiro lugar por que razão é que nunca se chegou a criar esse regime jurídico durante estes anos todos e depois queríamos saber o que é que mudou de lá para cá para agora, de facto, se justificar não a

criação de um regime próprio, mas a inclusão desta matéria neste regime jurídico.

Na altura era Secretário Regional o Sr. Deputado José Contente que eventualmente poderá dar algum contributo também em relação a este esclarecimento.

Por fim, é evidente que as alterações preconizadas neste diploma aumentam ainda mais as responsabilidades inspetivas e de fiscalização por parte do Governo Regional.

Portanto, pergunto também se a Região estará dotada dos meios necessários para garantir a fiscalização, um dos cumprimentos desta legislação e corresponder eficientemente a estas responsabilidades.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentando não repetir aquilo que já foi dito pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, do CDS, e que abordou muito bem as questões mais técnicas inerentes a este diploma, convém de facto salientar que isto é um atualização legislativa que era necessária fazer, que deriva do tempo e da idade que a lei em vigor já tinha e também daquilo que foram as atualizações legislativas feitas ao nível comunitário e também ao nível nacional.

Registamos que no trabalho em Comissão desta proposta de alteração do Governo, desta primeira alteração, não houve objeções, até houve satisfação, por parte da comunidade científica envolvida na preparação deste diploma e que se manifestou satisfeita, quer com a atualização em si, quer com a forma como a comunidade científica foi envolvida e participou na construção deste

documento e, portanto, como tal nada nele nos levanta nenhum tipo de objeção, nem de preocupação.

Agora, continuamos a ter um problema de base para resolver, é que de facto continua a ser mais fácil legislar, adequar e atualizar a legislação do que implementar e fazer cumprir a mesma e, aliás, Sr. Secretário, já tinham sido estas as preocupações que o PSD tinha colocado no trabalho em comissão e parece-me que a Região continua muito pouco capacitada em termos de meios, sobretudo técnicos – acredito que em termos de meios humanos tenhamos gente muito competente e capacitada para implementar e fiscalizar esta lei – mas ao que ao nível dos meios técnicos e logísticos, nós não estamos capazes de monitorizar tudo aquilo que é a nossa área terrestre e sobretudo aquilo que é a nossa área marítima. Portanto, nós não dispomos de navios, nós não dispomos de submarinos, nós não dispomos de aeronaves, nós não dispomos sequer dos drones anunciados pelo seu antecessor na anterior Legislatura.

Portanto, nós de facto temos um conjunto de carências que faz com que nós tenhamos dificuldade em implementar e em fazer cumprir esta legislação, evitando que a legislação seja prejudicada por quaisquer outros interesses que possam cá vir e usufruir dos nossos recursos naturais, sejam para fins científicos, tecnológicos ou outros quaisquer, desde logo começando pelos conflitos com a República Portuguesa ao nível daquele sempre mal definido conceito de gestão partilhada no que envolve os nossos mares.

Portanto, para já Sr. Secretário, as perguntas que eu lhe queria fazer têm a ver com a essa capacidade de fiscalização, de implementação, de fazer cumprir e de evitar que tenhamos boas leis ou que tenhamos leis independentemente de elas serem boas ou menos boas, mas que depois tenhamos a habitual dificuldade em fazê-las cumprir e em garantir que os interesses da Região são salvaguardados.

Para já, eram estas as explicações que gostaria que o Sr. Secretário nos fizesse. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Nós vamos interromper os nossos trabalhos por agora, regressam às 14H30 para continuarmos com o debate.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 14 horas e 34 minutos

A Mesa tinha a inscrição do Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na análise que fazemos desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que altera o regime jurídico do acesso e utilização dos recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos, não temos objeções de monta à mesma.

Estas alterações, como já foi referido, visam essencialmente a precisão de definições, o enquadramento desta legislação na ordem jurídica da União Europeia e assim como a densificação dos regimes de contratualização do acesso aos recursos naturais, assim como definir de forma mais concreta as formas de concretização de eventuais formas de cooperação.

Comos disse estas alterações não merecem grandes reparos, tal como não merece grande discordância o Decreto Legislativo Regional já existente.

No entanto, o que nos suscita obviamente curiosidade e também interesse, é a aplicação desta legislação que já existe e como será aplicada também no futuro.

Gostaria de colocar algumas questões ao Governo Regional, para iniciar também o debate sobre esta matéria e tendo em conta que uma parte significativa e importante dos recursos naturais que têm interesse científico nos Açores, estão efetivamente no mar.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional, em 2019, se tiver esses dados obviamente, quantos pedidos de cruzeiros científicos foram realizados na Região e em que áreas específicas, de forma geral, é que foram? Se neste momento o Governo Regional tem manifestações de interesse de cooperação com outras entidades públicas ou privadas ao abrigo do atual Decreto Legislativo Regional em vigor e se sim em que áreas específicas?

Para o BE é importante que a Região tenha uma legislação deste tipo que regula a utilização dos recursos naturais e as forma de eventual distribuição dos ganhos para a Região e para as entidades envolvidas.

A sua aplicabilidade e a sua efetivação é que, obviamente, consideramos que não é simples e parece-nos que será em incipiente a sua possível efetivação.

Muita da aplicabilidade desta legislação dirige-se, como já disse, aos recursos marinhos embora não se resuma, obviamente, a estes.

Se podemos antever alguma capacidade de controlo e fiscalização no que refere a eventuais explorações minerais do fundo, já o mesmo não é possível, ou afigura-se muito mais difícil quanto aos recursos biológicos, em particular daqueles com potencial biotecnológico.

Atualmente a maioria da investigação nessas áreas é realizada por grandes instituições, grandes centros de investigação, ou quando não é, quando é por instituições de menor dimensão, estão enquadradas em organizações de maior dimensão que, obviamente, defendem os seus legítimos interesses.

Não estamos a falar de, como era no passado, nos sécs. XVIII e XIX, de pequenos grupos de cientistas em que a ciência e o romantismo por vezes se

mostravam e que deram grandes contributos à ciência e à sociedade, estamos a falar obviamente de outros patamares e de outros níveis de investigação.

A Região, e não só a Região, o país não é uma falha exclusivamente nossa, não tem ou tem poucos mecanismos e instrumentos de controlo, aliás como a própria proposta demonstra ficamos um pouco à mercê da boa vontade dos interessados.

O caminho para retirarmos o maior proveito dos nossos recursos, em particular do mar, como tem defendido o BE, passa efetivamente por termos investigação de ponta na Região nesta matéria, com instituições também elas de topo, como poderia ser um laboratório testado nesta área.

Cada dia que passa estamos mais confiantes que este é um caminho que tem que ser trilhado para que possamos efetivamente ter, utilizar, fazer uso e fazer com que esta investigação e com que estes recursos se reflitam na melhoria das nossas condições de vida, mas o Governo Regional como não tem uma política de desenvolvimento para o futuro nesta área quer, de certa forma, vender aos açorianos e açorianas que uma plataforma para aluguer de recursos é uma grande conquista e essa legislação também o que se procura fazer, de certa forma, é um pouco vender melhor os nossos recursos criando mais algum valor mas, como disse, mais vale isso do que nada e não nos oporemos a esta proposta e votaremos a favor.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Francisco César (PS): É para inscrever o Sr. Deputado José Contente.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: Obrigada.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Eu quero inscrever-me também, Sra. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já, não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. do Governo:

Em boa hora, e hoje relembro que se comemora o Dia Mundial da Biodiversidade, esta Assembleia volta a discutir e a analisar um importante diploma, por aquilo que eu já ouvi, merece como mereceu em 2012, um bom consenso porque de facto se trata de um diploma muito importante.

Não vou utilizar expressões às vezes mais comezinhas de dizer que este diploma tem história, fica para a história e pela história, mas de facto há aqui dois ou três marcos históricos, que me parecem ser importantes assinalar para enquadrar isto.

De facto, em 1992, na célebre Conferência do Rio, que alguns chamam Eco-92, começou-se a discutir situações relacionadas com o desenvolvimento sustentável, melhor dizendo, com o desenvolvimento do meio ambiente e também do desenvolvimento.

Passados alguns anos, em 2010, aquilo que veio a ser conhecido como uma conferência e a convenção, melhor dizendo, biológica da diversidade, foi levada ao protocolo de Nagoia, ou melhor foi levada a Nagoia, onde são os auspícios

da ONU, tal como já tinha sido em 92, um conjunto de países acordaram em partilhar recursos desde que houvesse simultaneamente duas condições: o acesso, ou melhor a partilha, mas também alguns deveres em termos de contrapartidas.

Este diploma versa exatamente esta questão, só que é a partir do protocolo de NAGOIA, houve um tratado internacional que foi ratificado em 2014 pela Comissão Europeia e também por instâncias comunitárias, que deu origem ao regulamento que em 2017 veio a ser ratificado por muitos países, entre os quais Portugal.

A Região, como já foi dito aqui, foi um pouco pioneira nesta matéria, porque já desde 2012 sentiu que era importante esta intervenção ao nível desses recursos naturais, sob o ponto de vista da sua partilha e fez um primeiro instrumento legislativo que digo-vos sem nenhuma vaidade ao tempo, nem neste momento, mas tivemos indagações do Parlamento Europeu para verem que tipo de legislação é que nós tínhamos, uma vez que fomos dos primeiros a avançar com este tipo de legislação.

O facto de aqui hoje discutirmos, e bem, um diploma que avançou face ao Regulamento 514 e que avançou também face ao Decreto de 2017 do Governo da República e essa conformidade com esses dois instrumentos, está vertida neste diploma, que permite assim aos Açores neste dia, ter um conjunto de articulados e de instrumentos legais para poder resolver o nosso futuro coletivo em matéria, não só económica, mas também e sobretudo económica, porque há aqui uma coisa que eu gostaria de esclarecer logo desde do início: isto não se confunde propriamente com questões que estão associadas, e bem, ao Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que esse sim trata mais do ordenamento do espaço marítimo nacional. Nós estamos a falar de amostras e de amostras que podem ser utilizadas para fins biotecnológicos, para

a biossegurança, portanto para situações que têm a ver com um conjunto de instrumentos mais restritos, sob o ponto de vista da sua aplicação.

De resto, já se falou hoje aqui em fiscalização, mas a fiscalização prevista neste diploma é uma fiscalização administrativa por via daquilo que agora se chama o certificado de conformidade, internacionalmente reconhecido, que antes era o certificado com consentimento prévio informado.

Por isso essa fiscalização tem de ser vista no sentido de que são aqueles que acedem aos recursos, que pedem o certificado e que lhes é concedido e essa fiscalização é feita por essa via.

De resto, também gostaria de chamar a atenção que mesmo em matéria marinha, através da Direção Regional do Ambiente e do Mar, o Programa LIFE, por exemplo, já tem verbas para reforço, para a vigilância e para a monitorização da componente marinha, portanto, são coisas independente.

Este diploma, por exemplo, poderia ter mais a ver com alguém que passa nas Furnas e vê aqueles tapetes, junto aos *geiseres*, mais pretos ou verdes e sabendo que há lá seres que são extremófilos, que vivem em condições extremas, neste caso de temperatura, podem efetivamente serem transformados em aplicações biotecnológicas e que podem trazer mais valias no futuro. É isso que também se passa com este articulado que aplica a ideia de tecnologia neste sentido e neste preciso instante.

Por isso o Grupo Parlamentar do PS considera que este diploma é equilibrado, é um diploma inovador porque, e como diz a etimologia, cria de novo e cria de novo de acordo com os parâmetros mais modernos que vigoram atualmente na comunidade europeia e também, naturalmente, com esses regulamentos que foram aplicados já ao País.

É por isso que é um bom diploma e um diploma que no Dia Mundial da Biodiversidade assinala, se merecer o consenso desta câmara, tal qual como em

2012, um forte e um bom contributo da Assembleia Legislativa Regional, para esta marcha científica e tecnológica dos Açores.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vi agora que o Sr. Deputado José Contente fez uma longa introdução ao assunto, antes de fazer referência concreta ao diploma, mas é evidente que como fez estas referências e não foram referências críticas ao poder instalado, a Sra. Presidente não interrompeu em nenhum momento a intervenção do Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PS, mas evidentemente isto são “dois pesos, duas medidas”, em cada situação que vamos enfrentando aqui no Parlamento torna-se evidente que à Sra. Presidente só a incomoda que quando falando do mesmo assunto, se trata de um discurso que é crítico com o poder e aí V. Exa. interrompe abundantemente a intervenção do Deputado da oposição, neste caso, do PPM para tentar impedir que estas críticas sejam peroladas.

Portanto, são dois pesos, duas medidas, agora tivemos uma longa introdução, uma longa contextualização em que a Sra. Presidente não fez nenhum reparo.

Vamos assistir e eu vou fazer questão de assinalar esta incoerência em todos os diplomas e sempre que ela acontecer, como também sucedeu ontem quando o Sr. Presidente do Governo Regional decidiu fazer uma intervenção já sem tempo, que a Sra. Presidente permitiu perfeitamente. Portanto, nesse sentido, como é óbvio, esta incongruência mostra a absoluta falta de independência de V. Exa. na condução dos trabalhos.

Presidente: Isso é a sua opinião, Sr. Deputado!

O Orador: Isso é a minha opinião e a opinião de muitos açorianos de certeza, absoluta.

Quero dizer o seguinte sobre esta matéria: na minha perspetiva, da parte do PPM não temos nenhuma crítica a apontar a este diploma, bem pelo contrário, nesta situação o que nós consideramos e como é evidente, a regulamentação europeia que, entretanto, foi criada tem de ser transporta para a nossa legislação, é isso que foi feito. Foi feito aqui, não foi feito noutros casos, como por exemplo na legislação referente ao impacto ambiental, aí essa transposição já não se fez, já não interessa porque, por exemplo, tem questões relacionadas com a renovação das licenças ambientais, que aqui nos Açores é *ad eterno*, mas que na República, por exemplo já só se pode fazer uma vez essa renovação, etc., etc., há várias situações, mas nesta situação quero dizer, Sr. Secretário que o senhor fez o que tinha a fazer.

Também em relação à aproximação, em relação à legislação nacional que, entretanto, saiu, também aí não tenho nenhuma crítica e é acautelar as especificidades dos Açores nesta área, que eu penso que V. Exa. faz de forma eficaz.

Portanto, da parte do PPM nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa.

Só quero terminar a minha intervenção dizendo que, de qualquer das formas, o que eu considero sempre é que é de esperar que se vierem a surgir interesses e interesses de grande amplitude por parte da República numa determinada questão que está a ser regulada por este diploma, é de esperar que a República tenha um entendimento diferente e que encontre uma forma de sobrepor à efetiva execução, por parte da Região, deste regime jurídico.

Portanto, percebe-se as cautelas que estamos a ter nesta matéria, percebe-se também que, por exemplo, o potencial da região Autónoma dos Açores, nomeadamente no que diz respeito ao alargamento da nossa zona de jurisdição cresce com a expectativa deste aumento da nossa zona de jurisdição poder ser aprovada no futuro, no âmbito da ONU, mas seja como for, é de esperar de futuro, quando os interesses económicos surgirem, a nossa legislação possa ser

depois colocada em causa porque é assim que o Estado tem atuado e é assim que tem surgido noutros contextos.

Agora, o Governo Regional em relação às medidas que está a acautelar, na perspetiva está a fazê-lo bem e merece a concordância da Representação Parlamentar do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs.

Membros

do

Governo:

Vou tentar responder a algumas das questões que foram levantadas durante este debate.

Em primeiro lugar, em relação a uma das questões colocadas pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, de facto foram introduzidas aqui algumas novidades naquilo que tem a ver com o uso para fins tecnológicos dos recursos e também a questão dos conhecimentos tradicionais.

Isto também decorre do regulamento comunitário e em particular em relação aos conhecimentos tradicionais, que também está previsto no regulamento comunitário, eu julgo que já dei este exemplo: as populações indígenas da floresta amazónica, têm um conhecimento tradicional de muitas plantas que utilizam para curar as suas doenças e isso foi também um dos motes para que houvesse esta Convenção de Nagoia, isto foi, digamos, usurpado às populações locais a determinada altura por grandes multinacionais que fizeram a recolha de plantas autóctones e endémicas dessas zonas e, naturalmente, que as patentearam e utilizaram para benefício próprio, sem qualquer benefício para as populações locais.

Portanto, é isto que no fundo se pretende acautelar, embora não possa dar um exemplo no caso concreto dos Açores, mas é isto que se pretende de certa forma acautelar.

Relativamente às responsabilidades de fiscalização de todo este processo, e também aqui respondendo já um pouco ao Sr. Deputado Luís Rendeiro, estes processos passam naturalmente também pelos técnicos dos vários departamentos governamentais, alguns deles que são especialistas em determinadas áreas também, e naturalmente sempre que a Região tiver problemas ou dificuldades nalguma tipo de recurso, de algum tipo de grupo biológico, por exemplo, pode sempre recorrer a especialistas para o ajudarem a avaliar alguns dos pedidos e a avaliarem todos estes processos. Será, como disse o Sr. Deputado José Contente, uma fiscalização mais administrativa, neste caso. Haverá também, e está previsto, que a administração faça um plano de controlo de todo este processo e depois eu julgo que o caminho faz-se caminhando. Portanto vamos, naturalmente, com este diploma acompanhar mais de perto, e ter a possibilidade de acompanhar mais de perto, todos estes processos e temos gente, julgo eu, capaz de fazê-lo.

Gostaria também de lembrar neste caso o seguinte: a ciência é por natureza uma atividade cosmopolita e colaborativa e a ciência dos Açores não vive isolada do mundo, aliás mal seria que o fizesse nesse aspeto, por isso neste âmbito eu gostaria de referir também o seguinte: a maior parte dos projetos de investigação hoje em dia têm cláusulas específicas, quando há parcerias de investigação, têm cláusulas muito específicas não só de confidencialidade dos resultados que saem desses projetos, mas também em que os vários parceiros assinam documentos em que se comprometem, no caso do projeto resultar, por exemplo, numa patente ou no desenvolvimento de um produto tecnológico, ou coisas desse género, os projetos preveem esses acordos e na maioria dos casos esses acordos são assinados obrigatoriamente por todos os parceiros, porque

caso os projetos resultem em benefícios com potencial económico, terão que beneficiar todos os parceiros do projeto consoante, naturalmente, os seus contributos.

Por isso, também por essa via que já está regulamentada – não aqui, mas por outro tipo de regulamentos – os interesses das regiões, os interesses dos países, os interesses dos centros de investigação que participam nesses projetos internacionais, por exemplo, ou mesmo nacionais até, estão à partida garantidos por esses mecanismos que também já estão criados.

Especificamente e falando, por exemplo, numa das coisas que foi falada aqui que é o mar.

De facto, o mar tem ainda um grande potencial de descoberta e um potencial enorme relacionado, por exemplo, com áreas da biotecnologia marinha com o desenvolvimento de biomateriais, com possibilidade de descoberta de moléculas com interesse para a indústria farmacêutica, para a cosmética, etc., aliás foi público durante estes tempos de notícias sobre o COVID que, por exemplo, os testes de PCR utilizam uma enzima que foi descoberta numa bactéria capturada no mar profundo, numa fonte hidrotermal, aliás esta técnica foi utilizada para o estudo do vírus da SIDA também, a sua identificação, ou da SARS, portanto uma DNA polimerase que foi descoberta de facto num organismo marinho de fontes hidrotermais. Só para dar um exemplo de facto do potencial que existe.

Relativamente às campanhas de mar que é um assunto que também já foi focado aqui, eu também gostaria de referir que todos esses trâmites da ocorrência, ou não, de campanhas nos Açores, têm trâmites legais estabelecidos, os pedidos normalmente vêm pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, vêm para a Presidência do Governo Regional, a Presidência do Governo passa à Direção Regional de Assuntos do Mar e à Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, nós pedimos parecer, portanto tudo isso é muito

controlado, não há hipótese de hoje em dia haver, aliás porque os navios também são seguidos permanentemente e não há hipótese nenhuma de haver aqui qualquer oportunismo.

Eu gostaria também de relembrar que desde há muitos anos sempre que há uma campanha nos Açores é exigido a presença de investigadores regionais ou nacionais, mas a maior parte tem sido investigadores regionais que embarcam nessas campanhas e também fazem o seu trabalho nas mesmas campanhas, ou pelo menos na maioria delas.

Gostaria de referir uma coisa muito importante deste diploma que terei de referir, que é também a possibilidade de nós termos agora, a partir deste momento, a possibilidade de haver um registo de coleções.

Isto é muito importante porque nós sabemos que existem muitas coleções de organismos depositadas, por exemplo, na Universidade dos Açores e que foi fruto do trabalho dos nossos investigadores e, portanto, também existe aqui uma boa possibilidade dessas coleções serem conhecidos para também poderem ser aproveitadas por outros investigadores e para o desenvolvimento da nossa ciência, do conhecimento e do seu aproveitamento.

Relativamente a uma das questões que foi colocada aqui pelo Sr. Deputado António Lima e que tem a ver com o número de campanhas, o número que eu tenho em 2019 foram 34 campanhas e o número que eu tenho que já estão pedidos para este ano são 7 campanhas internacionais, algumas são nacionais também, tenho ideia de que são 7 campanhas.

Relativamente aos números até agora, eu posso dizer-lhe o seguinte também: dos registos desde 2012 a 2020, nós temos cerca de 401 registos de pedidos, quer o anterior certificado de consentimento prévio informado, nós temos cerca de 401 pedidos, cerca de 179 são relacionados com organismos de fauna e flora terrestre, 209 são fauna e flora marinha e outros aspetos, provavelmente sedimentos dos fundos submarinos, rochas, etc., e também temos cerca de 13

pedidos relacionados com o meio da água doce, incluindo fauna e outros grupos.

Portanto, só para dar uma ideia. Dentro dos outros pedidos temos pedidos para amostragem de fontes hidrotermais, de sedimentos, de água, de fósseis, de inertes e também de cavernas (só para dar uma ideia do resumo)

Relativamente à investigação e ao centro de investigação e a toda essa problemática, julgo que não faz parte do âmbito daqui, mas o que lhe posso dizer é que nós temos uma investigação de ponta em muitas áreas nos Açores, felizmente, e temos investigadores que ombreiam com a investigação que se faz internacionalmente e que dão, naturalmente, uma projeção de notoriedade aos Açores e à Região e que era também o nosso objetivo apoiar aqueles que continuem a crescer e a desenvolver o seu trabalho da melhor forma.

Ficava por aqui, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu inscrevo o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Presidente: Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu queria inscrever o Sr. Deputado Alonso Miguel, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Sr. Deputado José Contente.

Presidente: Obrigada.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, por favor.

Presidente: Obrigada.

Presidente: Julgo não haver mais inscrições.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria manifestar já a minha satisfação pelo facto do Sr. Deputado José Contente não ser vaidoso, porque se fosse se calhar ainda estaríamos a ouvir a sua introdução histórica que nós por acaso conhecemos e por isso é que todos os partidos votaram unanimemente esta lei em 2012. Portanto, nós conhecemos a história e fizemos também parte dela e o que é importante é termos em conta a importância deste documento, agora corrigido para o futuro e não para o passado.

Tendo em conta esse futuro, eu confesso que fiquei muito mais preocupado agora depois de ouvir, quer a intervenção do Sr. Deputado José Contente, quer a segunda intervenção do Sr. Secretário Regional, porque parece que este diploma afinal serve apenas para que se possa fazer uma fiscalização administrativa dos procedimentos e da utilização dos recursos naturais da Região para fins científicos, tecnológicos, industriais, seja o que for, ou seja, isto permite que quem quer cumprir a lei submeta o seu interesse à dita fiscalização administrativa e à obtenção dos certificados e quem quiser incumprir perante a lei não tem, à luz desta legislação, nenhum meio de fiscalização real em campo, em terreno que impeça qualquer tipo de recolha e de utilização fora do âmbito do controlo da região e parece-me que nalgumas das áreas da ciência os interesses são sérios e podem ter uma dimensão económica importante, para que se remeta a fiscalização apenas à parte administrativa, portanto julgo que isto nos deve deixar a todos muito preocupados até porque a questão dos fundos marinhos e da sua dificuldade de monitorização e controlo é incontornável e a possibilidade de um qualquer navio de investigação passar junto aos Açores e junto às nossas fontes

hidrotermais submarinas e poder daí tirar qualquer tipo de amostra e levá-la para onde puder ser sem que a região sequer saiba, é real, daí gostaria de colocar mais algumas questões ao Sr. Secretário Regional.

Tendo em conta aquilo que são os tradicionais conflitos que a Região tem com a República à luz das questões de soberania e que já se viu que os mesmos não têm cor política, têm apenas questões de soberania nacional ou de Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e de competência e de tutela regional também, gostaria de saber, para além dos meios que pertencem ao Estado e às Forças Armadas, quais é que são os meios aéreos, aquáticos, tecnologia de satélite, ou outros tecnológicos e físicos ao nível dos equipamentos, de que a Região dispõe, se é que dispõe, para garantir a salvaguarda dos seus interesses e o cumprimento desta legislação que hoje discutimos e que já se viu que colhe o consenso e a aprovação da generalidade dos partidos com assento na Assembleia Regional, mas gostaríamos de ter essa garantia de que a Região está preparada para que esta fiscalização seja real e não apenas administrativa como o Sr. Secretário e o Sr. Deputado José Contento aqui quiseram referir, porque isto de facto preocupa-nos.

Portanto, Sr. Secretário, existem meios, a Região dispõe de alguns, ou isto fica tudo no campo das boas intenções e das boas vontades e todos nós já sabemos o que é que dizem as boas intenções?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, começo por agradecer os esclarecimentos que foram feitos por parte do Sr. Secretário Regional. De facto, acaba por confirmar que neste momento há aqui também uma intenção e salvaguardar melhor componente

tecnológica, tal como nós percebíamos, e também devo confessar que este aumento de responsabilidades ao nível da fiscalização não pode ser só garantido com fiscalização administrativa. Portanto, nós mantemos as dúvidas que temos, que são muitas, de que teremos capacidade de acompanhar a responsabilidade nova que agora é trazida ao nível deste diploma, portanto as forças políticas e partidárias terão cá para de futuro observar se isso, de facto, foi possível ou não. Em relação ao acesso ao conhecimento tradicional associado aos recursos naturais acedidos ou recolhidos, Sr. Secretário não foi isso que lhe perguntei, não lhe pedi um exemplo. Aliás, também não me lembro de nenhum exemplo concreto para os Açores, mas a nível mundial lembro-me de alguns, o que lhe perguntei é por que é que no diploma inicial esta matéria foi excluída propositadamente para ser criado um diploma específico, um regime jurídico específico e ao fim de oito anos esse regime jurídico não só não foi criado, como agora de um momento para o outro afinal já é para integrar neste regime jurídico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

Deputado José Contente (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Eu fico sempre muito lisonjeado quando me dão alguns adjetivos ao contrário, dizendo que eu não sou orgulhoso, mas aqui que eu fiz no proémio ou no preâmbulo do diploma, foi uma coisa diretamente relacionada com o diploma que trata da biodiversidade e é por isso que não me estendi, nem mais, nem menos, cingi-me de facto ao objeto do diploma que é da biodiversidade.

Também percebo que o Sr. Deputado Luís Rendeiro, já na Comissão, tinha essas preocupações de fiscalização, de policiamento ou de monitorização destas questões mais relacionadas com a instrução dos processos, mas de facto tal qual

existe também no Regulamento da Comunidade, esta inspeção ou fiscalização é administrativa porque sem o certificado de conformidade internacionalmente reconhecido, não há fiscalização, a não ser, e isso é que é importante, com outra legislação conexa que já existe, nomeadamente e dou-lhe um exemplo: vai um investigador a uma reserva natural, está sujeito às leis e aos regulamentos e às sanções dessa própria reserva natural.

Portanto não há *à priori* uma fiscalização, porque é o certificado de conformidade internacionalmente reconhecido, que permite ao Governo saber se há ou não essa possibilidade dessa fiscalização administrativa, porque de resto há outros instrumentos de maior amplitude para áreas protegidas e para outros domínios, que já estão devidamente regulamentados e têm as suas sanções.

Por isso, o que nos parece realçar mais uma vez, e aliás o artigo 22.º-A, que depois na proposta de alteração que nós fizemos vai ser alterado porque estava repetido, mas daqui a pouco já falaremos disso, o art.º 25.º, esse artigo é muito claro sobre as competências da fiscalização e também nas sanções, nomeadamente na fiscalização é o art.º 21.º.

Portanto, o ponto 1, 2 e 3 já versam como é que essa fiscalização é feita, por isso qualquer legislação que esteja fora desta matéria que é versada neste diploma, é a apropriada para fiscalizar qualquer uso ou abuso da recolha de amostras, ou outro tipo de recursos naturais na Região Autónoma dos Açores e para isso, ainda há pouco lhe falei, que o programa LIFE, a Direção Regional do Ambiente e do Mar, tem uma verba para o reforço e a vigilância e monitorização da componente marítima, mas como há este instrumento também há muitos outros nas reservas naturais que permitem essa fiscalização.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para, em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Secretário, as informações que transmitiu, as respostas às questões que coloquei e os números efetivamente confirmam aquilo que é também a importância e o interesse que gera o mar dos Açores e o interesse que ele suscita não só em Portugal, mas muito além fronteiras e isso dá conta do interesse científico, mas também o interesse económico que esta matéria suscita e que revela também a sua importância, a importância de a debatermos e de a aprofundarmos.

Eu queria apenas também dizer que, como disse na intervenção inicial, temos muitas dúvidas quanto à efetiva capacidade de fiscalização desta legislação, não será uma dificuldade exclusiva da Região, é porque tem a ver exatamente com a forma como as recolhas podem ser feitas e a dificuldade de se fazer cumprir a legislação e a presença do investigador, como referiu o Sr. Secretário nas campanhas, é um investigador da Região, não poderá de forma alguma garantir que não haja quem não cumpra a lei, porque quem quiser efetivamente poderá fazê-lo porque o investigador não será um polícia e não poderá controlar tudo o que se passa a bordo de um navio e não poderá, obviamente, até pelo tipo de amostras que são recolhidas, que muitas vezes até são amostras de micro organismos ou de organismos muito pequenos, o investigador não é um polícia e nunca poderá sê-lo nestas circunstâncias, mas isto certamente não é uma característica única dos Açores, agora claro que nos Açores se coloca com uma importância maior dada a riqueza potencial que existe no nosso mar.

Queria apenas dizer para terminar que o BE reconhece e concorda que há excelente trabalho de investigação nos Açores, há excelentes investigadores nos Açores, pena é duas coisas. Em primeiro lugar, que grande que grande parte desses investigadores não tenham uma carreira, não tenham estabilidade no emprego e que muitos deles passem por cá uns anos, desenvolvam trabalho excelente, trabalho de ponta e depois a solução que têm é ir para outras

paragens desenvolver trabalho ou continuar trabalho, que desenvolveram nos Açores, noutras partes do país ou até mesmo no estrangeiro, levando essa massa crítica, levando linhas de investigação até eventualmente que poderiam ser e deveriam ser continuadas na Região.

Em segundo lugar, é uma questão de ambição. Nós não podemos olhar para o que temos e dizer que é bom e que apenas temos de continuar aos poucos a melhorar. Não, é preciso ir muito mais além do que isso, daí aquilo que o BE defende é que é preciso ir muito mais além, porque nós temos efetivamente recursos que são extremamente valiosos, têm um potencial enorme e só indo muito mais além disso é que nós podemos, efetivamente, tirar proveito desses recursos porque sabemos que se não tivermos esses meios, se não tivermos esses investigadores, se não tivermos instituições muito fortes nesta área, os nossos recursos por mais legislação que nós façamos, por mais fiscalização que exista, os nossos recursos vão beneficiar diretamente e mais intensamente outros países, outras instituições do que as nossas e vão beneficiar outros muito mais do que a nossa Região. É nisso que nós temos de trabalhar, é por isso que nós temos que desenvolver a ciência de uma forma muito intensa e é por isso que o BE defende que isso tenha que passar pelo desenvolvimento das instituições que existem, sem dúvida, mas pela criação de um grande polo de desenvolvimento ao nível da biotecnologia e das ciências do mar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o BE esgotou o seu tempo para o debate.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Eu gostaria de intervir, Sra. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, eu estava a pedir para me inscrever. Se calhar era preferível falar antes do Sr. Secretário e ele respondia a todos.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sim!

Presidente: Muito bem, falo então a troca.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Para já não.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sras. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu costumo dizer que mais vale pouco e assertado, do que muito e atrapalhado e de facto este diploma é importantíssimo, mas é demasiado denso e quis abranger coisas que deveriam ter uma regulamentação própria e passo a explicar.

O exemplo que o Sr. Secretario deu, e muito bem, as enzimas termoestáveis que hoje estão a ser utilizadas no PCR e que foram isoladas de uma fonte termal subaquática, se calhar até vieram dos Açores, porque o Sr. Secretário sabe muito bem que muitos dos nossos organismos termófilos foram cedidos para fora da Região de moeda de troca – e sabe muito bem a que é que estou me referindo – e que neste momento estão a render *royalties* a quem na realidade os patenteou.

Portanto, este diploma é importantíssimo, muito em particular em relação aos seus art.ºs 14.º, 15.º e 16.º, que regulamenta a saída de amostras da Região – e aí estamos completamente de acordo – outra coisa completamente diferente é quando falamos em coleções, porque quando falamos em coleções, quer dizer

que essas amostras já foram analisadas e já se isolaram os recursos, sejam eles genéticos, microbiológicos, ou outros, que já foram identificados, caracterizados, que vão ter que ser classificados, registados, quem sabe patenteados e essa parte toda das coleções teria que ter uma regulamentação própria, até era uma forma de nos protegermos depois em relação aos microorganismos e todas as questões tecnológicas que estão envolvidas que decorram desses microorganismos.

Portanto, toda a parte que é o art.º 14.º-A, que se relaciona com os registos das coleções, teria que ter uma regulamentação própria. Já lhe tinha dito isto na Comissão e não coincidentemente foi exatamente a mesma coisa que a Dra. Ana Colaço, em representação da Universidade disse.

Devo lembrar-lhe, Sr. Secretário, que não é só a questão das coleções serem conhecidas, é que depois de serem registadas e patenteadas têm que ser mantidas e isso é caríssimo e sabe, tão bem quanto eu, que nenhum dos centros de investigação têm capacidade de ter uma biblioteca de coleção per si. Portanto, se calhar tinha que haver uma regional em que depois os centros de investigação continuavam a ter o poder sobre a identificação dos microorganismos e teriam as *royalties* ou os benefícios que decorressem do seu isolamento e da sua caracterização, mas toda a dinâmica da biblioteca em si, que é caríssimo, teria que ser sustentada de outra forma.

Só mais uma questão muito simples: em relação ao SIRS, como o Deputado José Contento já disse e bem, só tarda o que não acontece, mas a verdade é que nós temos neste momento na Região um problema que já aí levantei que é o da retroatividade. Por exemplo: se eu quiser usar uma bactéria que isolei de um queijo de S. Jorge, com características muito interessantes em termos tecnológicos e fi-lo há 20 anos, sempre que quiser publicar algum artigo que recorra e essa bactéria na altura não tinha sido. Como é que eu vou fazer? Vou arranjar um falso? É que se tivéssemos as coleções já catalogadas eu poderia

remeter para uma coleção oficial, não a tendo tenho de estar sempre preso a CCIRs que só a partir de agora é que vai existir.

Muito obrigada, Sra. Presidente. Sei que me deve ter dado alguma tolerância e agradeço.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada, esgotou o seu tempo.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que em relação à fiscalização o Sr. Deputado José Contente já reforçou aquilo que está patente no diploma e julgo que foi compreensível e gostaria de chamar a atenção que este Certificado Internacionalmente Reconhecido é, no fundo, também, um certificado de consentimento prévio informado, ou seja, as pessoas têm – e está bem patente no diploma – que fazer a devida diligência, a devida diligência é cumprirem com as regras que estão aqui para amostragem e todos os restantes procedimentos.

Portanto, no caso, por exemplo, de a pessoa querer levar a amostra no avião, ou no barco, etc., tem que ter o certificado consigo, portanto há logo aí, à partida, uma necessidade de apresentar às autoridades, caso seja detetado esses bens, esses recursos naturais serem transportados, a pessoa tem obrigatoriamente que mostrar o tal certificado, portanto também aí é uma forma de fiscalização.

No caso concreto de alguns recursos que, por exemplo, estão numa reserva natural, como bem disse o Sr. Deputado José Contente, o consentimento de fazer amostragem nesses locais, também são alvo de pedidos de licença prévia, tal como são, por exemplo, campanhas que são realizadas nos Açores, também são alvo de licenciamento prévio e/ou no caso de reservas marinhas também há essa necessidade de haver um consentimento anterior para se fazer amostragem normalmente, isso acontece.

Portanto, eu julgo que nesta componente eu julgo que naturalmente não é fácil, mas as pessoas também que não cumprirem com isso podem incorrer em processos de contraordenação por não cumprirem com aquilo que é a legislação que está em vigor nos Açores.

Relativamente às campanhas eu também gostaria aqui de dar nota do seguinte: um navio que peça uma autorização para fazer uma campanha nos Açores tem obrigatoriamente que fornecer um relatório e esses relatórios são fornecidos, caso não seja fornecido ou caso haja um problema, o navio já não pode pedir uma segunda autorização porque isso dependerá se entregou, ou não um relatório anterior e normalmente esses relatórios são fornecidos pelos investigadores chefe das campanhas e, portanto, não tem havido que eu saiba, aí nenhum problema.

Posso dizer-vos que desde 2012 até 2020 houve de facto 51 pedidos ao abrigo da legislação anterior naquilo que diz respeito a navios de investigação e 357 pedidos que foram feitos por investigadores. Destes 357 pedidos de investigadores posso dizer-vos que 196 foram de investigadores regionais, pelo menos são os dados que eu tenho aqui.

Relativamente à questão das coleções, pois as coleções são propriedade de quem as recolheu, desconheço se há muitas privadas, ou não, mas muitas delas terão os tempos de investigação da Universidade dos Açores ou de laboratórios regionais, mas nada impede – e aqui também respondendo à Sra. Deputada Graça Silveira – que haja um registo à posteriori das coleções que existem neste momento.

A questão das coleções é de facto uma questão difícil, é preciso ter meios para mantê-las, mas se calhar ao abrigo deste diploma, a Região poderá criar no futuro algum tipo de apoio para a manutenção destas coleções. Como sabe existem inúmeras metodologias de conservação de animais dependendo dos grupos a que nos estamos a referir, alguns basta um frigorífico a menos de 80,

outros são outro tipo de exigências e exigem curadores, exige a manutenção permanente das coleções, normalmente os museus de história natural têm essas condições mas, enfim, nada impede que as coleções que existam sejam agora elas próprias registadas com este fim.

Julgo que era só isto que eu gostaria de referir.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu inscrevia o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não há, sendo assim dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem deixar de sublinhar aquilo que aqui já foi dito acerca da importância deste diploma e do consenso que ele reúne, evitando desde já qualquer tipo de interpretação enviesada da posição do PSD, eu não deixo de insistir, nem de estar preocupado com a questão da fiscalização real que o Sr. Secretário não quis abordar porque a preocupação da fiscalização real e que extravase apenas a questão administrativa e dos certificados, é uma questão que se coloca e que se irá colocar sempre, sobretudo no caso da eventualidade da ocorrência de amostragem ilegal e vou dar um exemplo: suponhamos que estaria a concurso ou que poderia estar em causa a atribuição de concessões de exploração de uma qualquer área dos nossos fundos marinhos. Um dos eventuais concorrentes

poderia querer ter uma vantagem competitiva através de recolhas ou de amostragem que não fossem conhecidas por parte dos outros concorrentes e tendo em conta os interesses económicos em causa poder-se-ia até estar perante uma recolha ou uma amostragem de grande dimensão, de grande escala e até com eventual dano ambiental (estou a utilizar uma situação extrema para que se perceba o exemplo), daí a minha pergunta de há pouco de tentar perceber que meios é que a Região tem ou pretende ter, ou se é que pensou nisto, em termos de fiscalização de campo que possa impedir que situações destas aconteçam, porque se os únicos meios que existem são os meios da República e os meios das Forças Armadas, sabendo que a Região e a República terão sempre conflitos de competências e muitas das vezes nesta área como noutras, como se viu até recentemente em assuntos relativos ao COVID, poderão haver desentendimentos com a República que parece-nos bastante importante que a Região tenha capacidade de saber o que é que está a acontecer na sua área de soberania e intervenção que neste momento parece-me não ter e julgo que justificar isto com a importância da fiscalização administrativa é pouco.

Eu brinco muito com o assunto, mas em tempos o seu antecessor anunciou que iriam ser fiscalizadas as pescas com recurso a drones, o que é facto é que os drones têm algumas capacidades, desde que não sejam aqueles do Ministério da Defesa que esses não tinham capacidades nenhuma, mas gostaria de saber se a Região vai ou não levar a sério estas preocupações e neste momento parece-me que não está a levá-las.

Eram estas as questões que eu queria deixar, espero que desta vez tenha sido audível, sei que o Deputado Francisco César estava com muita preocupação acerca da qualidade do meu som, espero que se tenha conseguido ouvir e agradeço mais uma vez esta oportunidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, eu gostava de intervir.

Presidente: Muito bem.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Para já não há...

Deputado Francisco César (*PS*): Sra. Presidente,...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Francisco César (*PS*): Para inscrever o Sr. Deputado José Contente.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Não havendo vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, o Sr. Deputado Luís Rendeiro insiste numa retórica que dá a entender que o mar dos Açores está a saque, aliás já não é a primeira vez, essa é a recorrente não só do Sr. Deputado.

Hoje em dia, Sr. Deputado, as campanhas que ocorrem nos Açores são super acompanhadas, existe autorizações prévias que são ou não dadas, exige-se a apresentação de tudo o que vai ser feito, das localizações das amostragens, as metodologias das amostragens. Posso dizer-lhe, por exemplo, que muitas campanhas que utilizam, por exemplo, acústica para estudar os fundos

marinhos, muitas delas já foram rejeitadas porque utilizam frequências que podem afetar os cetáceos, por exemplo.

Portanto, é rigoroso o acompanhamento disto e não se fique com a ideia de que o que se passa nas águas dos Açores acontece como as pessoas bem-querem. Não é bem assim.

Por outro lado, estamos a confundir uma questão que é muito importante: a competência pela fiscalização das águas nacionais é da Autoridade Marítima Nacional e a Autoridade Marítima Nacional acompanha estes processos, posso garantir-lhe também diariamente e ela também participa nestes processos de autorização porque ela também tem que ser informada do que se passa no mar dos Açores.

Portanto, nada disto acontece e garanto-lhe que não acontece, os açorianos não fiquem com a ideia de que não existe qualquer controlo nas amostragens que se passam no alto mar inclusive e no mar dos Açores. Não é verdade!

Quanto à questão dos drones, de facto são uns veículos – que eu também já tive oportunidade de dizer – que cada vez evoluíram mais, a tecnologia cada vez é melhor e serão com certeza, num futuro próximo, um auxiliar muito importante para várias ações de fiscalização, não só relacionadas com isto, aliás aqui talvez nem se aplica muito, mas relacionadas, por exemplo, com as pescas e garanto-lhe que a tecnologia já evoluiu de tal forma que hoje se tornam cada vez mais importantes o uso de drones para fiscalização do mar porque para já são mais baratos e têm hoje uma performance muitíssimo boa e que serão auxiliados com certeza no futuro.

Portanto, não há que ter receio desta história e depois todos estes procedimentos estão previstos no diploma para quem transportar amostras, a ausência de CCR pode ser penalizadora, existe legislação própria para cada um do tipo de recursos, enfim, eu julgo que este é um bom diploma, é um diploma que vai defender a Região e que com certeza vai dar frutos e uma coisa muito

importante: com este diploma os açorianos vão passar a conhecer melhor aquilo que é o potencial dos recursos naturais dos Açores e vão também aperceber-se melhor das potencialidades do seu uso e da importância da ciência e tecnologia para o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

Deputado José Contente (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e srs. Membros do Governo:

É só para particularizar um pouco mais ainda a questão da fiscalização, porque ela está bem vertida neste diploma, bastaria compulsar o capítulo VI da fiscalização, onde estão lá todos os artigos que têm a ver com esta problemática da fiscalização, mas mais, por exemplo no art.º 20.º-E, dá cumprimento ao art.º 8.º do regulamento da União Europeia, que também está previsto no art.º 10.º e no art.º 11.º do diploma nacional.

No caso do art.º 21.º foi introduzida uma disposição melhor para revogar o diploma de 2012.

O art.º 20.º-B do controlo também dá cumprimento ao art.º 9.º do regulamento, está previsto no art.º 9.º do diploma nacional, como o 20.º-C do plano de controlo que dá cumprimento a esse art.º 9.º também e está previsto nesse art.º 9.º do diploma nacional.

O art.º 20.º das ações de controlo, dá cumprimento novamente a esse artigo 9.º do regulamento, mas também do diploma nacional e por isso até ao nível das contraordenações e sanções acessórias, o diploma também introduz alterações face ao diploma de 2012, por isso eu acho que este edifício legislativo, como se disse desde o início, está conforme o regulamento comunitário, que pensaram naturalmente também, nestas questões da fiscalização e no diploma nacional.

De resto, eu penso que nós temos que ter, naturalmente, uma atitude vigilante, ainda que não com fantasmas face aos recursos naturais, mas o que é importante realçar mais uma vez aqui nesta matéria da fiscalização, é que uma coisa é o espírito deste diploma que está diretamente focado no Certificado da Conformidade Internacionalmente Reconhecido, e outra coisa é toda a legislação que existe em matéria de reservas terrestres e marinhas, que outros diplomas já têm as sanções e outras capacidades e até verbas inscritas no Plano ou derivadas de Fundos Comunitários para a sua fiscalização.

Eu acho que nós devemos estar sempre vigilantes em relação aos recursos naturais, e a estes que estão aqui focados neste diploma, mas não temos que ter mais medos com este diploma, do que aqueles que já temos, ou pelo menos salvaguardamos com o articulado de outros diplomas que já passaram pela Assembleia Legislativa Regional, incluindo alguns que estão no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e que foram um grande avanço face até às competências da Região Autónoma dos Açores.

O que se espera também é que instrumentos como a ESA em Santa Maria para a monitorização dos nossos mares, que é um bom instrumento de fiscalização no futuro até para derrames de petroleiro para a poluição e para a biossegurança, o que se espera também é que, naturalmente, em próxima revisão constitucional a Região tenha cada vez mais poderes associados a estas matérias e a outras, mas nós não tememos nada com a fiscalização prevista neste diploma porque ele está conforme, está rigorosamente conforme as disposições do regulamento comunitário onde ele se inspirou e também no diploma nacional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu inscrevo o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem deixar mais uma vez de sublinhar a importância do diploma e das respostas que me estão a ser dadas pelo Sr. Secretário Regional, eu julgo que nós não devemos ser líricos, nós vamos apoiar este diploma, mas devemos ter em atenção as questões práticas, nunca devemos esquecer as questões práticas.

Sr. Secretário Regional, quem diz que o mar dos Açores está a saque não é o PSD, nem sou eu, muito menos. Quem disse que o mar dos Açores estava a saque foi o Presidente Vasco Cordeiro em vários órgãos de comunicação social e referindo-se a questões dos fundos marinhos. Não pode é o mar estar a saque quando o Governo da República é de uma cor e por artes mágicas deixar de estar a saque quando muda a cor do Governo da República, porque todos nós já percebemos que quando os interesses da República se sobrepõem aos interesses da Região, a República trata dos seus interesses e a Região fica a ver navios, como já se viu no que diz respeito a fundos marinhos, à questão ambiental da base das Lajes e a um conjunto de outras questões que esperemos que não venham a tocar também no domínio científico, aeroespacial e de um conjunto de matérias que temos tratado e que são sucessivamente abordadas pela República e a região vem a saber depois.

Portanto, as questões práticas são importantes.

Depois, eu percebo que a regulamentação contemple uma outra coisa, mas eu já estou a imaginar que um investigador possa fazer uma recolha simples, de

pequena dimensão numa qualquer zona, já não digo no mar, numa qualquer zona terrestre do território das nove ilhas dos Açores. Quem é que vai fiscalizar o que é uma amostra? Como é que é transportada e se existe ou não um Certificado? Vai ser o funcionário da empresa de seguranças no controlo de passageiros no aeroporto?

Sr. Secretário, estas questões são complicadas, porque é difícil que um cidadão comum que tem uma atividade profissional, tenha a capacidade para num aeroporto, por exemplo, num controlo de passageiros, detetar o que é uma amostra ou o que não é uma amostra, o que é que cada um pode levar ou não.

Isto de facto parecem coisas tontas, mas não o são. Portanto, daí as preocupações que o PSD tem quanto à segurança e à aplicabilidade desta legislação.

Já percebemos que os meios de fiscalização são os da República, estamos nas mãos da República para a fiscalização em grande escala, meios aéreos, meios aquáticos e eventualmente tecnologia satélite. Agora resta-me perguntar de facto, de novo, se a Região já tem algum drone, se já os vai adquirir, quantos pensa ter porque os meios técnicos são importantes e precisamos saber o que é que a Região vai ter de ferramentas para garantir que esta legislação se aplique.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente ...

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Para já não.

Sr. Secretário Regional, dou-lhe a palavra.

Alerto apenas que dispõe de muito pouco tempo.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito rápido, só para dizer o seguinte: em relação ao mar, às preocupações e às questões ligadas à soberania, eu gostaria de dizer que está na Assembleia da República uma Anteproposta de Lei aprovada nesta Assembleia, que é a Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo, que foi consensual, foi aprovada por unanimidade na nossa Assembleia Regional e já teve uma primeira discussão na Assembleia da República.

Eu gostaria de lembrar, porque convém lembrar isto, se eu tenho memória sobre o que aconteceu na Assembleia da República, foi o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, que arranjou algumas artimanhas para que a lei, neste momento, demorasse mais, porque ele sugeriu que ela fosse à Comissão de Constitucionalidade, propôs que fosse a uma série de comissões e com certeza que isso atrasa a aprovação desta lei e atrasa as pretensões dos Açores.

Mas gostaria de referir em relação à recolha de amostras, muito rapidamente que existem guardas florestais, existe a Inspeção do Ambiente, portanto se um investigador está a recolher numa zona qualquer das nossas ilhas em terra, inclusive, se for questionado por um Guarda Florestal ou por uma Inspeção do Ambiente, deve ter para já uma licença ou então um CCR para mostrar a quem terá no terreno a fiscalizar.

Por outro lado, gostaria de dizer que, por exemplo, quando se faz remessa de amostras pelo correio, normalmente tem que se dizer o que é que lá contém e, pelo menos, pela minha experiência própria muitos dos organismos ou de amostras que eram enviadas para serem analisadas noutra laboratório porque não havia capacidade nos Açores para determinadas análises, tem que ser acompanhadas sempre de um documento desse género para poderem ser expedidas, portanto, eu não vejo que haja esse problema.

Quanto aos drones eu considero que o Sr. Luís Rendeiro faz aqui um *fait diver* com os drones e não está no âmbito desta discussão, julgo eu, estarmos a discutir neste momento a discussão da fiscalização...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... porque como eu já disse a Autoridade Marítima Nacional tem toda a responsabilidade e todos os meios para fazer essa fiscalização no mar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(* **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu queria inscrever-me pessoalmente.

Presidente: Dou-lhe a palavra, também alertando que dispõe de pouco tempo.

Tem a palavra, Sr. Deputado Luís Maurício.

(* **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional.

Eu intervenho neste debate para contestar as suas afirmações segundo as quais o Deputado Paulo Moniz tinha, sob a forma de artimanha, atrasado a aprovação da chamada Lei de Bases.

Eu quero dizer-lhe Sr. Membros do Governo, e recordar-lhe porque provavelmente deve ter sido da sua parte um lapso de memória, que foi o Sr. Deputado Jorge Lacão e a ex-Ministra do Mar que se recusaram a receber os Deputados da Comissão Parlamentar Regional competente em matéria do mar. E foi no âmbito dessa discussão na Assembleia da República que defenderem que esta matéria, para além de ficar na Comissão do Mar da Assembleia da República, deveria ser analisada na Comissão de Assuntos Constitucionais.

Portanto, Sr. Secretário Regional, eu não vou utilizar a mesma expressão que o Sr. Secretário Regional utilizou, de forma infeliz, mas queria colocar, como o nosso povo diz, os pontos nos “is”.

Muito obrigado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, novamente para lhe assinalar e para fazer referência à condução dos trabalhos por parte de V. Exa. Acabámos de ter uma intervenção, por parte do Sr. Deputado Luís Maurício, que nada teve a ver com o assunto que está a ser discutido, ou seja, não tem nada a ver com a questão que está em discussão, não fala sobre o diploma concretamente, V. Exa. não interrompeu o Sr. Deputado, tal como ontem também não interrompeu o Sr. Presidente do Governo, que tinha 5 minutos para falar e falou 12 minutos.

Portanto, queria assinalar a toda a câmara a completa arbitrariedade como V. Exa. está a conduzir estes trabalhos parlamentares, portanto fazer referência a que mais uma vez há aqui uma intervenção que de acordo com o procedimento que V. Exa. adotou, agora deveria ter interrompido também.

Eu pergunto-lhe por que é que não interrompeu uma intervenção que não foi uma intervenção focada diretamente no diploma?

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, está registada a sua interpelação e respondo-lhe com toda a abertura porque entendo que o debate é também político, o Sr. Deputado Luís Maurício respondeu de certa maneira àquilo que tinha sido dito pelo Sr. Secretário Regional e entendi que apesar dele ser totalmente relacionado com a matéria em causa,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como era o meu caso!

(*) **Presidente:** ... que fazia sentido, então aí é que não podia ser não permitir que as pessoas pudessem responder.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem prioridade absoluta, Sra. Presidente.

(*) **Presidente:** Quanto ao tempo, posso dizer-lhe, depois então em particular, não o direi perante a câmara, que de todas as Sras. e Srs. Deputados que têm feito intervenções ao longo deste Plenário, o Sr. Deputado é daqueles que mais tem ultrapassado o tempo e eu tenho-lhe dado a mesma latitude que dou a todas as outras Sras. e Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

(*) **Presidente:** Portanto, neste modelo que nós estamos a trabalhar, eu tenho tentado fazer o meu melhor de forma a permitir que todos possam intervir com tempo e acima de tudo terem tempo de concluir o seu pensamento político e as suas intervenções.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais alguma inscrição para participar no debate?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade deste diploma.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente. Muito obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana LuíS

Deputada Ana LuíS (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI foi aprovada por unanimidade, na generalidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, queria fazer uma interpelação à Mesa, se faz favor.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, queria solicitar-lhe, porque não quero que fique aqui qualquer margem para dúvidas, que compreendendo a sua boa intenção, logo que os partidos acabam o tempo, anunciasse que acabaram, ou quando as pessoas tiverem no uso da palavra e ultrapassarem o tempo que avise imediatamente quando chegarem ao fim do tempo para todos percebermos quem ultrapassou e quando. Acho que é mais transparente para todos e não quero que o CDS seja favorecido nessa matéria. Muito obrigado.

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Esse é o nosso objetivo, mas como compreendem os meus Secretários da Mesa estão bastante longe de mim e muitas vezes não é possível no momento imediato ter acesso ao tempo que foi ultrapassado. Portanto, é esse o motivo que faz com que muitas vezes não seja possível dizer antecipadamente está a terminar o seu tempo, como é habitual dizer-se, nem tão pouco conseguir dizer assim que a pessoa termina que o seu tempo esgotou.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu compreendo, Sra. Presidente o que me está a dizer e aceito, mas eu próprio já detetei aqui ultrapassagens de tempo de quase de 100% de alguns Deputados.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado, pois é possível que aconteça.

Eu tento ser o mais rigorosa possível no sentido também de não prejudicar a intervenção quando a pessoa inicia a sua intervenção sem saber o tempo que lhe resta, é difícil também estruturar o seu pensamento e eu tenho tentado nesse sentido evitar também prejudicar a intervenção, por isso muitas vezes tenho permitido que as pessoas possam ultrapassar um pouco mais o seu tempo.

Também gostaria de dizer, apesar de tudo, que no que toca ao tempo utilizado e à ultrapassagem do mesmo, que todos têm tentado cumprir ao máximo e a verdade é que todos têm sido também exigentes consigo próprios e rigorosos, no momento em que eu chamo a atenção, de tentar terminar a intervenção.

Portanto, eu até agora não achei que isto era um problema porque também não sinto que da parte dos intervenientes tenha havido qualquer tipo de abuso, mas naturalmente que o Sr. Deputado Jorge Jorge vai continuar a colaborar comigo e a ajudar-me para que esse controlo dos tempos seja o mais efetivo e rigoroso possível.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente ...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Para inscrever o Sr. Deputado José Contente.

Presidente: Muito bem.

Pergunto se há alguma inscrição agora também no âmbito do debate na especialidade?

(Pausa)

Para já temos só o sr. Deputado José Contente, a quem dou a palavra.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para explicar esta proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PS que não modifica em nada o diploma, corrige pequenas situações de redação.

Em primeiro lugar, o art.º 7.º-A tinha 12 pontos porque a numeração saltava do 1 para o 3. Portanto, isto foi retificado e foi renumerado e também havia uma duplicidade de menção no art.º 22.º-A, que já existe no diploma republicado, o 25.º.

Portanto, trata-se tão só de eliminar o art.º 22.º-A, porque ele já existe no diploma original e também porque havia um erro de renumeração no art.º 7.º-A. É simplesmente isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então iniciar as votações do articulado do diploma.

Este diploma tem 6 artigos no total. O primeiro artigo é o artigo que altera um sem número de artigos do diploma original. Geralmente nestes diplomas, por vezes, acontece haver intenção de votar em separado.

Pergunto à câmara se relativamente ao art.º 1.º, que é o art.º das alterações, se posso colocá-lo à votação na sua globalidade?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pelo CDS pode, Sra. Presidente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Da parte do PSD não tem qualquer oposição, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): O PS, também não.

Presidente: Eu assumo então, o silêncio também me permite votar.

Vamos então assumir que o art.º 1.º pode ser depois votado na globalidade.

Relativamente ao art.º 2.º, à parte da proposta de alteração apresentada pelo PS, pergunto se os restantes aditamentos que o Governo propõe fazer no âmbito deste artigo 2.º, se depois podem ser votados também todos em conjunto?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada a opor, Sra. Presidente!

Deputado Luís Maurício (PSD): Nada a opor, Sra. Presidente.!

Deputado Francisco César (PS): Nada a opor!

Presidente: Muito bem.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 2.º com as explicações que, aliás, o Sr. Deputado José Contente acabou de fazer.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Dionísio Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS):Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

(Pausa)

Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para anunciar a votação.

Secretário: Muito obrigado.

As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada.

Vamos agora votar o art.º 2.º, com esta alteração que acabámos de aprovar.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O art.º 2.º com as alterações introduzidas, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem.

Vamos então votar os restantes artigos que compõem este diploma, nomeadamente o 1.º, o 3.º, o 4.º, o 5.º e o 6.º.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Obrigada.

Agora sim, vamos fazer a votação final global.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): O meu voto é favorável, Sra. Presidente.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Dionísio Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Voto a favor Sra. Presidente.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Voto a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI, foi aprovada por unanimidade.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, permita-me uma interpelação muito curta.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado José Contente (PS): Quando apresentei a proposta de alteração, não o disse porque ela não consta da proposta de alteração, a necessidade de a comissão de redação alterar a epígrafe do Capítulo III, que não vem na republicação.

Portanto, era para chamar a atenção para a comissão de redação introduzir a epígrafe do Capítulo III. É tão somente isso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Alerto por esta via a Sra. Relatora e Sra. Presidente da CAPAT, para terem em consideração este alerta do Sr. Deputado José Contente em sede de redação final do diploma.

Vamos fazer agora o nosso intervalo de 15 minutos, regressamos às 16H35.

Eram 16 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 35 minutos.

Entramos agora no ponto 15 da nossa Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 210/XI – “Assegurar o**

regular abastecimento marítimo da ilha do Corvo no âmbito da situação criada pelos efeitos do furacão “Lorenzo” e da pandemia COVID-19”.

Este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão é requerido pelo PPM e para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabem, é do conhecimento de todos, que desde os estragos causados pelo furacão “Lorenzo” que a ilha do Corvo tem sido abastecida de uma forma irregular.

Nós já chegámos a ter uma situação de mais de 50 dias sem abastecimento marítimo de mercadorias, já tivemos outros períodos de 30 e tal dias sem abastecimento marítimo, e estes longos períodos de falta de abastecimento têm vindo a prolongar-se ao longo deste período todo.

Portanto, esta é uma discussão que é urgente realizar e é preciso encontrar uma solução para esta questão.

Eu, desde o dia 2 de outubro de 2019 que venho entregando iniciativa sobre esta matéria. Mais tarde, durante a discussão, faremos a análise destas questões, mas esta é uma questão urgentíssima, é muito urgente resolver a questão relacionada com o abastecimento da ilha do Corvo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Francisco César

(Pausa)

André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: António Almeida

(Pausa)

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra para fazer o anúncio da votação.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência vou dar novamente a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para, desta vez, fazer a apresentação da iniciativa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da apresentação desta iniciativa vou fazer uma referência a iniciativas da mesma natureza que a Representação Parlamentar do PPM entregou ao longo deste processo.

Aliás, eu agora já tenho a preocupação de verificar a jurisprudência da discussão parlamentar, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, numa iniciativa, ontem, do PSD, como não tinha explicado bem a sua posição no âmbito da iniciativa anterior, ocupou grande parte da sua intervenção inicial a falar da iniciativa que já tinha sido votada anteriormente.

Portanto, estes são procedentes.

Obviamente, o Sr. Vice-Presidente do Governo não foi, em nenhum momento, interrompido no âmbito da exposição que teve oportunidade de fazer, e que fez com toda a liberdade, sobre um diploma que já tinha sido votado anteriormente e cuja discussão já tinha terminado, mas isto é a condução dos nossos trabalhos. Portanto, da parte do PPM, a primeira referência que vou fazer é à interpelação que eu solicitei ao Governo Regional logo no dia 2 de outubro, sobre a questão do abastecimento marítimo de mercadorias às ilhas das Flores e do Corvo. Promovi esse debate e fiz entrar essa iniciativa logo no dia 2 de outubro, porque eu já sabia que íamos ter gravíssimos problemas neste âmbito e existia uma grave preocupação por parte da população.

No dia 17 de outubro, entreguei um Projeto de Resolução que tinha como objetivo que fosse fretado um navio com capacidade para realizar o transporte marítimo de mercadorias para as ilhas das Flores e do Corvo (no dia 17 de outubro!), que apresentei desta forma, e vou recordar (no dia 17 de outubro de 2019!):

“O navio que está neste momento a operar e a transportar contentores e a transportar combustíveis é o navio Paulo da Gama e esse navio não tem capacidade, mesmo que se aumente a frequência com que o navio faz a ligação às ilhas do Grupo Ocidental. Mesmo que se aumente a frequência, este navio

está longe, mas mesmo muito longe, de poder algum dia de dar uma resposta cabal às efetivas necessidades das Flores e do Corvo.”

Portanto, o que eu propunha é que fosse fretado um navio com condições para realizar o abastecimento às ilhas das Flores e do Corvo.

Passados uns meses, esta questão acabou por ser, como sabem, adotada, depois de muitas dificuldades e de muitos prejuízos causados entretanto às populações das ilhas do Corvo e das Flores, esta questão acabou por ser ultrapassada no que diz respeito às Flores com o fretamento do navio com essas condições, ou seja, o navio “Malena”.

De facto, esse navio nas condições difíceis de inverno que tivemos ao longo de 2020, conseguiu obviamente realizar esse abastecimento e os problemas de abastecimento da ilha das Flores, do abastecimento marítimo, ficaram em grande parte resolvidos. Porquê? Porque esse navio tinha as condições técnicas e tem as condições que lhe permitem concretizar e realizar a operação marítima de abastecimento à ilha das Flores.

Ora, durante esse tempo, se o problema das Flores fica resolvido a partir do momento em que o navio “Malena” começa a operar, a questão em relação à ilha do Corvo é que a mesma coisa não sucedeu, não foi contratado um navio, não foi fretado um navio com condições para manter a ligação e manter o abastecimento marítimo entre o Faial e a ilha do Corvo.

As mesmas condições do estado mar. O estado do mar, como sabem, as nossas ilhas estão muito juntinhas, as Flores e o Corvo. As condições do estado do mar são exatamente as mesmas, nas Flores ou no Corvo. Qual é a diferença?

A diferença esteve no facto de o navio “Malena” ter as condições e, portanto, consegue realizar o abastecimento com aquele estado do mar, e o que se provou é que os navios que o Governo Regional manteve a operar para o Corvo não o conseguiam fazer, no mesmo estado do mar.

Qual é a diferença? O navio! As condições do navio.

Só que evidentemente, da parte do Governo não existiu nenhuma preocupação. Sabem porquê? Porque era muito caro. Portanto, para o Governo martirizar estas populações com falta de abastecimento durante 50 dias, durante 30 dias, quando o que estava no contrato é que se deveria realizar pelo menos um abastecimento semanal, martirizar estas populações foi algo que não importou nada ao Governo, mesmo sabendo que as populações ficavam submetidas a estes longuíssimos períodos sem abastecimento.

É evidente que da parte do Sr. Deputado Iasalde Nunes o que acontece é que ele dizia sempre nas suas intervenções... Eu tenho aqui uma intervenção do Sr. Deputado Iasalde Nunes em que ele se limita a dizer que “acompanha com preocupação a situação e que são as condições do estado do mar que não permitem que se consiga fazer o abastecimento”. Eu repito: as condições do estado do mar que são exatamente iguais àquelas que as Flores têm de enfrentar. A diferença está no navio.

Os navios que fazem o abastecimento ou que fizeram o abastecimento na ilha do Corvo não têm as condições para manter essa regularidade.

O navio “Malena” teve e tem e consegui manter essa regularidade, mas o Sr. Deputado nada fez para resolver esta situação.

Disse que acompanhava com certeza com os olhos, porque em relação a medidas concretas para resolver esta situação o Sr. Deputado não fez absolutamente nada e foi absolutamente conivente com aquilo que aconteceu ao longo de todos estes meses.

Portanto, chegando aqui, o que é que nós estamos a propor?

O que nós estamos a propor é que tal como foi feito para a ilha das Flores e que nós, o PPM, apresentou uma proposta (uma iniciativa) nesse sentido, que depois retirou porque, entretanto, o Governo afretou o navio, a proposta levou imenso tempo a ser discutida, obviamente, o Governo gosta sempre de colocar a oposição perante um problema resolvido. Não tinha falado nisso anteriormente,

não tinha assumido essa intenção de contratar, de fretar um navio para abastecer as Flores, mas a partir do momento em que essa proposta foi apresentada por parte do PPM, mais tarde, algumas semanas, o Governo Regional avançou para essa solução e ainda bem, porque o que se pretende aqui é que os problemas sejam resolvidos.

No caso do Corvo não o fez! No caso do Corvo não o fez durante estes meses todos, sabendo que estava a provocar problemas gravíssimos às populações, mas não o fez por razões financeiras. Não quis gastar dinheiro com a ilha do Corvo. É tão simples como isto.

Portando, martirizou as populações porque não tomou uma medida uma concreta.

Existia ou não existia uma solução?

O Sr. Deputado Iasalde Nunes dizia: “não temos outra solução”.

Não têm outra solução?

Então não tiveram uma solução para a ilha das Flores?

Tiveram! Fretaram o navio adequado!

Por que é que não fizeram para o Corvo?

Tinham uma solução. Essa solução acarreta custos, de certeza, mas evidentemente que a Região também está a receber um apoio por parte da República muito substancial para assegurar essas ligações.

O que eu pergunto é o que é que foi feito a essa verba, ou se só disponibilizou para a ilha Flores, ou então o que é que aconteceu à ilha do Corvo e essa verba não foi utilizada para o Corvo, porquê? A pergunta também é essa.

Na minha perspetiva, o que tem que se exigir (e já lá vamos chegar na próxima intervenção, já vamos falar na questão dos contratos, isso também tem muita coisa que se lhe diga, mas nós já vamos falar a seguir nessa questão), o que tem que se assegurar, é que a empresa que está contratada para realizar o frete de abastecimento da ilha do Corvo, as embarcações que utiliza, tenham as

condições para poder manter com regularidade este abastecimento e não, como parece que sucedeu, o Governo ainda por cima possa premiar quem não teve essa capacidade, nem teve esse interesse e manteve a ilha durante longuíssimos períodos sem abastecimento marítimo de mercadorias.

E na segunda intervenção terei oportunidade de esclarecer alguma das consequências e de esclarecer muitas questões ligadas às condições contratuais.

Para já termino com esta exposição inicial.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente...

Presidente: Estão agora abertas as inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César... Sras. e Srs. Deputados...

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu peço desculpa, mas essas entradas assim a “pés juntos”, são um bocadinho complicadas.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima vamos... Sras. e Srs. Deputados, eu, pela linha do que eu vi, tenho o Sr. Deputado Francisco César...

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não! Viu mal!

Presidente: ... o Secretário Regional e o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Viu mal!

Presidente: Certo?

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Viu mal! Viu mal!

Presidente: Sr. Deputado, eu não vi mal, é o que meu monitor me permite ver.

(* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão ainda estava a terminar de falar, eu estava a dizer “Sra. Presidente”. Da próxima vez eu entro a “pés juntos”, não tem problema!

Presidente: Sr. Deputado, acho que essa terminologia não é aceite, porque felizmente a esta distância ninguém nos pode atingir, nem com os “pés”, nem com as “mãos”.

Eu hoje até fico feliz, para evitar alguma “agressão”.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu peço desculpa, mas como bem se lembra, já aqui foi referida a entrada a “Porto Martins”, não é?

Peço desculpa, mas não é a primeira vez, a segunda, nem a terceira.

Portanto, quando eu vou falar (peço imensa desculpa), já não é a primeira vez que se atiram dois ou três por cima. Portanto, eu agradecia que da próxima vez quando eu falasse... Não sei se há *delays*, se não há *delays*! Se eu falo, compreendo que a senhora não veja. Agora toda a gente ouviu. Eu vejo ali o Sr. Deputado João Corvelo a abanar com a cabeça, vejo várias pessoas a abanar com a cabeça que ouviram, mas e não me importo, eu inscrevo o Sr. Deputado a seguir.

Agora esses atropelos vão ter de ter regras.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado, depois na Conferência de Líderes podemos voltar a falar nisso, porque eu, por acaso, até propus uma regra, mas achou-se que desta forma poderia ser possível, e tem sido possível. Eu acho que podemos tentar continuar assim.

Caso contrário impõe-se uma regra, porque realmente quando há regras é muito mais fácil gerir os trabalhos.

Portanto, eu tenho o Sr. Deputado Francisco César que quer inscrever?

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Presidente: Muito bem! E o Sr. Secretário Regional inscreve?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não inscrevo ninguém. O Sr. Secretário Regional prescinde. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tenho o Sr. Deputado Alonso Miguel que na interpelação à Mesa foi inscrito.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O Sr. Deputado Alonso Miguel prescinde.

Presidente: Muito bem.

Então pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Então o Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar a falar aqui em relação ao ponto 1 e à recomendação que o PPM faz no diploma sobre o abastecimento à Ilha do Corvo. Defende que o Governo Regional frete um navio com capacidade para abastecer de forma regular a ilha do Corvo e eu gostaria de dizer o seguinte:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece que a solução adotada neste momento de facto não é a solução ideal, não é a solução que os corvinos e todos nós ambicionámos. Hoje, se os Srs. Deputados do grupo de trabalho, em visita à ilha do Corvo, tivessem oportunidade de contactar com empresários e instituições, entidades e com os corvinos em geral, fica claro a opinião generalizada de que o abastecimento à ilha do Corvo nestes moldes não seria de facto o ideal.

Os motivos e as razões porque isso acontece já foram amplamente discutidos, já o falei anteriormente no debate...

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, eu estou a ouvir muito mal o Sr. Deputado Iasalde.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, estamos a ouvi-lo perfeitamente.

Deputado Francisco César (PS): E a vê-lo, também?

Presidente: Não! Mas isso é um problema do Sr. Deputado Iasalde que provavelmente não ligou a câmara.

Deputado Francisco César (PS): Eu peço desculpa.

O Orador: Não. Quem pede desculpa sou eu. Agora já me devem estar a ver.

Presidente: Já o vemos sim e continuamos a ouvi-lo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto foi uma interpelação, Sra. Presidente?

Presidente: Foi, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado, eu posso voltar a retirar a imagem.

Presidente: Sr. Deputado Iasalde Nunes, eu peço-lhe que continue a sua intervenção, porque na articulação direta com os Deputados sou eu que o posso a fazer. Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Estava eu a dizer que os motivos e as razões por que isso acontece já foram amplamente discutidos, inclusive o Sr. Deputado Paulo Estêvão já fez referência a isso em plenários anteriores. Todos sabemos que fazer uma viagem no “Lusitânia” ou até mesmo no “Cecília”, do Faial para o Corvo, não é a mesma coisa que uma viagem das Flores para Corvo. O tempo de duração dessa viagem, assim como as próprias condições meteorológicas necessárias para a realização dessa viagem pela autoridade marítima não são as mesmas.

Basta haver ondulações superiores a 3 metros que já põe logo em causa a regularidade dessas viagens.

Infelizmente também tivemos um inverno que devido às condições do mar não ajudou na regularidade das viagens agendadas. Já admitimos também, e por várias vezes, que não só o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas também o próprio Governo Regional, que existiram alguns problemas, algumas falhas, algumas lacunas, mas a verdade é que ninguém estava à espera que de um dia para o outro ficássemos com o único cais comercial do grupo ocidental destruído.

Toda a operação de transporte e logística teve de ser repensada e completamente alterada.

Acho de ser muito importante realçar o esforço do Governo Regional para colmatar essas faltas e minimizar o impacto da falta de abastecimento à ilha do Corvo.

Foram tomadas medidas que embora não resolvessem todos os problemas existentes, de uma forma imediata diminuía significativamente a falta de abastecimento à ilha, quando algumas viagens agendadas sofreram atrasos desde o pedido do Governo Regional ao Governo da República e à sua colaboração para que disponibilizasse voos do avião da Força Aérea para transporte de bens essenciais, até ao permanente e semanal transporte de mercadorias na SATA de muitas toneladas de mercadorias, dando prioridade aos produtos frescos e outros essenciais através do Fundo Regional de Coesão.

Sempre que existia um problema, o mesmo foi, ou tentou-se resolver, nem sempre como gostaríamos, mas dentro das possibilidades e com os condicionalismos existentes.

Foram muitas as pessoas, e continuam a ser muitas as pessoas que estão envolvidas neste processo de abastecimento ao Corvo, não só o Governo Regional ou o Fundo Regional de Abastecimento, mas muitos operadores, funcionários das diversas áreas que têm feito o seu possível para que corra tudo da melhor maneira.

Foi também recentemente anunciado em comunicado pelo Conselho do Governo a concessão de apoios não reembolsáveis e a fundo perdido de 600 mil euros, sendo que a cada operador de tráfego local poderia candidatar-se ou poderá candidatar a 200 mil euros para renovar a sua frota.

Deverá ser uma obrigação dos privados, seja os de cabotagens insular, seja os de tráfego local, a melhoria do sistema de transportes, tornando-se parceiros do

Governo Regional e aproveitando este investimento financeiro para a melhoria da operação.

Sabemos também que o empresário do tráfego local, ou pelo menos o que está neste momento a fazer o serviço de abastecimento à ilha do Corvo, terá já iniciado a procura de uma nova embarcação procurando por esta via introduzir melhorias na operação e aproveitando o sistema de incentivos do Governo Regional, mas como uma desgraça nunca vem só, como se diz no Corvo, o mesmo está à espera que se abra os voos para que transite na Região e concluir o negócio.

Concordamos desta forma com o objetivo do PPM, no que diz respeito ao ponto 1 da Resolução, não concordamos é com o modo e com a solução.

O PPM quer que o Governo Regional frete um navio. Nós achamos e concordamos com o Governo Regional, em criar condições para que o armador substitua o navio.

Tenho mais algumas coisas para dizer mas deixarei para uma segunda intervenção, mas não posso de facto deixar de dizer que já não é a primeira vez que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, aliás sabe que é cada vez mais recorrente, e à medida que nós nos aproximamos de outubro, traz aqui um discurso quase de ataque pessoal: o Sr. Deputado não fez isso, o Sr. Deputado não fez o que é que fez para resolver isso?

Garanto-lhe uma coisa, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual ataque pessoal?!

O Orador: O Sr. Deputado mencionou o meu nome várias vezes na sua intervenção. Que eu saiba, o Governo Regional é que é responsável por resolver os problemas. Sr. Deputado, eu faço aqui o meu trabalho como o Sr. Deputado faz o seu.

Eu nunca pus em questão, até hoje, o seu trabalho, antes pelo contrário, eu já o elogiei publicamente, várias vezes, e já elogiei o seu trabalho.

Agora, já não é a primeira vez, e ultimamente principalmente, que o Sr. Deputado vem com esse discurso de ataque quase pessoal.

Eu não vou entrar nesse tipo de registo, posso garantir-lhe.

Se acha que não é importante para o Corvo, nem para os corvinos que assim seja, pode poupar pelo menos para mim as suas explicações. Garanto-lhe que embora eu não tenha o mediatismo e o tempo de antena, ou até mesmo a visibilidade na comunicação social que o Sr. Deputado tem, eu defendo e defenderei sempre, convictamente os interesses dos corvinos e do Corvo até ao final do meu mandato.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, queria inscrever-me, PPM, Paulo Estêvão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário Regional...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Gostava de inscrever a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Gostava de inscrever o Sr. Deputado Bruno Belo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente...

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): ... gostava de me inscrever, João Corvelo.

Presidente: O Sr. Deputado António Lima já tinha pedido a palavra antes, para inscrever?

Deputado António Lima (BE): O Sr. Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Paulo Mendes.

O Sr. Deputado João Corvelo já está inscrito também.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, sem dúvida que percebo que está ouvindo mal. Tudo e mais alguma coisa já aconteceu com o Sr. Deputado Artur Lima, que se inscreveu em primeiro lugar, depois ficou para último, assim como posso afirmar aqui. E da minha parte também, Sra. Presidente. Já me inscrevi pelo menos três vezes, Sra. Presidente. Acho que é demais um bocadinho, Sra. Presidente, o que se está a passar.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pois eu lamento. A verdade é que as condições tecnológicas que nós temos ao nosso dispor também nos limitam muito na nossa ação. Nem sempre eu consigo ouvir.

Quando a imagem não vem para destaque eu não vejo quem é que está e sinceramente perdoem-me se eu não consigo associar todas as vozes dos 56 Deputados à pessoa que a detém, para além de que, eu, os Secretários da Mesa, e aqueles que me acompanham aqui, uma coisa é certa, estamos a fazer o nosso melhor para tentar que o plenário, por esta via, também resulte da melhor maneira.

Também quando virmos que não resulta temos de encontrar outra solução.

Sr. Deputado João Paulo, penso que é para continuar a interpelação.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** É só para dizer o seguinte e transmitir isto à Mesa:

Nunca me inscrevi (nunca me inscrevi; e torno a repetir: nunca me inscrevi!) que não repetisse o meu nome no fim.

Portanto, não digo que a Sra. Presidente tenha de perceber qual é a voz que está falando. Sempre, no final, digo que é para inscrever o Sr. Deputado João Corvelo.

Agora, compreendo que as situações são muito más e compreendo e sou de acordo com o que disse o Sr. Deputado Artur Lima, que vamos ter de rever essa situação.

Muito obrigado.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado João Paulo Corvelo, só para lhe dar um exemplo, parte daquilo que acabou de dizer não se conseguiu ouvir, por cortes da emissão. Portanto, lamento mas são estas as condições que temos.

Como sabe, na Conferência de Líderes, tentámos encontrar outras soluções para as inscrições, estamos a trabalhar em soluções alternativas através do chat que esta plataforma nos permite, mas também “Roma e Pavia não se fizeram num dia”.

Este é um trabalho que tem vindo a ser construído por todos, começando em primeiro lugar pelos líderes parlamentares que desde o início têm colaborado naquilo que são as regras de funcionamento do plenário por meios telemáticos, pelos serviços da Assembleia, mas todos temos que ter paciência e acima de tudo serenidade para que os nossos trabalhos continuem a correr com têm corrido até aqui.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo já o inscrevi.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, é Artur Lima, do CDS-PP, que quer falar. Posso?

Presidente: Para uma interpelação, Sr. Deputado?

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, quero inscrever. Depois de já toda a gente se ter inscrito, não havendo agora mais inscrições nesta ronda, inscrever agora o Sr. Deputado Alonso Miguel.

É curioso que a tecnologia também é tendenciosa. É uma coisa engraçada. Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Para duas coisas, Sra. Presidente.

Presidente: Mas tem de me dizer quais são para eu saber se lhe posso dar a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Interpelação Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** A primeira é para me penitenciar, Sra. Presidente.

O Sr. Deputado, Líder do Grupo Parlamentar do PSD, ontem sugeriu que o plenário terminasse mais cedo à sexta-feira porque estávamos todos cansados, porque foi uma longa semana.

Eu fui, de facto, aquela pessoa que achou que devíamos trabalhar até à hora regimental. Estava enganado.

Nós estamos todos cansados, é verdade. Um pouco todos sem paciência, porque, como disse o Sr. Deputado Luís Maurício, isto cansa muito mais do que um plenário normal, porque exige uma atenção acrescida.

Portanto, podíamos ter acabado às 4 da tarde, não se tinha perdido nada, e tínhamos continuado na segunda-feira e nada teria acontecido.

Portanto, o que eu posso dizer é que da minha parte, o apelo que faço é para que todos tenhamos paciência para as falhas, para as imperfeições que este sistema, este modelo proporciona.

O facto é que hoje é sexta-feira e foi a primeira vez que nós tivemos algum tipo de problema mais complicado nas inscrições, o que já não é mau. Portanto, primeiro era para deixar este apelo.

O segundo, Sra. Presidente, é se me for permitido, inscrever o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, eu queria inscrever-me. Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para uma interpelação.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Eu interpelo a Mesa, para a Mesa me explicar qual foi o sentido da interpelação do Sr. Deputado Francisco César, porque eu devo dizer que da minha parte eu não recebo lições de ninguém sobre essa matéria. Portanto, o cansaço é naturalmente extensível a todos nós, como demos por isso, mas eu não percebi que interpelação? O Sr. Deputado fez aqui uma intervenção, não fez nenhuma interpelação.

Portanto, que explicação é que a Mesa tem de dar à interpelação, ou à alegada interpelação, que o Sr. Deputado Francisco César fez, porque eu, sinceramente, deve ser deficiência minha e do cansaço, que eu não percebi a interpelação do Sr. Deputado Francisco César, o que é que ele perguntou à Mesa. Perguntou à Mesa se nós estávamos cansados, foi isto?

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, naturalmente que a interpelação do Deputado Francisco César foi à semelhança de muitas outras interpelações que são feitas, nomeadamente pelos líderes parlamentares que, tendo sido eles que comigo idealizaram as nossas regras de funcionamento, estão neste momento esclarecendo determinadas situações que têm a ver com o funcionamento dos trabalhos. Aliás, isto aconteceu ontem, aconteceu anteontem. Aliás, eu com o Sr. Deputado João Paulo Corvelo estivemos ainda há pouco aqui a falar e não foi mais do que isso também. O Sr. Deputado João Paulo Corvelo não me fez

nenhuma pergunta, fez uma constatação e uma crítica, legítima, daquilo que está a acontecer.

Eu respondi, como agora não respondi ao Sr. Deputado Francisco César porque efetivamente não tenho mais nada a dizer porque ele disse aquilo que eu também já tinha dito, que é apelar a todos a que consigamos concluir os nossos trabalhos com a mesma elevação com que temos feito agora, reconhecendo que esta nossa forma de trabalhar traz-nos dificuldades acrescidas, exige de nós outro tipo de competência e o facto de não estarmos juntos, de não nos vermos, o próprio facto da Mesa trabalhar distanciada dos Secretários da Mesa, é óbvio que nós traz constrangimentos que eu tenho tentado ultrapassar, que todos nós temos tentado ultrapassar e apenas fiz o apelo para que continuássemos a fazer, para que consigamos terminar os trabalhos da mesma forma como temos feito até aqui.

Não sei se esclareci, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, eu estou perfeitamente esclarecido e de acordo consigo. O que eu não percebo é que vir dar lições aos Srs. Deputados nesta altura talvez não seja a melhor coisa, porque as regras, como diz e bem, foram acordadas por nós todos; nós todos nos esforçamos para que apurássemos as regras para que isso funcionasse bem, e tem funcionado. Portanto, dizer que devíamos ter ido para casa às 4 horas porque isto agora está a correr mal, fica um bocadinho mal ao Sr. Deputado Francisco César, quando foi ele que atropelou a minha intervenção (se quiserem ir ver a gravação, vão ver, e vai-se ver isso, porque eu vou pedir a gravação e vou ver e segunda-feira falaremos), quando foi o Sr. Deputado que me atropelou quando eu estava a falar, quando foi o Sr. Secretário que me atropelou quando eu estava a falar.

Portanto, vir cá apelar que devíamos ter ido para casa às 4 da tarde, é um bocadinho excessivo, Sra. Presidente.

Era só isso que queria dizer. Vamos todos ter calma, mas calma e serenidade não implica receber lições de bom comportamento e de moral de parte de ninguém e da minha parte pelo menos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que estamos em condições de dar continuidade ao debate.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário...

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Eu prescindo da intervenção do Governo para que o CDS fale primeiro. Eu não quero atropelar ninguém.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não prescinde nada.

Presidente: Sr. Secretário Regional, não há necessidade disso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não prescinde nada. Eu fico à espera pacientemente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Pelo amor de Deus. Eu inscrevi quando estávamos a inscrever.

Presidente: Sr. Secretário Regional, a Mesa tem várias inscrições.

Não há necessidade nenhuma que o Governo prescinda da palavra, porque para além de ter várias inscrições temos todos ainda tempo para intervir mais do que uma vez.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Não posso deixar de fazer uma referência inicial à questão do cansaço. Os outros açorianos também trabalham até às horas que têm de trabalhar no âmbito do desempenho das suas funções e não podem deliberar que terminam 3 horas antes. Portanto, aqui a questão, para mim, não tem a ver com o cansaço, tem a

ver com a arbitrariedade. Quando não se é natural na condução dos trabalhos provocam-se estes problemas. Esta é a minha interpretação.

Portanto, esse foi o problema que V. Exa. causou e é responsável por esse problema.

Em relação ao cansaço e que devíamos ter terminado, não temos nada de terminar antes, temos de trabalhar, como todos estão por teletrabalhar, por teletrabalho, estão a desenvolver as desenvolver as suas atividades.

É evidente que estamos cansados, todos estão.

A diferença é que os outros açorianos não podem decidir que não trabalham mais. Portanto, têm é que decidir que têm aula para dar a seguir, têm de dar aula, não podem dizer que não dão porque estão cansados. Portanto, aqui não há nenhuma situação de privilégio.

Se as coisas decorrerem com naturalidade é evidente que decorrem bem, e se os trabalhos não forem conduzidos com arbitrariedade.

A partir do momento em que se criam situações de arbitrariedade, a partir daí temos problemas.

Segunda questão, segundo apontamento, muito rápido:

Que é a questão que tem a ver com a questão que o Sr. Deputado Iasalde Nunes está a dizer que é um ataque pessoal.

Não há ataque pessoal absolutamente nenhum. Estou a fazer referências políticas, não estou a fazer referências à sua conduta pessoal, à sua conduta particular, às suas qualidades, se é boa pessoa, se é má pessoa, não vou fazer nenhuma referência a questões pessoais.

Tem de saber diferenciar aquilo que é a crítica política que é legítima. Já fui criticado politicamente por muitos dos seus camaradas de partido e obviamente tenho de aceitar como democrata que sou.

Agora V. Exa. não pode esperar é que fique imune à crítica.

Diz V. Exa. que quem decide é o Governo. Mas V. Exa. tem competências e as competências que tem e a sua função é tentar resolver os problemas.

Vou relembrar: o senhor diz aqui (e até observei que o texto era exatamente em grande parte o mesmo que utilizou em diferentes situações): “Para complicar todo este processo as condições atmosféricas têm sido adversas após a data desta catástrofe”. Estou a ler um discurso seu do dia 11 de fevereiro de 2020.

Depois diz: “a única solução neste momento (veja bem, 11 de fevereiro) são as viagens do Lusitânia e do Cecília A”, dizia V. Exa. em fevereiro que era a única solução.

Então por que é a solução para as Flores foi outra e foi fretado um navio que foi o “Malena”?

Por que é foi possível encontrar uma solução para resolver o problema da ilha das Flores, que foi o “Malena”, até sobre proposta do PPM, e diga-me por que é que não foi adotada uma solução para a ilha do Corvo?

Por que é que a única solução para o Corvo tinha de ser a que não funcionava?

E por que é que não se alterou e se fretou um navio com condições, como V. Exa dizia, com um estado do mar que é difícil?

É difícil para Flores, é difícil para o Corvo?

Mas por que é que para as Flores é possível?

Para as Flores é possível porque obviamente a embarcação que foi contratada e foi fretada para esse efeito consegue fazer a travessia.

Por que é que não feita a mesma coisa em relação ao Corvo?

Não foi feito, Sr. Deputado, com a sua conivência, e isto não é nenhum ataque pessoal. Eu estou a assinalar-lhe politicamente a sua responsabilidade. Foi com a sua conivência e com a do Governo Regional que não quiseram resolver o problema e submeteram a ilha a longos períodos de falta de abastecimento. A questão é esta.

O que lhe quero dizer também... Diz V. Exa.: agora há aí um contrato que aí vem, há um ajuste direto, nem sequer foi por concurso, há um ajuste direto, com situações contratuais que vamos discutir com certeza com a Sra. Secretária, e a mim o que me parece é que há uma proteção da empresa que não funcionou, não desempenhou as suas funções e ainda por cima tem um prémio, pelos vistos, vai receber dinheiro para adquirir um navio e ainda recebe um contrato para desempenhar funções que não está a conseguir desempenhar, isto através de um ajuste direto.

Devo dizer-lhe que isto é escândalo, este protecionismo e estes favores que estão a ser feitos a esta empresa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Boa tarde, Sra. Presidente. Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus colegas de Governo presentes:

Antes do furacão “Lorenzo” e no âmbito do contrato celebrado entre o então Fundo Regional de Coesão e a empresa “Barcos do Pico”, esta operava, como todos sabemos a partir do porto das Lajes das Flores, no âmbito do referido contrato, com um padrão de normalidade e de regularidade, de vez enquanto posto em causa, é verdade, mas por períodos geralmente muito curtos e devido sempre a condições adversas de mar.

Estamos a falar de uma distância entre as duas ilhas de cerca duas horas, de cerca de 20 milhas e, portanto, o canal marítimo com o Corvo permite reconhecidamente uma operação marítima muito mais eficaz, muito mais segura, mais fácil, do que aquela que temos atualmente e permite também níveis de abastecimento mais regulares à ilha do Corvo.

Desde a passagem do furacão “Lorenzo” na madrugada do dia 2 de outubro que destruiu, como todo sabemos, e na forma em que sabemos, o cais da Lajes das Flores, por completo, ficaram impossibilitadas as pernoitas das embarcações no porto das Lajes e suscitou-se a necessidade de reajustamento da logística de abastecimento ao Corvo, nomeadamente com recursos a meios aéreos e adequação dos meios marítimos aos estragos daquela infraestrutura, no caso concreto da ilha do Corvo.

O abastecimento começou-se a fazer inicialmente para as Flores. Recordo que foi feito a partir do porto da Praia da Vitória numa primeira fase e no caso do Corvo a partir da Horta, tendo de regressar imediatamente ao porto de origem por não poder ficar a pernoitar, conforme já referi, abrigado no porto das Lajes. É certo que se trata de um circuito completamente diferente. Estamos a falar de uma distância, como todos sabemos, de cerca de 120 milhas cada perna, que demora cerca de 15 horas a percorrer. Aqui acrescem a outras tantas horas de realização, as tais referidas 2 horas de viagem entre as Flores e o Corvo, porque o navio quando se desloca ao Corvo irá também às Flores para abastecer de combustível a ilha do Corvo.

De facto, dificulta de sobremaneira que a operação seja mais célere e mais frequente e que sirva nos termos mais adequados a ilha do Corvo.

Eu quero deixar claro que nas inúmeras ocasiões em que já tive oportunidade de me pronunciar sobre este assunto, a última das quais na semana que passou, no âmbito do grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão Permanente de Comissão de Economia, para avaliação e acompanhamento do processo de reabilitação das infraestruturas danificadas pelo furacão “Lourenço” e ainda o processo de abastecimento às ilhas do Grupo Ocidental, tive oportunidade de dizer e reafirmo, que isto nunca foi recusado por mim nem pelo Governo dos Açores, nem nunca foi negado. É um facto com que temos lidar. Agora, o que

não admito, não é justo, não é sequer adequado dizer que o Governo não tem dado a atenção devida a esta situação.

Antes de mais, não é o Governo Regional dos Açores a entidade a quem incumbe atestar as condições de mar e todas as viagens que não se realizaram deveram-se precisamente à informação da autoridade marítima e dos armadores e à avaliação que fazem e às preocupações que assumem, que julgo que nenhum dos presentes recusará ou questionará, de segurança das embarcações, das pessoas que nelas navegam e ainda dos bens transportados.

Nos últimos meses, de facto, tivemos condições de ondulação entre o Grupo Ocidental e Central que dificultou sobremaneira as operações desejáveis de abastecimento à ilha do Corvo e assim afetou a regularidade do abastecimento a esta ilha a partir da Horta, e isto não significa, conforme disse, que o Governo Regional dos Açores não esteja atento a esta situação e atento a estes condicionalismos e muito menos significa que não tenha trabalhado no sentido de garantir esses abastecimentos por todas as formas, alternativas e mais rápidas possíveis.

Tendo em conta estas características da atual operação a resposta dada pelo Governo dos Açores, para além do tratamento pontual das diversas situações, que adiante tratarei e darei conta, já tendo dado noutras ocasiões, foi no sentido de criar um sistema de apoio à realização de investimentos para os armadores de tráfego local.

Parece-me óbvio, e todos nós percebemos, nos Açores, a importância das embarcações dos armadores de tráfego local no regular abastecimento de todas as nossas ilhas, e realço por exemplo o papel de desempenho no Grupo Central, mas também no Grupo Ocidental.

Nesse sentido, reconhecendo essa importância, e reconhecendo aquilo que disse dos condicionalismos existentes neste momento acerca do abastecimento a partir da Horta, o Governo optou por criar um sistema de investimentos,

ouvidos os armadores do tráfego, que constitui uma possibilidade de verdadeira melhoria no transporte de mercadorias entre as ilhas de cada grupo do arquipélago e, no caso que aqui nos ocupa, de abastecimento à ilha do Corvo.

Esta aposta foi materializada na Resolução do Conselho do Governo n.º 115, de 2020, de 20 de abril, que autoriza a concessão de apoios financeiros de natureza não reembolsável a fundo perdido, com um limite máximo por ano, por beneficiário, de 200 mil euros.

Este valor prende-se também com o respeito pelas regras da União Europeia dos auxílios de minimis, auxílios de estados, e que não implicam notificação à União Europeia.

Estes apoios visam, conforme se pode ver pelo enunciado e articulado da referida resolução do Conselho de Governo, diversas formas de apoio, que vão desde a possibilidade de concretização da aplicação desse valor em ações de promoção de segurança na navegação, de aquisição de sistemas de informação que melhor permitam a navegação, de formação às suas tripulações, relativos até ao próprio desembarço e encaminhamento da carga, mas sobretudo, e aqui naquilo que mais nos interessava, na aquisição de outras embarcações para a sua frota.

O leque de opções que mereceram estes sistemas de apoios é bastante amplo, e teve, nos nossos contactos prévios com as empresas de tráfego local um grande e satisfatório acolhimento e claro que não avançaríamos para este tipo de apoio se não tivéssemos a certeza que os três operadores de tráfego local da nossa região (“Parece”, “Barcos do Pico” e “TMG”), estariam em condições de fazer uso deste financiamento não reembolsável e atribuído a fundo perdido.

Neste momento criámos uma dotação uma dotação no nosso Plano extraordinária, no valor de 600 mil euros, por uma questão de equidade, partindo no pressuposto que cada um destes armadores poderia concorrer a este apoio no limite de 200 mil euros para cada um.

Qual é a relevância desta resposta do Governo dos Açores?

Pois nós o que pretendemos é qualificar e formar, qualificar e dar outra fiabilidade à operação dos operadores de tráfego local imprescindíveis ao nosso sistema de transporte de mercadorias, através da colaboração em eventuais investimentos que pretendam prosseguir e que considerem fundamentais na gestão das suas empresas e da sua frota para ter repercussão imediata na qualidade de vida dos açorianos através de uma maior fiabilidade, qualidade e sustentabilidade do serviço que prestam, nomeadamente e no caso que aqui novamente nos ocupa na ilha do Corvo.

Dito isto e passando agora àquilo que estivemos a fazer no entretanto, em situação alguma da nossa parte defendemos que o transporte à ilha do Corvo estava, conforme disse, a correr de forma exemplar.

O que dizemos, e que mantenho e reforço, é que tudo tem sido feito pelo Governo dos Açores para que esse abastecimento não falhe. A esse respeito mencionava precisamente também para além, e fazendo um pouco do uso daquilo que foi também a própria apresentação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, o acompanhamento muito próximo que temos feito com os empresários afetado na ilha do Corvo, não só através do Fundo Regional de Coesão, mas também com a colaboração da Câmara Municipal e sobretudo com a colaboração permanente dos empresários que conosco quiseram trabalhar.

Nesse sentido, para além das viagens realizadas após a passagem do furacão “Lorenzo”, e que poderei elencar, nomeadamente fazia menção do enorme esforço que foi a viagem realizada a 10 de março e a 14 de março, em que abasteceram a ilha do Corvo com um valor muito próximo das 600 toneladas de bens, e que implicou durante esse período a mobilização de dois navios de tráfego local a operar no Grupo Ocidental de forma rápida, eficaz e célere, aproveitando, cá está, uma janela de oportunidade de condições meteorológicas que o permitiam.

Fizeram, no fundo, uma recuperação significativa daquele que era um período que o antecedia, que era um mês, com falta de abastecimento, e que obviamente a todos preocupava.

Também no período mais crítico no final de 2019. Mas temos feito um esforço, dizia, juntamente com a empresa “Barcos do Pico” e até com recurso a subcontratação de barcos do “TMG” para que este abastecimento fosse sempre conseguido e realizamos desde 18 de outubro um total de 11 viagens, com um total de mercadoria transportada de 2.485 toneladas.

Além disso há que referir, e isto precisamente contraria a ideia de que o abastecimento não tem sido efetuado com regularidade, o trabalho e a assunção por parte do Fundo Regional de Coesão do transporte de mercadorias via aérea para o Corvo, nomeadamente de bens perecíveis e bens frescos de maior necessidade, tendo já enviado, entre 27 de dezembro e 17 de abril (falta-me aqui, portanto, o último período de abastecimento), a quantidade de 16.355 quilos de mercadoria para os empresários do Corvo.

Esta mercadoria, conforme já tive oportunidade de noutras ocasiões nesta casa informar, está discriminada concretamente por fornecedores, por entidades, por comerciantes, por empresários, no fundo, para ser o mais exato possível, que vão desde a Santa Casa da Misericórdia do Corvo, à Padaria do Corvo, e totalizam, conforme vos disse há pouco, mais de 16 mil quilos de mercadoria.

Esta é uma situação e uma solução a que recorreremos sempre e sem reservas e sempre que for necessário e sempre que se impuser.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros dos Governo:

A passagem do furacão “Lorenzo” pelos Açores afetou todas as ilhas, contudo com especial incidência nas ilhas das Flores e do Corvo.

Os enormes constrangimentos vividos nas ilhas do Grupo Ocidental, ao longo dos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro, demonstraram que Governo Regional não estava preparado e não teve a capacidade necessária para dar resposta às necessidades das populações.

Durante muito tempo o Governo esteve em negação relativamente à desorganização que imperou em todo o processo de abastecimento à ilha das Flores e mantém essa negação relativamente ao Corvo.

O Governo anunciou viagens que nunca se realizaram e criou a ilusão de que a situação estava normalizada, também tem tido a mesma atitude relativamente ao Corvo.

O Governo anunciou e criou a expectativa da entrada em funcionamento de um navio que também iria abastecer o Corvo; nunca chegou a entrar em funcionamento.

O Governo anunciou e criou a expectativa de fazer a exportação de animais bovinos vivos que só foi possível meses depois através do navio “Malena”.

A prova da falta de preparação do Governo e de conhecimento sobre toda a situação por parte do PS foi o facto de 60 dias depois, em jornadas parlamentares, o seu líder referir que aquele seria o momento de avaliação dos problemas.

O PS nunca percebeu que aquele era já o momento das soluções e das respostas. Ao longo de todo período o PSD teve sempre uma postura construtiva apresentando propostas destinadas a apoiar as pessoas e empresas, de proximidade e de permanente diálogo com as pessoas, empresas e demais instituições.

A título de exemplo, o PSD defendeu a criação de um gabinete de coordenação e acompanhamento do abastecimento às ilhas do Grupo Ocidental com efetiva

capacidade de decisão na dependência direta do gabinete do Sr. Presidente do Governo.

O Governo assim não o entendeu. O tempo confirmou que o PSD estava certo.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oito meses depois da passagem do furacão “Lorenzo” o abastecimento a ilha do Corvo continua a ser feito sem planeamento, sem critério e sem regularidade.

Oito meses após a passagem do furacão “Lorenzo” a ilha do Corvo ainda não tem o abastecimento remediadamente resolvido. E repito: não há regularidade e previsibilidade nas datas das viagens.

Na verdade, as pessoas e as empresas da ilha do Corvo, bem como as empresas externas à ilha do Corvo que tem relações comerciais com aquela ilha, não sabem com que regularidade e previsibilidade se fazem as viagens e conseqüentemente no abastecimento com implicações diretas na economia da ilha do Corvo.

A postura do Governo tem sido sempre a do “logo se vê” ou “há de se ouvir falar”, assumindo que essa atitude resolverá um problema provocado por uma tempestade que segundo esse mesmo Governo não era previsível que fosse tão forte, embora todos tivéssemos sido sobejamente avisados.

A falta de empenho chega ao ponto de os empresários da ilha das Flores que fornecem mercadorias para a ilha do Corvo têm de transportar a respetiva mercadoria para o porto das Flores mediante contacto com a empresa de transporte marítimo, entre as Flores e o Corvo, e tem de aguardar para que o navio carregue, para perceber se o navio tem ou não espaço para levar toda a carga e se não tiver os empresários têm de a trazer de volta para os seus armazéns.

Esta desorganização, esta falta de preparação para resolver os problemas que afetam as pessoas e as empresas é inadmissível e é sobretudo de quem não tem capacidade de governar.

Assim ficam as empresas do Corvo privados de vender bens e as as pessoas privadas dos seus bens.

O que importa é que o abastecimento à ilha do Corvo seja feito com planeamento, previsibilidade e regularidade.

O PS não pode deixar alguns para trás.

Não foi para isso que a autonomia foi criada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra agora ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O atual modelo de transporte marítimo de mercadorias prevê a realização de toques regulares diretamente entre o continente e cada uma das ilhas da Região, à exceção do Corvo, porque o seu porto não dispõe da dimensão suficiente para permitir a atracagem das embarcações das empresas obrigadas ao cumprimento deste serviço público. Contudo o Corvo não deixa de ser abastecido, mas a partir das Flores sendo que para tal esse serviço é adjudicado a uma empresa com embarcações que permitem realizar toques à ilha do Corvo.

A catástrofe decorrente da passagem pelo “Lorenzo” pela Região afetou, principalmente, as ilhas do Grupo Ocidental e trouxe ainda maiores constrangimentos, a começar pelo porto das Lajes das Flores, tal como é de conhecimento geral. Por conseguinte, foi adjudicado novo serviço de transporte marítimo de mercadorias que permitisse, a partir da Horta abastecer as ilhas das Flores e Corvo. Assim, até parece que, de certa forma, o Governo Regional já fretou um navio para o efeito pretendido no ponto n.º 1 da presente iniciativa.

Um serviço assegurado desde o passado dia 1 de abril, conforme disposição contratual.

É verdade que as condições atmosféricas têm impedido a regularidade desejada neste transporte, mas ninguém pode exigir que alguém ultrapasse o que, pela força da natureza, não é ultrapassável.

É de conhecimento público que as lacunas verificadas no transporte, devido às condições atmosféricas, foram colmatadas pelo abastecimento por via aérea.

Também sabemos que o navio “Lusitânia”, que tinha vindo a efetuar esse transporte, sofreu uma avaria, mas que foi substituído pelo navio “Ponta da Barca”.

Haveria igualmente a considerar que estas embarcações, as que asseguram as ligações entre o Faial e o Corvo, não possuem as condições de navegabilidade necessárias para assegurar a regularidade do transporte. E essa é uma condição reconhecida pelo próprio Governo Regional que também acabou por transmitir, e reafirmou agora através da Sra. Secretária, que criou um sistema de incentivos que permitiu aos armadores de tráfego local o apetrechamento e melhoramento da atual frota de navios, com a opção de aquisição de navios de maior porte e arqueação, de forma a permitir as melhores condições de navegabilidade.

Então como é que o Governo adjudica um serviço a uma empresa que, afinal, não é capaz de cumprir os requisitos?

Decerto que existe um caderno de encargos, no qual deve constar a regularidade com que esse trajeto se deve efetuar, salvo como é óbvio, por constrangimentos não imputáveis às empresas contratadas, entre as quais as condições atmosféricas.

A questão que coloco é se a empresa em causa está a cumprir as suas obrigações contratuais em termos de regularidade do transporte para estas ilhas, e em particular, para o Corvo.

Quantas viagens, e com que periodicidade, devem ser feitas ao Corvo pela empresa a quem foi adjudicado este serviço?

O segundo ponto desta iniciativa poderá trazer vantagens para o planeamento do transporte de mercadorias, tendo em conta eventuais futuros constrangimentos associados à pandemia de COVID-19. E também quanto a essa pretensão nada temos a opor.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As primeiras palavras vão para si, Sr. Deputado Paulo Estêvão que foi eleito pelo círculo da ilha do Corvo e tem defendido o Corvo intransigentemente.

Aqui está mais uma proposta que vai na defesa do Corvo e dos corvinos e isto é mérito seu, Sr. Deputado.

A seguir, tinha e tenho mais coisas em relação ao transporte de mercadoria para a ilha do Corvo.

Todos nós temos assistido a um retrocesso em relação aos transportes de mercadoria para a ilha do Corvo que não temos conhecimento.

Ou seja, o Corvo está a retroceder mais de 20 anos. Passar tantos dias sem carga e tantos dias sem abastecimento é um retrocesso enorme para qualquer civilização e neste caso para a ilha do Corvo.

É necessário, e temos afirmado, e o furacão “Lorenzo” veio dificultar esta situação toda, tanto a nível das Flores, como do Corvo, veio também prejudicar gravemente empresas na ilha das Flores, é verdade.

Ao princípio as coisas correram muito mal, não correram bem, mas felizmente agora já se começa a recompor na ilha das Flores.

Também é verdade que tem de existir uma maior agilização por parte dos transportes marítimos, com os empresários das Flores que têm os seus produtos

para exportar para a ilha do Corvo e essas são exigências que o Deputado Paulo Estêvão também já as fez.

Em relação ao transporte de gado vivo, é verdade que as coisas não correram nas devidas condições, no princípio, mas também temos de dizer, nem tudo correu mal, as coisas também se foram recompondo.

Houve grandes dificuldades no transporte de gado vivo, houve perdas enormes por parte dos agricultores, mas a verdade é esta e temos de ser corretos e honestos nas coisas que dizemos, é que o Governo Regional também, neste momento, está a compensar os agricultores com algum apoio em relação aos animais que estavam nas explorações agrícolas.

Também em relação às empresas, é verdade, que as coisas não correram bem pós furacão “Lorenzo”, aliás correram mal, mas a verdade é esta, é que foi publicado pelo Governo Regional também os apoios às empresas florentinas que perderam uma grande parte dos seus rendimentos.

No entanto, queria deixar aqui bem presente e bem vincado que a proposta apresentada pelo PPM vai merecer o voto favorável do PCP, porque nós achamos que é uma luta não só do Corvo, não do Grupo Ocidental, mas de todos os açorianos, porque se o Corvo hoje vive com falta de abastecimento 20, 30 e 50 dias, como é relatado pelo Deputado Paulo Estêvão, acho que é da mais elementar justiça que os corvinos tenham as suas mercadorias, tenham os seus bens tal e qual como qualquer outro açoriano que vive nas 9 parcelas dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enfim, muito já foi dito, vicissitudes de quem fala por fim, mas ainda bem que assim foi, que o debate se proporcionou, porque esta é uma matéria muito pertinente e os corvinos merecem que este assunto esteja em cima da Mesa e permitam-me também saudar o Sr. Deputado Paulo Estêvão por mais esta iniciativa e também destacar o empenho que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem tido nesta matéria e nesta luta para poder regularizar o abastecimento à ilha do Corvo, enfim, como em tantas outras lutas a nível regional, mas neste caso específico e no caso específico do abastecimento de bens e mercadorias à ilha do Corvo.

Todos nós sabemos que a ilha do Corvo é extremamente dependente de abastecimento externo, normalmente garantido por via marítima, os danos causados pelo Furacão “Lourenzo” têm sido muitos e os constrangimentos que foram provocados ao nível do abastecimento regular de bens e mercadorias foram de facto expressivos e não nos parece admissível que essas dificuldades possam continuar pelo que é preciso, de facto, encontrar muito rapidamente soluções.

Esta é uma matéria que não preocupa o CDS de agora, preocupa desde o início, razão pela qual o CDS também teve a iniciativa de propor a criação de um grupo de trabalho, como também já foi referido pela Sra. Secretária Regional, para avaliação e acompanhamento do processo de reabilitação das infraestruturas danificadas e com especial enfoque no abastecimento de bens e mercadorias às ilhas do grupo ocidental e que foi subscrito pelo PS e foi aprovado por unanimidade.

Como o Sr. Deputado Paulo Estêvão já teve oportunidade de referir, depois da passagem do “Lourenzo”, a ilha do Corvo já esteve por diversas vezes privada de abastecimento por via marítima, por longos períodos, chegando a estar 50 dias ou mais sem ligações e isso de facto não é admissível e é preciso encontrar soluções.

É verdade, e nós reconhecemos, que o Governo Regional, através da SATA, ou por via aérea, conseguiu sempre garantir o abastecimento mínimo de bens e mercadorias à ilha do Corvo, mas naturalmente, esta solução para além de insustentável não é a ideal, não permite previsibilidade, não permite regularidade e, portanto, não pode ser esta a solução, não é sequer sustentável.

Apesar dos maiores estragos causados pelo “Lourenzo” se terem verificado na ilha das Flores, com uma enorme destruição do porto das Lajes, a verdade é que ironicamente já foi encontrada uma solução definitiva e adequada para garantir o abastecimento à ilha das Flores, enquanto que passados praticamente oito meses e apesar de não terem sido verificados grandes danos no Porto da Casa, ainda não se conseguiu encontrar uma solução verdadeiramente adequada para a ilha do Corvo.

Portanto, é preciso que essa solução seja encontrada e, naturalmente, a solução não poderá passar pela utilização do navio Lusitânia.

Ainda em março, mesmo antes do confinamento, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, teve oportunidade de realizar Jornadas Parlamentares nas Flores e nós tivemos também no porto das Lajes, verificamos claramente que não estão reunidas as mínimas condições de abrigo para o navio “Lusitânia” e que nem mesmo com a eliminação do bloco que obstrui neste momento a entrada do Núcleo de Recreio Náutico do porto das Lajes, nem eliminando esse obstáculo estariam criadas estas condições que permitam garantir a operação, durante um ano inteiro.

Portanto, evidentemente a solução deve passar, no nosso entender, por uma resposta semelhante àquela que foi encontrada para a ilha das Flores com o fretamento do navio “Malena”, que no fundo é aquilo que o PPM propõe neste Projeto de Resolução, ou seja, o fretamento de um navio adequado para operar no Porto da Casa, que tem o calado com as condições necessárias, que consiga

acostar com estas condições que são necessárias e que possa abastecer regularmente a ilha do Corvo, durante o ano inteiro.

O Sr. Deputado Iasalde Nunes diz que ninguém esperava que isto acontecesse.

Com certeza, certamente!

A Sra. Secretária também diz que não controlam as previsões meteorológicas.

Com certeza! Mas já passaram oito meses e a verdade é que é preciso rapidamente encontrar uma solução porque este problema não pode continuar a verificar-se, sendo certo e, obviamente, que os impactos que foram causados pela COVID-19, só vieram agravar um problema que já existia. Portanto, a avaliação que o PPM propõe que seja feita através de um estudo que está previsto também neste Projeto de Resolução, até já devia estar feita, enfim, nós até poderemos considerar que é pertinente que essas fragilidades sejam melhor estudadas e avaliadas à luz das restrições e dos constrangimentos que se verificaram e que ainda se podem vir a verificar, tendo em conta a evolução do surto da pandemia, mas esse levantamento já devia estar feito e, portanto, o que o PPM propõe é pertinente e é a forma que deve ser encontrada para resolver este problema, no nosso entendimento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota relativa a estas empresas, especialmente as empresas “Barcos do Pico”, porque é nesta ilha que eu sou eleito, embora sendo Deputado Regional, e reconhecer o trabalho e o esforço que tem feito nesta situação, assim como na sua história, quer das outras empresas, a da “TMG” e dos “Parece”, do ponto de vista do tráfego local, ao assegurar o transporte de mercadorias interilhas.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma interpelação no mesmo sentido da realizada anteriormente pelo Sr. Deputado Francisco César ...

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** ... no sentido que tem dificuldade em ver na imagem o Sr. Deputado e o som.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, vou responder-lhe nos mesmos termos que respondi ao Sr. Deputado Francisco César.

O som eu acho que estamos todos a ouvir.

Se os Srs. Deputados optam por ter a câmara desligada quando fazem a sua intervenção, eu também não os posso obrigar a ligar a câmara.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Peço desculpa, mas eu tenho a minha câmara ligada, posso é estar aqui com algum problema ...

Presidente: Mas nós não o conseguimos ver, não é Sr. Deputado Paulo Estêvão? O Sr. Deputado Paulo Estêvão também não o vê, pois não? Está a ver o Sr. Deputado Mário Tomé?

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** E agora?

Presidente: Agora já estamos a vê-lo.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Peço desculpa, deve ter sido um problema técnico, porque não tenho qualquer problema em mostrar a minha cara em qualquer sítio.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, obrigada pelo alerta.

Sr. Deputado Mário Tomé, faça então o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Como eu estava a dizer, para nós, para os picarotos é um orgulho ter uma empresa como a empresa “Barcos do Pico”, faz parte da nossa história, faz parte da história do canal do Pico/Faial e agora mais recentemente também com o serviço que presta no grupo ocidental.

Eu, obviamente, não posso concordar e partilhar com algumas afirmações, nomeadamente a este nível proferidas pelo colega Paulo Estêvão, autor do Projeto de Resolução, quando diz que de facto esta empresa devia ser penalizada pelo serviço que não está a prestar como deve ser.

Não! A empresa deve assegurar este serviço com uma maior regularidade. Aqui a questão de fundo é essa, porque isto poderá ser resolvido a partir do momento que a Região criou a Resolução, que não só permite a esta empresa, como às outras duas empresas, melhorarem a sua frota e proporcionarem outras condições no transporte marítimo, nomeadamente no caso concreto do grupo ocidental e até atendendo às circunstâncias da passagem no dia 2 de outubro de 2019 do furacão “Lourenço”.

A outra sinalização tem a ver obviamente, e não poderia ficar indiferente, ao colega Bruno Belo quando de facto refere que houve uma desorientação, que ninguém estava preparado para a passagem do furacão “Lourenço”.

Obviamente que ninguém estava preparado, ninguém teria a noção do impacto que isto ia ter, nomeadamente no porto das Lajes das Flores e agora questiono: o senhor acha que contratar um navio com as características do “Malena”, é ao virar da esquina que se encontra um navio destes?

Eu penso que o Governo teve uma preocupação tremenda de realizar ou pôr em campo tudo o que fosse necessário, visando assegurar a regularidade desta operação para a ilha das Flores e concretamente para a ilha do Corvo.

Há aqui uma questão que estamos de acordo, quanto ao Projeto de Resolução, que é a empresa “Barcos do Pico” tem que garantir este serviço com mais regularidade, como aconteceu recentemente com a subcontratação dos “TMG”.

Há uma questão que é fundamental: a operação está localizada de forma diferente, por razões da destruição do porto das Lajes, o navio passa a fazer 120 milhas náuticas em mar aberto, que é completamente distinto em relação às 20 milhas que faz entre as Flores e o Corvo, obviamente que as circunstâncias

alteraram-se completamente, agora sejamos também sérios nisto, a Região tem alocado tudo o que está ao seu dispor para fazer face a estes constrangimentos que têm ocorrido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu inscrevo o Sr. Deputado Bruno Belo.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não há.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer ao Sr. Deputado Mário Tomé que o Instituto Português do Mar e da Atmosfera e a Proteção Civil não se cansaram de emitir os avisos naturais de prevenção a tudo aquilo que se iria passar, de tal forma que o Governo distribuiu, e passe a expressão, os Membros que compõem este Governo pelas diversas ilhas, percebendo que poderia ser uma coisa mais grave. Acontece é que nesta primeira fase até o Governo estava presente, o problema foi a seguir e é aqui que o Sr. Deputado e o PS, parece-me que todo ele, ainda nunca perceberam o que é que se passou com a passagem do furacão “Lourenzo”.

Eu acho que até hoje o PS ainda não percebeu o problema da passagem do furacão “Lourenzo” e tal como agora, Sr. Deputado, o problema maior dos

Açores é a pandemia que nos assola, naquela altura o maior problema dos Açores era os efeitos da passagem do furacão “Lourenzo”, Sr. Deputado. E isto, até hoje o PS, ainda não percebeu e ainda não percebeu que a passagem do furacão “Lourenzo” deixou consequências que até hoje ainda não conseguiram ser acumuladas.

Sr. Deputado, eu queria dizer-lhe uma coisa: todos nós conhecemos o esforço e o empenho das empresas que prestaram serviço de abastecimento às Flores e acredito que também ao Corvo. Eu próprio presenciei que aqueles trabalhadores das empresas mais não poderiam fazer, mas este não é um problema e ninguém aqui está a querer responsabilizar essas pessoas, essas pessoas fizeram tudo o que estava ao seu alcance e se calhar até mais do que aquilo que estava ao seu alcance, porque quando estavam a trabalhar davam o seu máximo, o problema está em quem governa, que não foi capaz e não foi competente. Essa é que é a situação e o senhor tem de começar a colocar as pessoas à frente do seu partido. Isto é um princípio básico para quem nos elege.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, uma interpelação!

O Orador: Sr. Deputado, mais uma questão: o primeiro anúncio que o Governo fez, era que a Atlânticoline é que iria fretar um navio.

Ora, o que aconteceu não foi nada disso, Sr. Deputado. Portanto o Sr. Deputado, como digo, ainda não percebeu o que se passou.

Sra. Secretária, eu queria reiterar aqui uma pergunta que foi feita e, obviamente, que a Sra. Secretária não respondeu porque ainda não usou da palavra, mas gostava de repeti-la: o que é que levou o Governo a adjudicar um serviço de transportes marítimos a uma empresa que aparentemente não tinha condições para poder executá-lo?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente uma interpelação!

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Mário Tomé, vamos lá ver se a gente esclarece aqui umas coisas.

Os Srs. Deputados, não podem interromper-se uns aos outros. O Sr. Deputado quando está no uso da palavra, está no uso da palavra e para nós esse uso da palavra tem de ser sagrado. Quando ele termina, o líder parlamentar, ou alguém da direção é que pode inscrever, à exceção das situações dos protestos e da defesa da honra, como é óbvio, porque têm que ser feitos imediatamente a seguir à intervenção que o antecede, como aconteceu, por exemplo, ontem que o Sr. Deputado António Almeida pediu, mas só o fez quando o Sr. Deputado António Parreira terminou a sua intervenção.

Portanto, eu deixo este alerta a todos para que efetivamente os trabalhos possam decorrer da melhor maneira.

O Sr. Deputado Mário Tomé, no entanto, estava a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sim, Sra. Presidente, em sequência ...

Presidente: Já lhe vou dizer: se é uma interpelação à Mesa, eu dou-lhe a palavra. Se é para refutar ou esclarecer alguma situação que o Sr. Deputado Bruno Belo referiu, tem de ser através de intervenção, portanto aí vou registar a sua inscrição.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, peço desculpa porque eu não costumo ter este tipo de incorreção e de facto é na sequência das palavras proferidas pelo colega Bruno Belo.

Presidente: Mas a minha pergunta é: o senhor quer usar da palavra para um protesto?

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** É para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Ok, então é para um protesto. O protesto é especificamente sobre?

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** É sobre as declarações, é sobre a frase que o colega Bruno Belo proferiu, que “o senhor tem que colocar as pessoas à frente do seu partido”.

Se me permite ...

Presidente: Sr. Deputado, claro que sim.

Então pediu a palavra para um protesto, está aceite o pedido para um protesto.

Tem três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sr. Deputado Bruno Belo, eu não admito que o senhor teça considerandos a este nível, até porque nunca o fiz, nem consigo nem com outras pessoas. Independentemente das ideologias partidárias, eu defendo as minhas pessoas, as minhas gentes e o povo dos Açores.

Portanto, eu não lhe admito esses considerandos.

Não lhe fica bem, aliás o senhor devia pedir-me desculpas publicamente por essa infeliz frase que teve.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado Mário Tomé.

Agora para um contraprotesto, o Sr. Deputado Bruno Belo dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Mário Tomé, a minha referência de que “o Sr. Deputado deve colocar as pessoas à frente do seu partido” reitero-a e volto a dizer-lhe uma coisa Sr. Deputado: o Sr. Deputado é eleito pelas pessoas, não é “procurador” do Partido Socialista, muito menos do Governo. O senhor é “procurador” dos cidadãos, o senhor é procurador do povo!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente...

Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*): Sra. Presidente, queria inscrever-me.

Deputado Francisco César (*PS*): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário Regional...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, inscrevam-se todos, e eu inscrevo-me a seguir.

Presidente: Sr. Secretário Regional, a seguir o Sr. Deputado João Paulo Corvelo e depois o Sr. Deputado Francisco César.

Sr. Secretário Regional...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas eu posso esperar, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário, eu estou a pedir-lhe que inscreva, deduzo que a Sra. Secretária.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Eu gostava de inscrever a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, julgo que foi o senhor que pediu a palavra. Certo?

(*) **Deputado João Paulo Corvelo** (*PCP*): Para uma inscrição, Sra. Presidente, depois da Sra. Secretária Regional.

Presidente: Assim será.

Sr. Deputado Francisco César, penso que também era para uma inscrição.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Eu ia jurar que tinha sido o primeiro, Sra. Presidente, mas não me importo.

Presidente: Mas não foi desta vez, não foi.

(*) **Deputado Francisco César (PS)**: Sra. Presidente, para inscrever o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Não havendo para já, tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha)**: Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro colega do Governo:

Eu gostava de deixar aqui algumas considerações, ainda um pouco avulsas, acerca do que disse o Sr. Deputado Bruno Belo.

Todos concordamos, ninguém estava à espera da magnitude e da violência deste acontecimento natural, mas também sobretudo daquilo que foram as consequências e os estragos causados que se produziram por todas as ilhas, sendo que o porto das Lajes foi o mais violento.

Acusar o Governo de falta de capacidade de resposta e de ter estado em negação, é de facto, no mínimo, não ter acompanhado de perto, como se arroga ter feito aliás, o que se passou nas Flores e concretamente no porto das Lajes das Flores.

O senhor, no âmbito da minha audição no grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão Permanente de Economia, a que nós já fizemos referência e que foi, salvo erro na semana passada, eu não vou adjetivar, mas teve um comportamento de apontar o dedo aos funcionários e aos trabalhadores da Porto dos Açores, muitos deles seus conterrâneos e pessoas que, todos nós

concordamos, fizeram um trabalho extraordinário, sobre-humano na recuperação daquela infraestrutura.

Se não bastassem estas palavras que são conclusões, são abstratas, basta ver o cronograma dos trabalhos da Porto dos Açores de recuperação daquela infraestrutura, que eu já tive oportunidade de enunciar aqui nesta Assembleia, já tive oportunidade de falar no grupo de trabalho e terei todo o gosto de fornecer em documento escrito aos Srs. Deputados para que, de uma vez por todas, fique claro o curto tempo em que aquela infraestrutura foi recuperada e foi recuperada para duas coisas: foi recuperada por forma a que pudesse lá acostar o navio “São Jorge”, para abastecimento de combustível (recordo que tivemos uma situação de racionamento desse combustível na ilha das Flores e também na ilha do Corvo), e foi também recuperado por forma a que se conseguisse ganhar o máximo de extensão possível de cais acostável e de calado, para percebermos que tipo de embarcações é que poderiam ir lá, para além das embarcações de tráfego local que foram as primeiras e as únicas que conseguiram operar naquela infraestrutura, estando ela totalmente destruída.

Recordo ainda que o Governo dos Açores apresentou em conjunto com as empresas de cabotagem insular, uma alternativa, o navio “Malena”, três dias depois de concluídos os trabalhos de demolição, limpeza da bacia do porto, realizado pela Portos dos Açores, Capitania do Porto de Santa Cruz das Flores e na sequência do edital emitido por esta entidade. O Sr. Deputado faltará à verdade se me disser que todo o descontentamento que estava gerado acerca do abastecimento que estava a ocorrer, enquanto decorriam os trabalhos da Portos dos Açores, foi completamente invertido a partir do dia em que o “Malena” acostou no porto das Lajes e continua a sê-lo. É isto que o Sr. Deputado não quer reconhecer.

As mesmas pessoas que juntou para nos criticar, são as mesmas pessoas que agora elogiam a operação efetuada pelo “Malena”.

Dito isto, é falso que tenhamos anunciado viagens que não se tenham realizado; é falso que tenha sido a Atlânticoline incumbida de contratualizar qualquer navio, mas ainda que fosse não interessava, o que interessa é que apareceu o navio, a Atlânticoline foi incumbida pelo Governo dos Açores de procurar soluções e elencá-las e consta de um documento público, não sei se é uma Resolução do Conselho de Governo, confesso que neste momento não tenho presente.

O que é facto é que neste momento, quer nas Flores, quer no Corvo, não há constrangimentos que advenham da situação do COVID, aliás, todo o transporte de mercadorias na Região Autónoma dos Açores não foi prejudicado pela situação do COVID, por implementação dos seus planos de contingência à risca, atempada e cuidadosamente. Poderão, sim, ter sofrido uma redução do volume de mercadorias transportadas, mas não há constrangimentos no transporte de mercadorias marítimo, causado pelo facto de estarmos a viver a situação da pandemia COVID, diferente é os constrangimentos de que estaríamos aqui a falar exclusivamente, constrangimentos causados pela destruição do porto das Lajes e constrangimentos causados à ilha do Corvo, decorrente do abastecimento ter que se efetuar a partir da ilha do Faial.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Informo que o Governo esgotou o seu tempo para o debate.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afinal não vou fazer nenhuma pergunta, em respeito por já não ter mais tempo e não seria correto fazer esta pergunta ao Governo Regional.

No entanto, falou em relação ao que aconteceu anteriormente no porto das Lajes das Flores e que as coisas não tinham corrido bem. É verdade! No princípio as

coisas não correram bem, mas agora estão mais ou menos regularizadas, só a dúvida que há e eu levantei essa dúvida e fiz um requerimento à Assembleia Regional dos Açores em relação ao navio “Malena”, para saber se realmente com o navio “Malena” iriam, ou não, celebrar novo contrato.

Já me foi respondido que sim senhor, iriam celebrar um novo contrato.

A minha preocupação é: enquanto o porto estiver assim, e a pergunta que tinha ao Governo Regional dos Açores, em relação a essa situação, era se o navio “Malena” iria dar resposta até ao porto estar em condições de outro barco poder fazer o serviço.

No entanto, também quero deixar aqui bem expresso que a Representação Parlamentar do PCP, na manhã a seguir ao furacão “Lourenzo”, procurou o Sr. Presidente do Governo Regional, nas instalações dos Bombeiros Voluntários das Flores para demonstrar algumas preocupações e estar disponível para, em conjunto, poderem-se arranjar soluções que fossem socorrer os florentinos.

A verdade é esta, houve uma abertura muito grande por parte do Sr. Presidente do Governo Regional, em relação a essa situação ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... e também da Sra. Secretária porque, a verdade é esta, todas as semanas a Representação Parlamentar do PCP esteve em contacto direto com a Sra. Secretária para levantar alguns problemas, para se arranjar soluções para alguns problemas e a verdade também tem que ser dita e tem que ser reposta, houve da parte da Sra. Secretária Regional abertura para a Representação Parlamentar do PCP, para se arranjam algumas soluções que não estavam a decorrer nas devidas condições.

Algumas coisas demoraram mais tempo, é verdade, podiam ter sido resolvidas mais cedo, é verdade, mas o que é certo é que neste momento as coisas estão a resolver-se, mas levanto aqui um problema, novamente, que é a agilização entre

os empresários florentinos e a empresa de transporte marítimo para que se possa fazer a carga das Flores para o Corvo, porque também há gente do Corvo que compra coisas nas Flores e os empresários precisam mandar.

Já finalizo, Sra. Presidente e finalizo dizendo uma coisa ao Sr. Deputado Mário Tomé, que levantou aqui este problema: Sr. Deputado, desde que os “Barcos do Pico” não puderam ficar abrigados no porto das Lajes, faz ideia quantos postos de trabalho o grupo ocidental perdeu com a empresa “Barcos do Pico”? Nós perdemos no grupo ocidental cerca de 4 a 5 postos de trabalho, que traziam rendimentos para as famílias para a ilha das Flores.

Que fique salvaguardado, termino dizendo o seguinte: os homens do mar têm feito um trabalho que muitas vezes está acima das capacidades deles e que são homens de luta em relação a trazer os bens de mercadoria para as ilhas. Disto nós temos a certeza que sim. Agora, que é preciso outra solução, também nós temos de estar de acordo que sim, que é preciso outra solução.

Muito obrigado, Sra. Presidente e peço desculpa por ter excedido o meu tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP esgotou o seu tempo para o debate.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu queria inscreve-me.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, provavelmente será a minha última intervenção, só para também dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que disse que existia algum tipo de preferência e proteção à empresa “Barcos do Pico”.

Não existe qualquer tipo de proteção à empresa “Barcos do Pico”, agora acho que é natural neste momento, e principalmente neste momento, e acho que o Sr. Deputado deveria pensar o mesmo, havendo uma empresa local açoriana interessada neste serviço e desde que cumpra com regularidade, eficiência e

profissionalismo este serviço, deveria certamente haver uma preferência por essas empresas, principalmente agora, agora com os efeitos devastadores desta pandemia que se sentirão em todas as áreas e certamente também se sentirão também na área dos transportes de mercadorias.

Para terminar, o objetivo final e pretendido é a melhoria de serviço, é a regularidade do mesmo e a sua estabilidade e sempre a pensar nos corvinos e não apenas nos empresários, mas em todos de uma forma geral.

Portanto, para concluir, embora concorde com o objeto do ponto 1, o caminho que defendemos é que é diferente. Julgamos que há outro caminho, há um caminho que nos possa garantir uma solução para o futuro e não apenas para esta fase enquanto se encontra em requalificação o porto da Lajes das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição do Sr. Deputado Artur Lima.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu inscrevo o Sr. Deputado Bruno Belo.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para dar, muito rapidamente, dois testemunhos.

O primeiro testemunho que gostaria de dar é: fui às Flores praticamente seis meses depois do furacão “Lourenzo”, fui em março, e testemunhei toda aquela destruição e a violência que foi o furacão naquele porto, particularmente, e na ilha.

Queria deixar aqui o meu reconhecimento ao trabalho feito pela Portos dos Açores, à dedicação de toda aquela gente que eu imagino, só posso imaginar, o que é que foi aquela noite e os dias a seguir.

Portanto, deixar aqui um reconhecimento que me foi transmitido de vivia voz e vi, que me foi explicado seis meses depois pelo Sr. Carlos Avelar, responsável a Portos dos Açores, o extraordinário trabalho feito por ele, a dedicação para além das suas funções, todos eles se empenharam para pôr aquela infraestrutura minimamente operacional.

Queria aqui deixar em nome do CDS o reconhecimento em nome do Sr. Carlos Avelar, a todos os funcionários da Portos dos Açores e à Portos dos Açores, pelo trabalho feito para recuperar o mais rapidamente possível aquela infraestrutura.

Depois dizer também que testemunhei no Corvo, onde me desloquei também nessa altura, a dificuldade de abastecimento, aliás, no dia a seguir de eu chegar ao Corvo, chegou o navio para fazer o abastecimento e vi carga estragada, produtos perecíveis já fora de prazo e a dificuldade que os corvinos sentiram em ser abastecidos e o facto é que a empresa “Barcos do Pico”, não é totalmente isenta de culpas nessa matéria. As coisas têm que ser ditas com frontalidade, mas não podem deixar de ser ditas e o que é facto é que quando entendeu quando o CDS denunciou que a empresa tinha que garantir com outro barco ou então seria, eventualmente, rescindido o contrato, o que é certo é que na quarta-

feira a seguir, ou na terça depois de estarmos lá, foi um navio maior, com maior capacidade de carga e conseguiu atracar no porto do Corvo.

Portanto, as responsabilidades têm de ser todas apuradas e a empresa não esteve bem, porque eu não sei se há viagens prometidas, o que eu sei é que houve alturas de bom tempo em que a empresa não foi ao Corvo. Isso todos nós sabemos e é factual.

Portanto, não esteve bem a empresa nesta matéria e deve haver consequências disso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, naturalmente e porque V. Exa. já não dispõe de tempo suficiente, não lhe vou fazer nenhuma questão, mas não posso deixar de lhe dizer uma coisa.

Sr. Secretária, eu percebo que o faça, porque é um aproveitamento político que está a fazer, mas não é correto.

Eu, não tive nenhuma palavra a questionar o trabalho dos funcionários da Portos dos Açores. Eu tive, sim, todas as palavras para o Sr. Presidente da Portos dos Açores e questionei o Sr. Presidente da Portos dos Açores do porquê de não terem sido salvaguardados os equipamentos que estavam no cais e os contentores da carga que estavam no cais.

O Sr. Presidente da Portos dos Açores a primeira coisa que disse foi: ninguém pensava que o temporal era daquela forma, ninguém pensava que o temporal iria provocar aqueles estragos. Sr. Secretária, eu ainda reiterarei, as únicas duas viaturas destruídas no temporal foram as viaturas da Portos dos Açores.

Mais, Sra. Secretária, os grandes prejuízos nas infraestruturas e nos equipamentos não foram nos particulares das Flores, foram nos equipamentos públicos, designadamente aqueles que estavam na Portos dos Açores e posso dizer-lhe ainda, Sra. Secretária: como a Sra. Secretária sabe, eu já lhe disse, a Associação Agrícola transportou, para preservar, contentores vazios para transportes de animais, dois dias antes do furacão e esses foram preservados, os outros foram todos destruídos.

É só isso, Sra. Secretária, a verdade tem de ser reposta e a verdade é esta.

Sra. Secretária, mais uma questão: eu não juntei ninguém para criticar a senhora ou o Governo. Eu estive com as pessoas, ao lado deles e a ajudar a resolver os problemas. Só isso!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para uma inscrição.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

(* **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma interpelação, no sentido de saber os tempos.

Presidente: Muito bem.

Vou então anunciar os tempos restantes.

O Governo esgotou o seu tempo;

O PS, tem ainda 2 minutos e 19 segundos;

O PSD, 2 minutos e 49 segundos;

O CDS, 35 segundos;

O BE, 3 minutos e 12 segundos;

O PCP também esgotou o seu tempo,

O PPM tem ainda 3 minutos e 3 segundos, antes da intervenção que vai fazer;

A Sra. Independente ainda não interveio, mantém o minuto que dispõe para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não há.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diz o Sr. Deputado Iasalde Nunes que o seu caminho é diferente, que não concorda com esta proposta.

O caminho do Sr. Deputado Iasalde Nunes, é nenhum. Em relação a esta iniciativa não teve nenhum tipo de proposta, não teve nenhum tipo de proposta, foi desculpar: está mau tempo, não foi possível ... desculpzinhas. O senhor em relação a esta matéria não fez absolutamente nada, portanto o seu caminho não é nenhum.

Agora dizia o Sr. Deputado Artur Lima: bem, é preciso investigar em relação à empresa “Barcos do Pico”, não esteve bem! Não esteve bem? Acaba de receber um prémio, é um ajuste direto, é contratada.

Diz o sr. Deputado Iasalde Nunes: bom, mas isso é só se assegurar com regularidade! O Sr. Deputado Iasalde Nunes acha que uma empresa que leva 50

dias a fornecer a ilha do Corvo, 30 dias, 20 e tal dias, isso é assegurar com regularidade, diz V. Exa. que isso é assegurar com regularidade o abastecimento da ilha do Corvo.

Portanto, V. Exa. está a favor deste premiozinho que é um ajuste direto e ainda por cima V. Exa. disse outra coisa, mais 200 mil euros de apoio para comprar uma embarcação.

Por isso o que eu lhe pergunto é: mas a empresa não terá pressionado também um bocadinho naqueles dias de bom tempo, todos nós vimos, estava tão bom tempo e a empresa não vinha, será que não era para reforçar aquele investimentozinho de duzentos e tal mil euros?

Isto aqui é um negócio muito problemático que eu, obviamente, não posso categorizar neste momento, mas é um negócio muito problemático, não defende os interesses da população, nunca estive em causa a defesa dos interesses da população por parte do Governo Regional, o que se viu aqui foi uma proteção a uma empresa que prestou um mau serviço ao Corvo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, fiquei na dúvida se já tinha acabado a ronda?

Presidente: Já acabou, só o Sr. Deputado Paulo Estêvão é que estava inscrito.

É para se inscrever?

(* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sim, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(* **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, para uma inscrição minha.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Para já julgo não haver.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que o Governo já esgotou o seu tempo e o Sr. Deputado Iasalde Nunes diz claramente que não pode acompanhar esta iniciativa porque o seu caminho é diferente, que é um caminho a pensar no futuro, eu pergunto-lhe então por que é que então no caso das Flores, sabendo que o porto vai levar vários anos a ser reconstruído (e eu perguntei várias vezes ao Governo por que é que não tinham comprado uma embarcação) por que é que preferiram uma opção ruinosa de fazer aluguer atrás de aluguer?

Portanto então o Governo para o Corvo quer uma situação de futuro, mas para as Flores quer uma situação de passado quando vai ter de ficar anos à espera que o porto acabe de ser reconstruído.

Portanto, gostava de saber qual é afinal a posição do Governo em termos de futuro?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para fazer nenhuma intervenção, neste âmbito, mas parece-me que o debate acabou por fugir um pouco àquilo que era o objetivo de todos, ou pelo menos aparentemente.

Eu acreditava que o Sr. Deputado Paulo Estêvão o objetivo seria, através da sua proposta, garantir que haveria um navio com um grau de fiabilidade e de abastecimento à ilha do Corvo, que permitisse a satisfação de todos.

Eu nunca pensei que o julgamento aqui fosse sobre a atitude de um determinado Deputado, sobre a postura de um determinado Deputado ou sobre a capacidade, ou sobre o trabalho que cada um faz enquanto deputado parlamentar.

Eu não estou aqui para avaliar o Deputado Paulo Estêvão, eu não estou aqui para avaliar o Sr. Deputado Bruno Belo, como também acho que os Srs. Deputados não estão aqui para nos avaliar. Podem estar para avaliar o Governo dos Açores; podem estar para avaliar o trabalho das nossas propostas.

Nós aqui temos uma discordância, não no objetivo, mas sim na forma. Nós achamos que é possível garantir o abastecimento à população através do sistema que está montado, através de um apoio, inclusive, para que se melhore o transporte para a ilha e para que ele seja feito numa embarcação em melhores condições. Agora, o que nós não fazemos aqui são julgamentos sobre as pessoas. Eu não acredito que o Sr. Deputado Paulo Estêvão queira fazer isso, com certeza, porque não é assim que se faz, muito menos o Sr. Deputado Bruno Belo.

Portanto, nós temos uma discordância relativamente à forma, não relativamente às pessoas, nem relativamente aos objetivos.

Eu acho que para bem destes debates em que estamos todos cansados, eu não estou a dar uma lição de moral a ninguém, mas em que estamos todos cansados, o que aqui interessa não é estarmos a julgar-nos uns aos outros, a qualificarmos uns aos outros, mas sim em arranjar soluções que possam efetivamente ajudar as nossas populações.

Agora, estar a acusar o Sr. Deputado Iasalde, penso que não lhe fica bem, eu não estou a qualificar a si, penso que não deve fazê-lo, da mesma forma que o Sr. Deputado Bruno Belo fez uma coisa muito feia, que foi qualificar o Sr. Deputado do PS, do Pico, que nem me parece seu fazer isso, mas o facto é que o fez aqui, da mesma forma que eu não vou apreciar o seu trabalho. Os seus eleitores é que vão apreciar o seu trabalho, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PS também esgotou o seu tempo para este debate.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, devido a problemas aqui de som, eu não percebi a resposta do PS, se tinha ou não conhecimento que o grupo ocidental tinha perdido quatro ou cinco trabalhadores em relação ao transporte de carga para o Corvo.

Presidente: Sr. Deputado, pode ter sido problemas de som.

Não sei, também não tenho de core a intervenção do Sr. Deputado Francisco César, por isso fica registada a sua interpelação.

Deputado Mário Tomé (PS): Eu ouvi!

Presidente: Pergunto se há inscrições?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** PPM, Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu inscrevo o Sr. Deputado Bruno Belo.

Presidente: Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Para já não há.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do Sr. Deputado Francisco César é uma coisa absolutamente surrealista, porque o Sr. Deputado Francisco César minoriza os Deputados do

PS ao tentar aqui fazer uma defesa dos Srs. Deputados a quem foram, obviamente, assinaladas responsabilidades políticas, que foi o que eu fiz em relação ao Sr. Deputado Iasalde Nunes que acusei realmente de não ter apresentado propostas sobre esta matéria (é um facto!); do Sr. Deputado Iasalde Nunes ter desculpado a inação do Governo nesta matéria e (é um facto!) ter a necessidade de vir aqui defender o Sr. Deputado Iasalde Nunes só minoriza o Deputado Iasalde Nunes.

Portanto, se há alguém aqui acaba por ofender o Sr. Deputado Iasalde Nunes é o líder da própria bancada do PS que o minoriza enquanto Deputado que não se consegue defender do ponto de vista político, porque não lhe foi apontada nenhuma questão pessoal, é uma questão política. Era só o que faltava aos responsáveis políticos não lhe pudessem ser apontadas incoerências e inações. Já chega de censura.

Portanto, em relação às responsabilidades políticas, obviamente que da parte do PPM nós vamos fazer referência quando elas existirem.

Agora, a questão fundamental, e termino Sra. Presidente, é dizer apenas o seguinte: esta empresa prestou um mau serviço, continua a prestar um mau serviço, são 50 dias sem abastecimento, 30 dias, 20 e tal dias, não houve regularidade nenhuma e o PS e o Governo Regional sobre esta matéria não fizeram nada e não pretendem fazer nada, a não ser dar aqui um jeitinho à empresa “Barcos do Pico”, porque com o contrato, mais o subsídio, é um milhão de euros e não é por concurso, é adjudicação direta, depois de ter feito o que têm feito à população da ilha do Corvo.

Eu quero resolver o problema, mas quero resolver o problema da ilha do Corvo e do abastecimento da ilha do Corvo, não quero resolver o problema de mais ninguém, ainda por cima sem concursos públicos e da forma como isto está a ser feito.

Portanto, o que eu pretendo – e já estou aqui há muito tempo e a apresentar muitas propostas sobre esta matéria – é que de facto a ilha do Corvo fique abastecida como deve ser, porque ao fim de oito meses não está.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Dou agora a palavra ...

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, é para um protesto, não sei se é agora, se é no fim da ronda.

Presidente: Tem de ser imediatamente a seguir, mas pergunto-lhe: um protesto a ...

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Às insinuações e referências que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez, referindo-se com o termo “jeitinho à empresa” e “dar jeitinhos às empresas”, acho que são insinuações que merecem claramente um protesto.

O protesto será feito pela minha colega Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

Obrigado.

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Informo também a câmara que naturalmente, como eu também há pouco pude referenciar, quer para os protestos, quer para as defesas da honra, o pedido de chamada de atenção à Mesa tem que ser imediatamente a seguir, porque só assim também é que faz sentido e nesse caso, logicamente, poderá ser pelo próprio, o que não quer dizer que não possa ser feito pelo líder, ou pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, porque muitas vezes nestas circunstâncias o sentimento que surge na sequência de determinada intervenção, só o próprio poderá ditá-lo e pode não haver tempo para haver a comunicação

interna, portanto para que fique claro que neste caso a Mesa, naturalmente, é assim que irá agir.

Sra. Secretária Regional, para um protesto tem a palavra, dispõe de três minutos.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu colega do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu refuto veementemente a utilização e a acusação de “jeitinhos”.

Nesta Casa e neste Governo não há “jeitinhos” a coisíssima nenhuma.

Se fossemos entrar a conversa por aí, íamos longe e poderia dar-lhe alguns exemplos de outros “jeitinhos” que nada têm a ver com este departamento.

Portanto, não admito, sinto-me gravemente ofendida com esta acusação, é o meu departamento que está em causa e a minha equipa e, sinceramente, acho que desta vez o Sr. Deputado não deveria querer dizer exatamente aquilo que disse, mas disse-o e “quem não se sente não é filho de boa gente”, eu não admito essa acusação e é difamatória, injuriosa e tudo o mais que se pode qualificar.

Noutra altura, noutra ocasião e noutra sede, isso dava origem a responsabilidade criminal.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Para um contraprotesto tem a palavra o sr. Deputado Paulo Estêvão, dispõe de dois minutos.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, srs. membros do Governo:

Pois eu reitero a expressão, em absoluto, “jeitinho”. Isto foi um jeitinho que o Governo Regional fez a esta empresa, dar-lhe um milhão de euros, um contrato por ajuste direto a quem não cumpriu, a quem esteve 50 dias sem abastecer, a

quem esteve 30 dias sem abastecer, a quem esteve vinte e tal dias sem abastecer, a quem não cumpriu o seu contrato, isto é um ajuste direto e a seguir com mais um subsídio que pelos vistos já está destinado, foi o que o Sr. Deputado Iasalde disse.

Eu pensei que os subsídios eram dados em abstrato para as empresas concorrerem. Pelos vistos não. É criado um subsídio com um destinatário certo. Portanto, nesse sentido reitero em absoluto aquilo que eu disse: prestou-se um mau serviço, não se resolve o problema, estão a prejudicar a população da ilha do Corvo, pura e simplesmente, porque o seu Governo e a Sra. Secretária durante os tempos em que nós aqui na ilha do Corvo não estávamos a ser abastecidos durante 50 dias, passando por dificuldades que não temos que passar, com 30 dias que não estávamos a ser abastecidos, passando por dificuldades que estávamos a passar, a senhora não fez como fez em relação à ilha das Flores, com um barco adequado. Para o Corvo não quis fazê-lo e teve a responsabilidade toda e o que acontece é que não resolve o problema e a seguir o que a Sra. Secretária faz é um “jeitinho”, sim senhora!

Deputado Carlos Silva (PS): Lamentável!

Presidente: Dou neste momento a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo, para uma intervenção.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, desculpe queria protesto novamente, tendo em conta que o Sr. Deputado Paulo Estêvão reiterou as afirmações e as insinuações insidiosas que fez na sua primeira intervenção e não podemos deixar passar isso em claro, peço desculpa.

(*) **Presidente:** Sr. Secretário Regional, eu sinceramente preferia que esta polémica terminasse por aqui, porque a Sra. Secretária Regional vai fazer um protesto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão vai reiterar as suas afirmações, vai se

exaltar ainda mais, porque é assim, efetivamente, como o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de fazer e nós vamos eternizar esta matéria.

Eu percebo que é uma questão que vos assiste o direito de protestar, mas efetivamente o que vai gerar é eternizar uma situação que neste momento eu acho que não faz sentido eternizar.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sim senhora, eu acato a sua decisão, sendo certo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão vai ter de provar aquilo que está a dizer e as insinuações que está a fazer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*):

Mantém a palavra, muito bem!

Presidente: Muito bem.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para dizer o seguinte: para dizer que eu não fiz nenhuma avaliação pessoal daquilo que era a pessoa do Sr. Deputado Mário Tomé, fiz sim uma apreciação política, que me é legítima, e mais, Sr. Deputado Francisco César, o senhor dizendo que eu não podia fazer sobre o Sr. Deputado Mário Tomé fez uma sobre mim. Mas pronto, não vou entrar por aí.

O que importa nesta discussão, Sras. e Srs. Deputados, é o abastecimento ao Corvo e é este que está em causa e o PSD quer aqui reiterar a posição de que é necessário e imperioso que o abastecimento ao Corvo seja feito com regularidade, com previsibilidade e com planeamento capaz de permitir às pessoas e às empresas do Corvo e a todas as outras empresas que fornecem mercadorias para o Corvo que saibam com que podem contar e em que dias podem contar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, eu gostaria de inscrever o Sr. Deputado Mário Tomé.

Presidente: Não posso dar-lhe a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Porquê?

Presidente: Porque o PS já esgotou o seu tempo.

Deputado Francisco César (PS): Podia ter-me informado, Sra. Presidente.

Presidente: Mas eu informei, logo a seguir que terminou a sua intervenção.

Deputado Francisco César (PS): Então deve ter havido um problema de comunicação.

Deputada Graça Silveira (Independente): Foi claro, foi claríssimo.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, não é preciso interromper.

Eu informei, tenho perfeita consciência de que informei, provavelmente alguma falha de comunicação, não fez chegar o som da minha voz até ao Sr. Francisco César.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então votar este Projeto de Resolução.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Contra, Sra. Presidente.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente, evidentemente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto também é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor do Projeto de Resolução do PPM.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

(Pausa)

Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (*PS*): O meu voto é contra.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (*PS*): O meu voto é contra.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação por favor.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 210/XI foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Como é do conhecimento de todos, o Sr. Deputado Paulo Estêvão retirou o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, que constava no ponto 17 da nossa Agenda. Portanto, a iniciativa em si seguiu novamente para a CAPAT de onde tinha saído com este pedido de urgência, para emissão do respetivo relatório e por isso avançamos para o ponto 19 da nossa Agenda:

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 225/XI – “Realização de um inquérito serológico à população açoriana”, pedido de urgência este requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi, para justificar esta urgência.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Trazemos esta iniciativa com carácter de urgência, uma vez que ela se enquadra na pandemia que vivemos atualmente e enquadra-se também do ponto de vista epidemiológico.

A realização deste inquérito sorológico é algo que está a acontecer já a nível mundial e também a nível nacional, em vários concelhos do nosso país e que conta com o apoio de vários institutos ligados a esta área.

Portanto, pensamos aqui que também a Região tem de estar um passo à frente e julgamos que esta é a altura ideal para que se dê início à realização deste inquérito sorológico da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar à votação.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Voto a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a iniciativa, vou dar novamente a palavra à Sra. Deputada Mónica Seidi, desta feita para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Trazemos esta iniciativa hoje a esta Assembleia porque temos a certeza de que a Região nesta matéria é capaz de estar um passo à frente.

Até ao momento foram diagnosticados 145 casos da COVID-19, com recurso ao diagnóstico nos laboratórios do Hospital do Divino Espírito Santo e do SEEBMO na ilha Terceira, através da técnica de PCR que deteta, no momento, a presença do RNA viral.

Mas com esta iniciativa nós estamos preocupados com os cerca de 30% de portadores assintomáticos que não fizeram teste de diagnóstico para a infeção, ou para aqueles que tiveram doença ligeira ou infeção subclínica que desvalorizaram os sintomas e assim não foram testados.

Portanto, trazemos mais este recurso, mais esta ferramenta que se tem revelado útil, pese embora apresentando limitações na fase aguda da doença e por isso não deve ser utilizado como teste de diagnóstico, mas sim neste âmbito de realização do teste sorológico.

Sem querer tornar este debate demasiado técnico, com a realização destes testes, o que se irá avaliar é a presença, ou não, de anticorpos contra o novo coronavírus e assim podemos avaliar, e perceber mesmo, a resposta do sistema imunitário de um indivíduo, após contacto com este vírus.

A Organização Mundial de Saúde, defende que os testes sorológicos poderão ser úteis na identificação dos utentes assintomáticos ou com infeção subclínica, conforme já referi, e que através destes conseguimos perceber dentro de um grupo de pessoas quantas já tiveram contacto com o vírus e desenvolveram anticorpos.

A nível nacional já existem alguns estudos realizados recorrendo à utilização dos testes sorológicos e até ao momento todos têm a mesma conclusão, é que a prevalência da doença na população é superior àquilo que se sabe.

A Fundação Champalimaud tem liderado este processo já com dois ensaios realizados, sendo que o primeiro decorreu no concelho de Loulé, tendo sido testados cerca de 1235 utentes, pertencendo preferencialmente a grupos de maior exposição ao vírus e conclui-se que a prevalência da doença que inicialmente era de 0,2%, após a realização dos testes sorológicos, passou para 2.8%, ou seja, uma prevalência 14 vezes superior ao que era inicialmente conhecido.

A nível dos profissionais de saúde, esta mesma instituição liderou juntamente com a Ordem dos Enfermeiros, um estudo que decorreu no Hospital de Santo António, no Porto e no Hospital de Santa Maria em Lisboa, no qual foi feito um rastreio sorológico, que abrangeu 657 profissionais de saúde e os resultados também foram bastantes esclarecedores.

No Porto foram testados 206 enfermeiros e 141 assistentes operacionais; em Lisboa foram testados 184 enfermeiros e 126 assistentes operacionais.

O que se concluiu foi que cerca de 8.4% dos profissionais testados no Porto e 6.5% dos profissionais testados em Lisboa estavam infetados, mas que na sua maioria tinham sido assintomáticos e por isso nunca tinham realizado qualquer teste de diagnóstico para a COVID-19.

Extrapolando estes resultados para toda a população de enfermeiros e assistentes operacionais dos referidos hospitais, podemos concluir que de facto o verdadeiro número de profissionais infetados é muito superior àquilo que é identificado.

Também ao nível do concelho de Cascais, e que foi recentemente notícia em jornais internacionais, está a decorrer um rastreio sorológico alargado a toda a população. Mais recentemente sabemos que se iniciou, no início de maio, o

inquérito sorológico nacional, onde foi também anunciado pelo Sr. Secretário de Estado que contaria com a presença da Região Autónoma dos Açores e da Madeira.

Aproveito desde já para perguntar à Sra. Secretária da Saúde, qual será a amostra de açorianos presentes neste estudo e em que hospital é que o mesmo decorrerá, até porque independentemente deste inquérito sorológico nacional, a Região beneficia em ter o seu próprio inquérito porque a curva epidemiológico da doença foi diferente e porque também os Açores não podem ficar à espera do inquérito sorológico nacional, sob pena de terem um número muito reduzido de participantes neste estudo, correndo assim o risco de não se poder tirar qualquer conclusão útil à Região.

Recordo que a amostra deste inquérito nacional é composta por cerca de 2 000 pessoas.

Assim, temos a possibilidade de envolver outros parceiros no desenho e na execução deste estudo, nomeadamente a Universidade dos Açores, conseguindo assim uma fotografia fidedigna do vírus na nossa Região.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD Açores recomenda ao Governo Regional a realização de um inquérito sorológico à população açoriana para averiguar a extensão da doença e a presença de anticorpos contra a SARS-CoV-2.

Recomenda ainda que este inquérito dê prioridade aos grupos de risco de maior exposição profissional, pois foram também estes que sempre estiveram na linha da frente para o bem, e para o mal, e merecem assim ter este reconhecimento, face aos riscos que correram.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, se faz favor.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo que para já, não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Nesta pandemia há o tempo de ação, o tempo para a investigação e o tempo para a política e que fique bem claro, nesta minha intervenção que sou defensor do conhecimento baseado na investigação e na ciência, como um motor de evolução civilizacional e garantia de conquistas em saúde.

Daqui a nossa gratidão a todos os investigadores injustamente esquecidos, especialmente que para esta nova ameaça procuram mais conhecimento e novas formas de proteção contra esta doença, desde as vacinas, até às novas terapias, até por isso o tempo atual é fundamentalmente de decisões baseadas na evidência e temos que concordar com um ilustre epidemiologista o Sr. George Box, quando afirma que “para esta pandemia todos os modelos epidemiológicos à partida estão errados, mas alguns deles são úteis”. Isto fundamentalmente porque o histórico deste vírus é muito curto, porque ainda temos muito que estudar sobre a imunidade adquirida e como sabemos até agora o maior obstáculo a esta investigação foi não se ter encontrado um bom modelo animal para fazê-la.

Este Projeto de Resolução apresentado com esta urgência e pedido de dispensa de exame em comissão, parece-nos uma corrida contra um tempo que ainda não existe. Eu explico: porque estudar a evolução da imunidade a infetados requer

que estes estudos sejam multicêntricos, multinacionais, alargados no tempo e com amostragens o mais amplas possíveis.

É um trabalho de investigação, que decorre sem perda de tempo, mas sem tempo ainda para todas as certezas e decisões seguras e úteis que precisamos em saúde pública.

Assim, por exclusão de partes, os outros modelos para além de errados, poderão ser à partida inúteis.

Chegados aqui, e uma vez que se iniciou o estudo nacional, com extensão aos hospitais da Região Autónoma, para uma possível monitorização da evolução da imunidade nos infetados, o que se propõe neste Projeto de Resolução, é uma extensão a toda a população açoriana na premissa que o número de contaminados pelo SARS-CoV-2 possa ter sido muito maior do que o detetado até agora, mas o que tivemos até ao momento foram 146 casos positivos, com geografias muito distintas: um em cada 1 669 residentes nos Açores, tivemos até ao momento todas as cadeias de transmissão identificadas e controladas, nunca estivemos em fase de mitigação.

Testamos com uma grande margem de segurança epidemiológica cerca de 100 testes por cada caso positivo, logo a nossa amostra será obrigatoriamente não significativa para justificar este estudo.

Portanto, caros Deputados, na lógica do ilustre epidemiologista, não vamos questionar o quanto errado está esta proposta de estudo aplicada à Região Autónoma dos Açores, mas vamos questionar a sua utilidade.

A primeira pergunta que se põe, que se deve pôr é: quantos casos, com base nesta incidência, sabendo que à partida nunca poderão ser mais que 30%, portanto mais do que 45 casos, para além daqueles que foram detetados, é suposto encontrarmos para validar a imunidade de grupo que nos leve à tomada de outras decisões em saúde pública, para além das que estão a ser tomadas.

A segunda questão, que vos ponho é em que fase nos encontramos do conhecimento, em todos os países atingidos mais precocemente do que nós, sobre a imunidade gerada pela infeção pelo novo coronavírus e qual a sua durabilidade? Se é muita, se é pouca, se é alguma, ou se é o suficiente para tomar decisões, sob pena de criarmos uma falsa ilusão de segurança que estes estudos não podem dar?

Uma terceira questão é perguntar-vos se o estudo multicêntrico da Direção Geral de Saúde, que está em curso, para caracterização da imunidade ao novo coronavírus em Portugal e que numa primeira fase engloba crianças até aos 10 anos de idade, envolvendo os três hospitais da Região, como aliás acontece há muitos anos com a monitorização e caracterização da gripe sazonal, se é suficiente ou se existem outras razões científicas para manter o vosso Projeto de Resolução?

O PSD está a propor que esta Assembleia recomende a que se faça uma investigação baseada em pressupostos, que não os aplicáveis nos quesitos das investigações em curso.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Não nos devemos esquecer o tempo de ação e o sucesso que até agora todos alcançámos com as medidas firmes tomadas pelo Governo da Região Autónoma dos Açores e a abrangência de testar todos os contatos, rastrear todos os grupos de maior risco e por isso não pode o PSD confundir este tempo, com o tempo da política e o da investigação científica, porque Sras. e Srs. Deputados:

Enquanto que em política pode recomendar-se tudo, na investigação científica é preciso primeiro validar tudo e só depois recomendar alguma coisa.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Atingimos o nosso horário regimental.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes de ontem, os nossos trabalhos continuarão na segunda-feira às 10H00 para concluirmos os nossos trabalhos da Agenda, por isso resta-me desejar-vos um bom fim de semana e reencontramo-nos aqui na segunda-feira às dez da manhã.

Uma boa noite a todos!

Eram 19 horas e 01 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal Lima

(*) Texto não revisto pelo orador

Transcrição efetuada por Noélia Escobar